

UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

DISSERTAÇÃO

**Atividades Físico-recreativas para a Terceira Idade:
Uma Contribuição à Construção de Competências no Curso de
Desenvolvimento de Comunidades**

Samir Messias de Freitas

2005



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

ATIVIDADES FÍSICO-RECREATIVAS PARA A TERCEIRA
IDADE: UMA CONTRIBUIÇÃO À CONSTRUÇÃO DE
COMPETÊNCIAS NO
CURSO DE DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADES

SAMIR MESSIAS DE FREITAS

Sob a Orientação da Professora

Dr^a Nádía Maria Pereira de Souza

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

Seropédica

Agosto de 2005

373.98151

F866a

T

Freitas, Samir Messias de, 1954-

Atividades físico-recreativas para a terceira idade: uma contribuição à construção de competências no curso de desenvolvimento de comunidades / Samir Messias de Freitas. - 2005.

139 f. : il.

Orientador: Nádía Maria Pereira de Souza.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Agronomia. Bibliografia: f. 110-114.

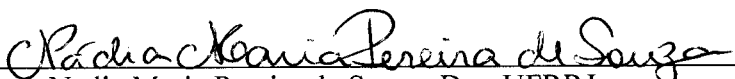
1. Ensino técnico - Uberaba (MG) - Teses. 2. Ensino profissional - Uberaba (MG) - Teses. 3. Idosos - Uberaba (MG) - Estudo e ensino - Teses. 4. Exercícios físicos para idosos - Teses. 5. Idosos - Recreação - Teses. 6. Prática de ensino - Teses. I. Souza, Nádía Maria Pereira de. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Agronomia. III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

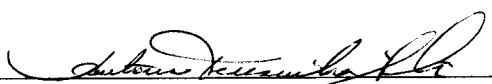
SAMIR MESSIAS DE FREITAS

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

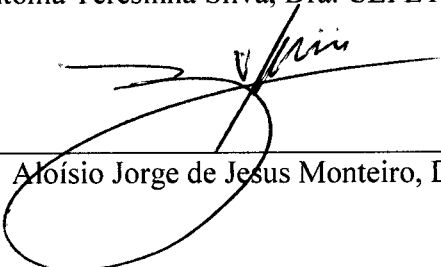
Dissertação Aprovada em: 16/08/2005



Nadia Maria Pereira de Souza, Dra. UFRRJ



Antonia Teresinha Silva, Dra. CEFET-Uberaba/MG



Aloísio Jorge de Jesus Monteiro, Dr. UFRRJ

*Agradeço a toda a equipe da
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro,
aos alunos e profissionais do Centro de Federal
de Educação Tecnológica de Uberaba, aos
idosos e demais colaboradores que tornaram
possível a realização dessa pesquisa.*

*À minha família e a todos os profissionais
que trabalham com a terceira idade, para que
possam apreciar o envelhecimento como rara
beleza que habita a natureza humana.*

BIOGRAFIA

Licenciado em Educação Física pela Universidade de Uberaba.

Licenciado em PEDAGOGIA pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ituverava.

Pós-Graduado em Nível de Especialização em Metodologia da Educação Física Escolar pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Pós-Graduado em Nível de Especialização em Esportes para Todos pela Universidade Federal de Santa Maria.

Exerce atividades docentes, da disciplina Recreação I e II, no Curso de Licenciatura Plena em Educação Física da Faculdade de Educação de Uberaba.

Coordenou a Área de Educação Física de I e II graus, na Jurisdição da 39ª Superintendência Regional de Ensino, no período de 1982 a 1988 e Curso de Educação Física da Universidade de Uberaba, no período de 1984 a 1990.

Exerceu a função de Secretário de Esporte do Município de Uberaba na condição de Diretor do Departamento de Desporto da Prefeitura Municipal de Uberaba, no período de 1989 a 1992 na administração de Hugo Rodrigues da Cunha.

Exerce atividades docentes, por aprovação em concurso público no Centro Federal de Educação Tecnológica de Uberaba, a partir de janeiro de 1995.

Exerce atividades docentes, na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE – UBERABA, desde o ano de 1998.

Idealizou e coordenou até a presente data, o Projeto “ATIVIDADES FÍSICO-RECREATIVAS PARA A TERCEIRA IDADE”: uma proposta de atividades físicas moderadas regulares e prazerosas para idosos. Projeto solidário que está em atividade desde 1993.

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

1. INTRODUÇÃO	1
2. REVISÃO DE LITERATURA.....	10
2.1 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: UM ENFOQUE HISTÓRICO	10
2.1.1 Do século XIV à Proclamação da República	10
2.1.2 - Da Proclamação da República à Década de 60	15
2.1.3 A Educação Profissional nas Políticas Públicas Brasileiras.....	22
2.2 - PEDAGOGIA DAS COMPETÊNCIAS SEGUNDO PHILLIP PERRENOUD.....	30
2.2.1 – Competências Necessárias ao Desenvolvimento de Atividades Físico-Recreativas Gerontológicas	36
2.3 OS SABERES NECESSÁRIOS À COMPREENSÃO DA TERCEIRA IDADE.....	41
2.3.1 – Aspectos Históricos da Terceira Idade	43
2.3.2 - Características Biológicas e Fisiológicas da Terceira Idade	47
2.3.3 – Considerações Psicológicas no Processo de Envelhecimento	54
2.3.4 - Construção Social da Terceira Idade.....	58
3. MATERIAIS E MÉTODOS.....	67
3.1 DELIMITAÇÃO	67
3.2 - PROCESSO DA PESQUISA.....	71
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	77
4.1 – DIAGNÓSTICO E OBSERVAÇÃO ORIENTADOS PARA A PEDAGOGIA DAS COMPETÊNCIAS	79
4.2 – CONSTRUIR COMPETÊNCIAS NA FORMAÇÃO DE FUTUROS PROFISSIONAIS TÉCNICOS	91
4.3 – COMPETÊNCIAS ORIENTADAS PARA ATIVIDADES FÍSICO-RECREATIVAS GERONTOLÓGICAS	97
5. CONCLUSÕES.....	102
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	110
7. ANEXOS	115

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Competências Básicas das Profissionais Entrevistadas que concluíram o Curso de Desenvolvimento de Comunidades, em 2003.....	82
Figura 2 - Competências Metodológicas das Profissionais Entrevistadas que Concluíram o Curso de Desenvolvimento de Comunidades, em 2003.....	85
Figura 3 - Competências Operacionais das Entrevistadas que Concluíram o Curso de Desenvolvimento de Comunidades, em 2003.....	89
Figura 4 - Competências Básicas dos Alunos Calouros que Ingressaram no Curso de Desenvolvimento de Comunidades, em fevereiro de 2004....	91
Figura 5 - Competências Metodológicas dos Alunos-Calouros que Ingressaram no Curso de Desenvolvimento de Comunidades, em fevereiro de 2004.....	94
Figura 6 - Competências Operacionais dos Alunos-Calouros que Ingressaram no Curso de Desenvolvimento de Comunidades, em fevereiro de 2004.....	95

RESUMO

FREITAS, Samir Messias de. **Atividades Físico-Recreativas para a Terceira Idade: Uma Contribuição à Construção de Competências no Curso de Desenvolvimento de Comunidades**. UFRRJ, 2005, 113p. (Dissertação: Mestrado em Educação Agrícola).

Na sociedade contemporânea, a habilitação técnica e tecnológica vem ampliando o mercado de trabalho, visando a construir competências que vinculem trabalho, qualidade de vida e desenvolvimento harmônico de comunidades. Apoiado na concepção de que a atividade físico-recreativa, comprovadamente, é um elemento fundamental para reverter o quadro de limitação motora presente na terceira idade, essa pesquisa tem por objetivo analisar e propor interferências sócio-educativas necessárias à produção e disseminação de conhecimentos relacionados à questão do envelhecer com melhoria de qualidade de vida, aos educandos do Curso de Desenvolvimento de Comunidades do CEFET-Uberaba. Para tanto, foram feitos dois questionários que foram aplicados: (1) em alunos que ingressaram no referido curso no primeiro semestre de 2004 e, portanto não haviam cursado o módulo Atividades Físico-Recreativas para Terceira Idade; (2) em profissionais recém-formadas no Curso de Desenvolvimento de Comunidades; (3) Idosos que participam do projeto implantado a mais de dez anos, parceria entre o CEFET-Uberaba e a Associação de Diabéticos de Uberaba. O primeiro momento com os educandos visava a colher informações que nortegassem o aprimoramento de práticas pedagógicas voltadas para a construção de competência no ensino profissional e o segundo momento com os idosos tinha por objetivo fazer um levantamento do perfil da terceira idade para que os alunos pudessem fazer intervenções adequadas e seguras durante as atividades práticas do módulo acima mencionado. Os resultados apontam que a parceria entre a comunidade e a escola, no desenvolvimento de competências profissionais, atendendo a terceira idade que é um segmento significativo da sociedade brasileira, é essencial na aprendizagem de habilidades teórico-práticas.

Palavras-chaves: competências, idoso, educação profissional.

ABSTRACT

FREITAS, Samir Messias de. **Physical and Leisure Activities for Senior Citizens: A contribution to the building of abilities in the Communities Development Course.** UFRRJ, 2005, 113p. (Dissertation: Master in Education).

In contemporary society, technical and technologic qualification is leading to growth in the labor market, aiming at developing abilities that link work, life quality and harmonious development of communities. Supported by the conception that physical-leisure activities are proven to be a fundamental element to revert the issue of motor limitation in senior citizens, this study has the purpose of analyzing and proposing socio-educational actions which are necessary to the production and dissemination of knowledge related to the issue of getting old with an improvement in the quality of live, to students of the Communities Development Course at CEFET-Uberaba. In order to do this, two questionnaire were made and applied: (1) to students that entered the course in the first semester of 2004 and, therefore, had not yet done the module “Physical and Leisure Activities for Senior Citizens”; (2) to professionals that have recently graduated in the Communities Development Course; (3) to elderly people that have taken part in the project established for more than ten years, a partnership between CEFET-Uberaba and Associação de Diabéticos de Uberaba (Uberaba Diabetic Association). The first moment with the students had the purpose of collecting information that would lead to an improvement in educational practices aimed at the development of abilities in professional education; the second moment with the elderly people had the purpose of making a survey of the senior citizen’s profile so that the students should be able to carry out adequate and safe interventions during the practical activities of the aforementioned module. The results indicate that a partnership between the community and the school, in the development of professional abilities that take into consideration the elderly people, which are part of a significant segment in Brazilian society, is essential to the learning of theoretical-practical activities

Key words: abilities, elderly people, professional education.

1. INTRODUÇÃO

Desenvolver é uma das características da humanidade que se transforma a cada momento e, nesse sentido, desenvolvimento significa crescer em complexidade e força em todas as dimensões da cultura, o que não significa, necessariamente, tornar-se maior ou mais rica, e sim, mais especializada e sistematicamente organizada. Uma comunidade, como instituição social, desenvolve-se por si em um esforço coletivo. O facilitador (também chamado de mobilizador) é o profissional que lida com o desenvolvimento de comunidades e pode estimular, encorajar e orientar os membros da comunidade onde atua. Algumas entidades assumem que o desenvolvimento da comunidade significa simplesmente tornar-se rica em capital ou rendimento. Desenvolver é mais do que isso. É uma mudança social na qual a comunidade torna-se mais complexa, adicionando instituições, por meio de seu poder coletivo, mudando quantitativamente e qualitativamente sua organização.

Com a evolução das técnicas, durante séculos de existência da humanidade, houve a necessidade de criar novas tarefas, atividades, trabalhos, profissões que garantissem a sobrevivência da comunidade à qual o indivíduo pertence. A formação social implica luta entre ideologias, determinada pelas relações e interesses econômicos. A divisão interna do trabalho em tarefas de execução e de decisão foi implementada nas sociedades modernas. Essas divisões, enquanto momento histórico, revelam-se nas técnicas, na organização do trabalho, nos valores e na ideologia de cada comunidade. Nesse panorama, as técnicas deixam de ser elaboradas e praticadas por um único indivíduo e tornam-se domínios de grupos sociais diferentes.

Podemos perceber que na expansão das sociedades modernas, a atividade manual separou-se, progressivamente, da atividade intelectual, criando duas vertentes: o trabalho manual e o trabalho intelectual. Uma vez que o homem é um ser histórico e social que constrói suas relações com a natureza e com os outros homens no processo de produção, o trabalho pode ser analisado como mediação histórica do processo de evolução das comunidades de outrora. O trabalho é uma atividade transformadora do homem sobre a natureza, visando à produção dos bens necessários a sua subsistência e também à do grupo a que pertence. As condições de produção são reguladas pela organização social e pela técnica, e os processos de produção estão diretamente ligados ao desenvolvimento de comunidades.

Nesse sentido, conhecer a relação entre educação e trabalho, na perspectiva da pedagogia das competências nas sociedades capitalistas, é essencial para a compreensão dos desafios e perspectivas da educação profissional. O trabalho está no centro das relações entre competências e desenvolvimento profissional, cuja compreensão contribui para o entendimento e clareza sobre o papel e o lugar da educação profissional no desenvolvimento de comunidades. Vale ressaltar que em uma mesma comunidade encontramos indivíduos de várias faixas etárias. Para manter o equilíbrio e a harmonia dessas comunidades, o ativista (que atualmente é um dos papéis do profissional técnico) deve inserir todos os integrantes na dinâmica das transformações e aprimoramento sociais.

Toda comunidade possui, em seu bojo, um certo número de indivíduos em idade avançada – que se cognominou Terceira Idade. Tais indivíduos, ao contrário do que se pensa, têm sua força de trabalho e pode ser envolvido em tarefas adequadas ao seu aspecto físico e psíquico. O que não deve acontecer é a comunidade conceber a velhice como algo improdutivo em comparação com os indivíduos mais jovens da sociedade. Uma das formas de adaptar o idoso à realidade e a contextos mundiais atuais é procurar valorizá-lo como um ser experiente e capaz de colaborar com a subsistência e desenvolvimento da comunidade onde está inserido.

Sem utilizar a segregação, que exclui os menos favorecidos, é interessante que se estabeleça afiliações entre os idosos de uma determinada comunidade sob a forma de organizações como clubes, centros recreativos, com o intuito de socializar a terceira idade consigo mesma e com elementos de outras faixas etárias. Desse modo, procura-se adaptar os papéis sociais de maneira que os idosos possam adotar novas atividades como caminhar, nadar, dançar, aprender artesanato, culinária, artes e outros ofícios de modo a oferecer-lhes oportunidades de se engajar na sociedade.

A atividade físico-recreativa é identificada, constantemente, como uma das intervenções na saúde mais significativas para a melhoria da qualidade de vida das pessoas em idade avançada. Dentro dos benefícios imediatos da participação regular do idoso em exercícios físicos e de caráter recreativo, podemos citar: maiores níveis de auto-eficácia, controle interno, melhoria nos padrões do sono, relaxamento muscular, dentre outros. Percebe-se que a redução dos níveis de atividade física, dentre outros fatores, é a principal causa do declínio da qualidade de vida do indivíduo que se encontra na terceira idade.

Quando se pensa em atividade física na terceira idade, na realidade, alia-se às práticas desportivas e recreativas o viver em plenitude (física e mental), na busca de alcançar a realização pessoal com dignidade e lucidez. Distancia-se, nesse momento, as concepções de beleza eterna padronizada e procura-se o belo nos valores humanos que os anciãos nos ensinam e nas orientações de vida que demonstram em sua personalidade experiente.

Dessa maneira, procura-se, criar condições para que todo ser humano possa melhorar sua qualidade de vida. A vida ativa é o estilo de vida que na história era adotado antes de as pessoas alcançarem os benefícios da modernização industrial, do desenvolvimento tecnológico, do automóvel e outros equipamentos que facilitam o trabalho e a diversão como os computadores e a televisão (SHARKEY, 1998). Segundo o autor, por meio dessas maravilhas da engenhosidade humana é possível minimizar o gasto de energia física diário utilizando-se botões, teclas e comandos de voz com a finalidade de alcançar os recursos necessários à sobrevivência, ao trabalho e ao entretenimento.

Paralelo ao declínio de gasto de energia humana houve um incremento no consumo de comidas gordurosas (convenientes e rápidas) e o aumento do emprego do açúcar na culinária cotidiana. O declínio da atividade física e o crescimento do consumo de alimentos inadequados à manutenção física saudável se transformaram em um problema sério, principalmente para a população sedentária. Tudo isso, aliado a outros fatores de ordem psicológica, biológica, social e ideológica, definiu um potencial alarmante no incremento de epidemias e doenças causadas pelo estilo de vida imposto pela dinâmica da sociedade contemporânea. Dessa maneira, a falta de atividade física, aliada a um estilo de vida estressante, é considerada um fator de risco para diversos distúrbios físicos e psíquicos não só na terceira idade como em todas as faixas etárias.

O profissional, que lida com a cultura do movimento, acredita, em geral, que a atividade física quando executada de forma regular, moderada e prazerosa, proporciona ao praticante melhor qualidade de vida. Mediante à evolução da Educação Física, que passou a ser praticada nas escolas, alcançando crianças e jovens é que há a possibilidade de preparar a humanidade para uma terceira idade saudável e ativa. Nessa linha de análise, o ser humano em idade produtiva deve estar cada vez mais ciente da importância da atividade física, da recreação e do lazer, para mantê-lo em condições de produzir e se manter no mercado de trabalho.

Contudo, uma grande parcela da população brasileira, sobretudo aqueles que atingiram a terceira idade, ficaram à margem do processo. Esse fato veio colaborar com a criação de novas modalidades laborais no sentido de dar condições para a inserção do idoso no processo produtivo, por meio de projetos sociais e planejamentos de atividades voltadas para essa parcela significativa da sociedade brasileira. Sabemos que o processo de envelhecimento tem sido objeto de estudo e análise constante do ser humano, em todos os tempos. Evidentemente que nem toda sociedade rejeita o envelhecimento, não se conformando com sua evidência, uma vez que a concepção de velhice varia de acordo com os preceitos sociais e culturais de uma determinada nação.

É essencial reverter o quadro que se apresenta, ou seja, os idosos, quase sempre, despertam sentimentos negativos, como a piedade, o medo e a insegurança, o que pode levá-los ao isolamento e conseqüentemente à depressão, ocasionando uma séria dependência de medicamentos e de outras pessoas para realizarem seus afazeres cotidianos. Assim, torna-se importante sensibilizar as esferas sociais da importância de atuar junto aos idosos de modo a promover seu bem-estar, erradicando toda forma de preconceito, para que se possa atingir um desenvolvimento coletivo sustentável.

Na trajetória histórica das civilizações, a eterna juventude foi sempre o sonho mais cobiçado e procurado pelo ser humano, relacionando-a, na maioria dos casos, com a felicidade plena e os ideais de beleza física. Desde os mais remotos tempos, a juventude eterna e a longevidade têm sido um dos temas mais debatidos até a atualidade. A maioria dos povos, ao longo da história, sempre apelou para a fantasia quando procuravam a fonte da juventude. Alguns pensaram encontrá-la em longínquas ilhas, outros em rios caudalosos, alguns em extratos especiais de testículos de cães e outros também pensaram em ser a longevidade dependente de uma vida reta e disciplinada (AZEVEDO, 1998).

No século XVI, começaram a aparecer os primeiros trabalhos científicos acerca da terceira idade. A partir de então, os homens criaram inúmeros tipos de poções, dietas especiais, simpatias destinadas ao prolongamento da vida e da juventude. Entretanto, nenhum desses métodos foi cientificamente comprovado e nem contribuiu para o rejuvenescimento ou o proclamaram a autonomia dos indivíduos que alcançaram a terceira idade. O desejo de controlar o envelhecimento, embora faça parte do caráter vaidoso de todo humano, é um desejo legítimo e, sem dúvida, faz parte da busca inconsciente da imortalidade.

Com toda a evolução tecnológica atual, a rejeição à terceira idade tornou-se um mecanismo de defesa natural de todo ser humano que procura preservar sua atividade física plena. Apesar de existir uma tendência das pessoas se recusarem a pensar na questão do envelhecimento, uma realidade irrefutável, resta apenas a possibilidade de conhecer melhor o seu processo e aceitá-lo. As atividades físico-recreativas ministradas ou monitoradas por um profissional competente podem auxiliar nesse processo de conscientização. Dessa maneira, essa pesquisa vem colaborar com a compreensão e criação de estratégias e ações necessárias ao bom convívio entre os indivíduos da terceira idade entre si e com outras faixas etárias.

No Brasil, erroneamente, investiram no conceito de um país de jovens, onde a terceira idade não era encarada como um futuro desafio quanto a sua inserção social e, portanto, é recente a formação de profissionais vinculados à ciência gerontológica. Gradativamente, a sociedade brasileira despertou para algo que não estava preparada para perceber: o Brasil é um país que está envelhecendo. Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), relativos ao censo do ano 2000, há 50 anos, a expectativa de vida de um brasileiro era de 43 anos. Atualmente, gera em torno de 68 anos, projetando-se para meados do século 21, uma expectativa de 73 anos, o que já começa a ocorrer na maioria das nações do mundo inteiro.

Nos próximos 20 anos, a população do Brasil poderá ultrapassar a quantia de 30 milhões de pessoas idosas e deverá representar quase 13% da população. Em 2000, segundo dados do referido Instituto, a população de acima de 60 era de 14.536.029 de pessoas, em comparação com 10.722.705 em 1991. O índice da população idosa, no início da década, representava 7,3%, enquanto que, em 2000, essa proporção ultrapassou os 8,6%. Diante disso, a previsão é de que o Brasil deverá ser a sexta população mais idosa do planeta em 2025 com 34 milhões de pessoas acima de 60 anos, cerca de 14% de nossa população.

De acordo com o IBGE, no Brasil, em geral, as mulheres vivem oito anos a mais que os homens. Em 1991, elas correspondiam a 54% da população de idosos. Em 2000, passaram para 55,1%. Portanto, segundo o censo ocorrido em 2000, para cada 100 mulheres idosas havia 82 idosos do sexo masculino. Entre as capitais do país, o Rio de Janeiro e Porto Alegre se destacam com as maiores proporções de idosos, representando, respectivamente, 12,8% e 11,8% da população dos municípios e, em contrapartida, as capitais, como Boa Vista e Palmas, apresentam uma proporção de idosos de 3,8% e 2,7% e o estado de Minas Gerais apresenta um índice de

envelhecimento de 21,88% em relação a sua população total, segundo pesquisa realizada pelo IBGE em 2000 e divulgada na internet no site oficial desse Instituto.

A cidade de Uberaba, situada no Triângulo Mineiro, tem uma população de 261.457 habitantes, sendo 126.917 do sexo masculino e 134.540 do sexo feminino. Na faixa etária de 50 a 59 anos, 10.454 são do sexo masculino e 12.166 do sexo feminino. Na faixa etária de 60 a 69 anos, 6.928 são do sexo masculino e 8.480 são do sexo feminino. Já na faixa etária de 70 a 79 anos, 3.400 são do sexo masculino e 4.668 são do sexo feminino e na faixa etária de 80 anos ou mais, 1.291 são do sexo masculino enquanto 2.079 são do sexo feminino (IBGE – DATASUS, 2002).

As alterações que ocorrem com o idoso, tanto em termos estruturais como funcionais são, em conjunto, responsáveis pela redução do desempenho e da performance motora na idade avançada (WEINECK, 1991). A velhice é basicamente caracterizada por uma acentuada involução no organismo humano que, em determinados estágios e de acordo com o estilo de vida pregressa do ancião, pode se tornar um grande desafio a ser superado.

Quando não há um planejamento social ou estratégias de inserção do idoso na comunidade, esse fato causa uma forte tendência à diminuição da atuação do indivíduo no meio em que vive. Tanto nas ações mais específicas, como por exemplo: jogar bola, nadar, pedalar, como nas mais genéricas: andar, cuidar da casa, vestir-se, fazer visitas, dentre outras, observa-se um especial comprometimento no comportamento dessa população.

O crescimento sem precedentes da população em idade avançada tem provocado alterações demográficas significativas nas últimas décadas, o que ocasiona o aumento da perspectiva de vida do ser humano. Diante dessa realidade, torna-se, então, necessário criar condições para que esse ciclo vital seja ampliado e vivido com qualidade, de forma saudável, autônoma e independente. Nessa perspectiva, esta pesquisa se originou da observação das polêmicas surgidas diante das problemáticas enfrentadas pelas pessoas da terceira idade bem como de seus familiares, apresentando formas inovadoras de lidar com a atividade física e a recreação dentro da comunidade da qual são partes integrantes.

Com o avançar da idade, a capacidade de movimentar-se é alterada por vários fatores, o que leva o ser humano a ter declínios na qualidade e quantidade de movimentos, acarretando, em grande parte, uma não socialização deste com a comunidade local. Cerca de 75% da população acima de 60 anos tem dificuldade ou

incapacidade de realizar atividades cotidianas como carregar um peso ou até mesmo caminhar alguns quarteirões (OKUMA, 1997).

Como educador responsável pelo gerenciamento dessa população, em 1990, no Município de Uberaba, idealizou-se e colocou-se em prática o projeto *Caminhar...na Terceira Idade...é Preciso*, com o objetivo de sensibilizar os participantes da importância da atividade física, na idade avançada. Tal projeto marcou o início de novo estilo de vida para o idoso uberabense. Com o interesse de contribuir com essa população, em 1993, em parceria com o Centro Federal de Educação Tecnológica de Uberaba, (CEFET-Uberaba) teve início o projeto “Atividades Físico-Recreativas para a Terceira Idade” que, em outubro de 2003, completou o seu 10º aniversário.

Isso posto, levantamos os seguintes questionamentos: Qual a contribuição da pedagogia das competências na formação inicial do futuro profissional técnico que irá lidar com o desenvolvimento de comunidades? Em que sentido essa pedagogia pode auxiliar no tratamento com atividades físico-recreativas para a terceira idade? Qual o perfil do futuro profissional que o CEFET-Uberaba procura formar? Essas indagações foram apreciadas e analisadas ao longo dessa pesquisa como forma de nortear estratégias pedagógicas que contribuam para o aprimoramento e inovação de ações pedagógicas voltadas para o módulo Atividades Físico-Recreativas para a Terceira Idade, do Curso de Desenvolvimento de Comunidades do referido centro de educação profissional de Uberaba.

O CEFET-Uberaba, baseado nas Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96), nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (Parecer CEB/CNE nº 15/98) vem cumprindo com sua função social, que é a de possibilitar aos alunos sua inserção na vida adulta, integrando-os ao mundo contemporâneo nas dimensões fundamentais: cidadania e trabalho.

Assim, essa instituição, apoiada em competências básicas e preocupada em formar os futuros profissionais em condições de enfrentar e desempenhar bem suas funções, nesse mundo globalizado e em constante evolução tecnológica, como cidadão reflexivo e ético, criou, a partir de 1998, o Curso de Desenvolvimento de Comunidades que qualifica o aluno em três níveis técnicos: serviços de assistência ao idoso, educação para a saúde e empreendimentos comunitários para a geração de renda.

Visando a trabalhar com a pedagogia das competências, foi incluído no currículo do Curso de Desenvolvimento de Comunidades o módulo “*Atividades Físico-*

Recreativas para a Terceira Idade”. Nesse módulo, busca-se por meio de atividades diversificadas, manter e aprimorar os movimentos corporais dos idosos, baseadas na criatividade, no respeito à individualidade, na flexibilidade e na criticidade, atendendo às finalidades específicas do Ensino Médio, a saber: a consolidação e o aprimoramento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental; o prosseguimento dos estudos; o preparo para a cidadania; o desenvolvimento de habilidades como: continuar a apreender e a capacidade de se adaptar com flexibilidade às novas condições de ocupação e aperfeiçoamento; o aprimoramento do educando como pessoa, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia e do pensamento crítico; e a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando teoria e prática (LDB, 9394/96).

Baseando-se na recomendação explícita nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para o Ensino Médio, a Educação Física deve estar atenta aos problemas do presente, não podendo deixar de eleger, como uma das suas orientações centrais, a “Educação para a Saúde”. A partir de tal concepção, procuramos desenvolver, no aluno, as competências e habilidades necessárias ao estudo e reflexão sugeridas pelo módulo Atividades Físico-Recreativas para a Terceira Idade, dentro dos pressupostos que norteiam o Curso de Desenvolvimento de Comunidades.

Com base nessa fundamentação, a presente pesquisa justifica-se pela necessidade da produção e disseminação de conhecimentos que demonstrem que a prática da atividade físico-recreativa é imprescindível para a manutenção e permanência da qualidade de vida e autonomia na terceira idade e harmonia das comunidades brasileiras. Justifica-se, ainda, pela possibilidade de formação de futuros profissionais, com o perfil para atuar com o idoso, elaborando propostas políticas voltadas para a terceira idade, a fim de ressignificar a atividade físico-recreativa, visando a uma melhoria de qualidade de vida, uma vez que o Curso de Desenvolvimento de Comunidades abre amplas possibilidades para a formação técnica de educandos que irão atender esse segmento da sociedade.

Esta pesquisa tem como objetivo principal: desenvolver competências junto aos alunos do Curso de Desenvolvimento de Comunidades para a sua inserção eficiente no campo de trabalho, quanto aos conhecimentos acerca da atividade físico-recreativa como contribuição para a melhoria da qualidade de vida na terceira idade. Como objetivos específicos essa pesquisa buscou: conhecer os aspectos históricos sobre a concepção de envelhecimento; estudar os processos de envelhecimentos tomando como

base as dimensões: psicológica, social e fisiológica; apreciar as contribuições da atividade físico-recreativa na melhoria da qualidade de vida do idoso. Em relação à formação técnica-profissional, procurou-se identificar as competências que foram construídas com os alunos na realização de atividades físicas e recreativas; levantar subsídios que pudessem contribuir para fundamentar as propostas pedagógicas do Curso de Desenvolvimento de Comunidades.

Esse estudo foi desenvolvido com os participantes do Projeto “Atividades Físico-recreativas para a Terceira Idade” em parceria com o CEFET-Uberaba-MG. Para compor as bases de sustentação teórica, foi feita uma revisão de literatura, com a qual se pretendeu buscar fundamentos científicos para: conhecer a terceira idade em seus aspectos históricos, psicológicos, sociológicos e fisiológicos; auxiliar na aplicação teórica-prática de algumas contribuições mais relevantes no processo de construção da concepção de pedagogia das competências e assim elaborar um estudo reflexivo sobre o Ensino Profissionalizante no Brasil, abordando seus desafios e perspectivas, na área de abrangência da Educação Física e dentro da temática aqui proposta.

Os dados estatísticos obtidos na pesquisa de campo e os gráficos construídos foram analisados, interpretados e apreciados à luz da fundamentação teórica pertinente. A partir dessa avaliação diagnóstica e com base em saberes sócio-historicamente construídos foram desenvolvidas várias dinâmicas voltadas à construção de competências junto aos alunos matriculados no referido módulo, no ano de 2004. Tais competências nortearam as práticas de atividades físicas e recreativas, que foram ao encontro das necessidades das pessoas da terceira idade, a fim de perceber os benefícios decorrentes de sua prática, na promoção de sua saúde física e emocional.

Nesse contexto, aprofundar a compreensão sobre os conceitos de competência e de atividades físicas e recreativas gerontológicas pode representar a possibilidade de tecer alternativas para a inserção social dos idosos durante o processo de desenvolvimento social e comunitário. Esse estudo vem colaborar ainda com o acesso do ancião, a médio e longo prazo, no mundo do trabalho, favorecendo, assim, o exercício pleno e consciente de sua cidadania, interferindo nas futuras decisões que possam determinar e orientar seu bem-estar e estilo de vida.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: UM ENFOQUE HISTÓRICO

O ensino profissional é um tema que tem sido muito discutido nas transformações da sociedade brasileira. Nos dias atuais, há uma preocupação com a construção de competências profissionais específicas. Isso veio mobilizar todo o segmento educacional – nível técnico e tecnológico. Apoiados na necessidade de se adaptar ao contexto social contemporâneo, os educadores responsáveis pela criação, revisão e manutenção de cursos e currículos, começaram a focalizar seus programas, projetos e atividades extra-escolares, buscando parceria com organizações não propriamente educativas públicas e/ou privadas.

Uma educação profissional abrange áreas as mais diversas e, nesse âmbito, podemos citar: a artesanal, o setor manufatureiro e industrial; a eletrônica, informática, mecatrônica e assemelhadas, dentre outras. Podemos enumerar ainda, os cursos voltados para a área de saúde e desenvolvimento social sustentável. Existem ainda os que se preocupam com a agropecuária, a agroindústria, a pesca, o comércio e um sem-número de escolas técnicas e tecnológicas voltadas para outras áreas e serviços, tais como: nutrição, desenvolvimento de comunidades, culinária, hotelaria. Assim, um estudo histórico da evolução do ensino profissional no Brasil nos leva a compreender as transformações sociais e conceituais de época de modo a nortear ações futuras, conhecendo o impacto de estratégias educacionais na história da sociedade brasileira.

2.1.1 Do século XIV à Proclamação da República

O papel da educação profissional nas sociedades primitivas se tornou uma forma de garantia de sobrevivência pela transmissão da cultura de geração em geração. A educação desenvolvia-se mediante processos não sistemáticos, a partir do trabalho de um aprendiz junto a uma pessoa mais experiente e conhecedora dos processos de subsistência da tribo, em seu próprio território, com seus próprios instrumentos. Aprendiam, assim, a caça, a pesca, a construção de cabanas, dentre outros

conhecimentos ditos espirituais e “mágicos”. Ao auxiliar o mestre em pequenas tarefas, que lhe eram atribuídas de acordo com as exigências da produção, o índio aprendia dominando, progressivamente, os processos e estratégias necessárias à sua sobrevivência, inclusive a arte da guerra (CUNHA, 2000).

Nesse contexto, as estratégias educacionais visavam à divulgação e ao aprendizado de técnicas culturais consideradas sagradas, com o cuidado de preservar a imutabilidade de hábitos, costumes e comportamentos. Essa imutabilidade garantiria o poder do grupo social, sobretudo no âmbito da educação moral, cultural e religiosa (LOPES, FARIA-FILHO & VEIGA, 2000). No século XIV, a chegada dos portugueses em Pindorama (nome dado às terras brasileiras pelos índios), gerou uma brutal reorganização de costumes e tradições sociais, negando os valores morais dos diversos grupos indígenas da sociedade primitiva brasileira. Posteriormente, com a chegada dos jesuítas, inicia-se a catequização dos índios.

De acordo com Piletti (1997), a falta de interesse pelas atividades técnicas, científicas e artísticas marcaram a educação colonial (1500-1810), por sua vez instituída pela metrópole dentro de uma política monárquica interventora. As escolas jesuíticas se expandiram, demonstrando necessidade de uma regulamentação que foi efetivada por Inácio de Loyola, em documento cognominado de *Ratio Studiorum*, que segundo os escritos de Gadotti (2002), constituíram um sistema único de ensino, cujo ideal era a formação do homem universal. A educação se preocupava com o ensino humanista de cultura geral, enciclopédico e alheio à realidade da vida da Colônia. Percebe-se que naquela época não havia a preocupação com a educação profissional, nem mesmo para a transmissão de técnicas agrícolas, cujo conhecimento poderia favorecer uma maior produtividade para Portugal.

A partir do início da colonização do Brasil, as relações escravocratas de produção afastaram a força de trabalho livre. O emprego de escravos como carpinteiros, ferreiros, pedreiros, tecelões, afugentavam os trabalhadores livres dessas atividades, uma vez que os senhores de engenho e os empregadores viam os agregados como posse e não como funcionários. Em virtude dessa postura preconceituosa por parte dos portugueses, as corporações de ofícios que visavam à formação profissional dos indivíduos de uma dada comunidade não tiveram, no Brasil-Colônia, o desenvolvimento que tiveram em outros países como os da América do Norte e Europa.

Essa característica afastava as possibilidades de implantar escolas para a aprendizagem de ofícios que exigiam esforço físico ou a utilização das mãos, já que os

homens livres se afastavam do trabalho manual para não deixar dúvidas quanto a sua própria condição, a fim de eliminar as ambigüidades de classificação social (CUNHA, 2002). Pode-se inferir assim que, nessas atitudes, estão as bases do preconceito contra o trabalho manual, inclusive e principalmente, daqueles que estavam, em condições sociais, mais próximos dos escravos, como os mestiços e os brancos pobres.

Em 1752, a Irmandade de São José formada por carpinteiros e pedreiros do Rio de Janeiro, que era uma corporação de ofício, fundada com o objetivo de formar mão de obra nessas duas áreas, proibia a entrada de escravos ou de qualquer homem livre na condição de agregado. Nessa perspectiva, esse mesmo autor, aponta que se havia o trabalho pesado e sujo (manual, evidentemente) ao escravo havia, ao mesmo tempo, atividades manuais que os brancos livres queriam que ficassem preservadas para si. Nesses casos, as corporações de ofício faziam normas rigorosas, até mesmo com apoio das câmaras municipais, impedindo ou pelo menos desincentivando o emprego de escravos como oficiais (CUNHA, 2002, p. 5).

Cunha (2002), afirma ainda que, com o passar do tempo, o rigor foi diminuindo, sendo que as restrições passaram a ser compensadas por escolas especiais destinadas às corporações de ofício que compravam os direitos até então pertencentes somente aos “brancos”. Tal irmandade estipulou uma contribuição especial para que o oficial mulato fosse aceito como irmão e, em decorrência, pudesse ser examinado e abrir loja.

Com a expulsão dos jesuítas pelo Primeiro-Ministro de Portugal, Sebastião José de Carvalho, o Marquês de Pombal, mudou o modelo educacional e concebeu a educação dentro dos padrões de um ensino utilitarista, que, por sua vez, colocava a primazia da ciência sobre a religião. O currículo passa a ser determinado com base em uma visão mais aberta para prática profissional como o comércio e para a resolução de questões práticas utilitárias, utilizando-se das ciências naturais, da física e da matemática (PILETTI, 1997).

Com a chegada da família real ao Brasil, a educação configura um novo quadro e uma nova perspectiva profissional, principalmente na área agrícola. Sustentada pela concepção mercantilista, que ressaltava a agricultura e o comércio entre as nações como fonte da riqueza, no governo de Dom João VI, criou-se o Jardim Botânico do Rio de Janeiro – uma verdadeira estação agrícola experimental – assim como escolas de agricultura em diversas províncias. Uma instituição exemplar foi o Colégio das Fábricas, criado, em 1809, no Rio de Janeiro para abrigar os órfãos da Casa Pia de Lisboa, trazidos na frota que transportou a família real e sua comitiva para o Brasil. Nas

palavras de Cunha (2002, p. 6): “Eles aprendiam diversos ofícios com artífices que vieram na mesma frota”.

Nesse mesmo século, entre os anos de 1800 a 1822, foram criados cursos de cirurgia no Rio de Janeiro, o Museu Nacional, o Laboratório de Química e a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios. Na Bahia, foram instituídos cursos de agricultura, química e de desenho com o objetivo de beneficiar a indústria em fase de implantação. Outro evento importante foi a fundação da primeira biblioteca pública do Brasil, por meio do acervo pessoal de D. João VI, trazido de Portugal.

Em 1834, um Ato Adicional à Constituição dispõe que as províncias passariam a ser responsáveis pela administração do ensino primário e secundário. Sobre o Ato Adicional, Ribeiro (2000, p.49) comenta que: “Tais níveis de instrução sofrem, desta maneira, as conseqüências da instabilidade política, da insuficiência de recursos, bem como do regionalismo que imperava nas províncias, hoje, Estados”. A mesma autora analisa que, as escolas eram insuficientes em relação à quantidade e qualidade, referindo-se ao seu conteúdo e metodologia. Na tentativa de suprir tal insuficiência, em 1835, cria-se em Niterói a primeira escola normal do país. Iniciava-se, então, a formação das primeiras professoras primárias no Brasil, visando a uma melhor preparação docente e, como conseqüência, foram criados os primeiros cursos profissionais na área da educação.

Cunha (2002) em seus estudos indica que entre os anos de 1840 e 1856 foram criadas as Casas de Educandos Artífices por dez províncias, que adotaram o modelo de aprendizagem de ofícios vigente no âmbito militar, inclusive os padrões de hierarquia e disciplina. Ainda no século XIX, com o aumento da produção manufatureira no Brasil, começaram a ser organizadas as sociedades civis destinadas a ministrar ensino de artes e ofícios. Para manutenção dessas sociedades, os recursos provinham de quotas pagas pelos sócios ou doações de benfeitores, membros da burocracia do Estado (civil, militar e eclesiástica), nobres, fazendeiros e comerciantes. As mais importantes sociedades desse tipo foram as que criaram e mantiveram liceus de artes e ofícios. O primeiro desses liceus surgiu no Rio de Janeiro, em 1858. Essa escola intitulada Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro foi um projeto educativo parcialmente assumido pelo Império.

Em 1873, foi fundada a Sociedade Propagadora da Instrução Popular, na cidade de São Paulo, cujos membros de sua primeira diretoria eram pertencentes, ao mesmo tempo, à burocracia do Estado e ao parlamento. Em 1882, essa sociedade criou uma nova escola noturna, o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, com o objetivo de

ministrar ao povo os conhecimentos necessários às artes e ofícios, ao comércio, à lavoura e às indústrias. Começa no Brasil um incremento da educação profissional com a criação de novos cursos de comércio e agricultura, bem como, no próprio Liceu, de aulas adicionais de português, francês, inglês, geografia, cosmografia, história universal, história pátria, história da arte e da indústria, estética, higiene, anatomia, psicologia, direito natural e constitucional, e também, economia política.

Algumas décadas mais tarde (1875), fundou-se o Asilo dos Meninos Desvalidos, no Rio de Janeiro. Tal instituição abrigava meninos que tinham idade entre 6 e 12 anos e se encontravam em tal estado de pobreza que, além da falta de roupa adequada para frequentar escolas comuns, viviam na mendicância. Nesse asilo, recebiam instruções primárias, seguidas de disciplinas tais como: álgebra elementar, geometria plana e mecânica aplicada às artes; escultura e desenho; música vocal e instrumental. Nessa instituição, aprendiam, inclusive, um dos seguintes ofícios: tipografia, encadernação, alfaiataria, carpintaria, marcenaria, tornearia, entalhe, funilaria, ferraria, serralheria, courearia ou sapataria. Cunha (2002, p. 8) afirma que “após concluir a aprendizagem, o artífice permanecia mais três anos no asilo, trabalhando nas oficinas, com o duplo fim de pagar sua aprendizagem e formar um pecúlio que lhe era entregue ao fim do triênio”.

Em 1889, o Visconde de Ouro Preto, conselheiro do Império, conseguiu reunir os recursos necessários à criação das primeiras oficinas profissionais brasileiras. Com o início do regime republicano, os novos dirigentes da nação criaram mecanismos jurídicos e fiscais para ampliar as isenções tributárias e facilitar as doações à sociedade mantenedora. Em 1890, é aprovada a reforma Benjamin Constant que, segundo Ribeiro (2000), sob a influência do positivismo, tinha como princípios orientadores a liberdade e laicidade do ensino, assim como a gratuidade da escola primária, conforme orientação da Constituição Brasileira.

A Reforma proposta por Benjamin Constant organizava a escola em duas categorias: o primeiro grau – para crianças de sete a quatorze anos, e o segundo grau – para os jovens de treze a quinze anos. Em 1893, mesmo tendo suas instalações destruídas por um incêndio, o Liceu da cidade de São Paulo pôde se recuperar, ampliar o número de alunos e oferecer cursos ligados à produção fabril, em particular no setor das artes gráficas, cujas oficinas foram inauguradas em 1911 (PILETTI, 1997). A ascensão do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo deu-se em 1896, já no regime republicano e federativo, dois anos após a inauguração da Escola Politécnica (1894) no referido estado, quando doações significativas foram feitas pelo governo paulista, na

forma de subsídios financeiros e bens imóveis. Um amplo prédio foi construído, passando a ser ocupado em 1900, permitindo a ampliação do número de alunos e a instalação de diversas oficinas (CUNHA, 2002).

Com a Revolução Industrial cresce o interesse da sociedade brasileira em criar condições para a formação de mão de obra necessária à implantação do industrialismo no Brasil.

Em dezembro de 1889, Raimundo Teixeira Mendes, um dos principais propagadores do Positivismo no Brasil, entregou a Benjamin Constant um memorial em nome de cerca de 400 operários das oficinas do governo no Rio de Janeiro. Tal memorial continha um plano para incorporar à sociedade o proletariado a serviço da República, como modelo a ser seguido por todos os empregadores. Nesse mesmo documento, propunham medidas, dentre outras, a regulamentação da aprendizagem de ofícios, o estabelecimento do salário-mínimo, a remuneração adicional em função da produtividade, o descanso semanal, as férias remuneradas, a aposentadoria, a redução da jornada de trabalho para sete horas, as licenças para tratamento de saúde. Esse memorial fez referência às necessidades da produção, em particular à crescente demanda da indústria moderna brasileira que exigiu do proletário uma maior instrução para saberem lidar com as máquinas da época. Inicia-se, então, uma crescente preocupação com a instrução dos proletários para a prática e o conhecimento das atividades industriais emergentes. Entretanto, os proletários não dispunham de recursos para investir nessa instrução devido às condições materiais precárias em que viviam.

2.1.2 - Da Proclamação da República à Década de 60

Após a Proclamação da República, a sociedade brasileira se constituía e o urbanismo ascendente e a burguesia comercial se contrastavam com o analfabetismo e a precariedade de condições de vida dos homens livres e dos escravos recém libertados. Estes se transformaram em mais um problema social, pois em uma sociedade emergente, as técnicas de leitura e escrita eram exigidas como padrão de desenvolvimento social. Surgem as campanhas visando à implantação e à difusão da escola primária. Com base no movimento nacionalista, os próprios políticos do início da República além de combater o analfabetismo, propunham a introdução da formação patriótica, por meio do ensino cívico (RIBEIRO, 2000).

Nos dizeres de Piletti (1997 p.54): “a primeira república é o período no qual se colocou em questão o modelo educacional herdado do império, que privilegiava a educação de elite – secundária e superior – em prejuízo da educação popular – primário e profissional”. Assim, podemos ver que as organizações particulares, principalmente as de caráter religioso, não se dedicaram no Brasil à educação popular. No início da república, houve uma melhora significativa no ensino em termos de administração escolar, pois foram fundados os primeiros grupos escolares ou “escolas-modelo”.

Os escritos de Cunha (2002, p. 16) revelam que “no triênio 1906/1908, o Liceu de São Paulo recebeu verbas do governo estadual, da prefeitura municipal e uma pequena contribuição dos sócios da entidade mantenedora (a Sociedade Propagadora da Instrução Popular)”. Aliados a esses recursos, a participação de particulares foi significativa. Em 1910, o Liceu recebeu a oferta de fornecimento gratuito de energia elétrica para as oficinas.

Os ideais republicanos, cuja concepção era a participação de todos na construção do novo país, sustentavam que as pessoas necessitavam de um mínimo de escolaridade. O novo Estado foi ainda colocado à mercê de antigos ideais e a renda se concentrava ainda nas mãos dos senhores de engenhos e de seus herdeiros e a elitização do ensino profissional se mantém como característica marcante. Gadotti (2000, p. 27) relata que “esse período é também marcado por numerosas reformas educacionais que procuravam estabelecer a estrutura e o funcionamento dos ensinos básico e superior”. Entretanto, tais reformas ainda não se estendiam aos alunos da camada popular, que sem condições de cursar as escolas secundárias que eram pagas, continuavam a fazer parte do rol dos analfabetos.

Na década de 20, a educação brasileira passaria por uma série de reformas e discussões, pois até o momento vigorava uma educação de elite que foi colocada sob debate. Nessa época, a proposta estava voltada para a instituição de um sistema nacional de educação, formando um todo desde a educação básica (primária, secundária e profissional) até o curso superior. Piletti (1997, p. 62) relata que “os educadores que participavam dos debates e discussões nutriam um grande entusiasmo pela educação; acreditavam que através dela poderiam modificar a própria sociedade”. Desse modo, para substituir a educação de elite, o governo deveria desenvolver um moderno e eficiente sistema que atenderia, sobretudo, as classes sociais menos favorecidas, ou seja, instituir uma educação popular.

Mediante as pesquisas de Cunha (2002, p. 17), Nilo Peçanha, enquanto Presidente do Estado do Rio de Janeiro, “baixou um decreto criando, em 1906, cinco escolas profissionais – três para o ensino manufatureiro (em Campos, Petrópolis e Niterói) e duas para o ensino agrícola (em Paraíba do Sul e Resende)”. Essas medidas foram inspiradas no Instituto Profissional Masculino (o antigo Asilo de Meninos Desvalidos), que posteriormente passou a se chamar Instituto de Educação Profissional. Em 1909, o Brasil passava por um surto de industrialização, quando as greves de operários foram numerosas e articuladas, ou seja, umas categorias paralisando o trabalho em solidariedade a outras, lideradas pelas correntes sindicalistas. Nesse cenário, o ensino profissional foi visto pelas classes dirigentes como uma solução contra as idéias subversivas do proletariado brasileiro, ao formar nova mão-de-obra competitiva com os grevistas. Os ideais de desenvolvimento social atribuíam à indústria a função de elevar o Brasil ao nível das nações mais desenvolvidas, pois permitiria propiciar o desenvolvimento das forças produtivas, estabilizar a economia e levar o progresso a todas as regiões. Nesse mesmo ano, o Presidente da República, Nilo Peçanha baixou o decreto 7.566, de 23 de setembro, criando 19 escolas de aprendizes e artífices, situada uma em cada estado (CUNHA, 2002).

A finalidade educacional dessas escolas era a formação de operários e contramestres, por meio de ensino prático e conhecimentos técnicos necessários aos menores que pretendessem aprender um ofício em oficinas de trabalho manual ou mecânico que forem mais convenientes e necessários ao estado em que funcionar a escola, consultadas, quanto possível, as especialidades das indústrias locais (CUNHA, 2002, p. 19).

Os relatos efetuados por Shiroma, Moraes & Evangelista (2000, p. 17) dizem que “uma concepção francamente salvacionista convencia-se de que a reforma da sociedade pressuporia, como uma de suas reformas fundamentais, a reforma da educação e do ensino”. Isso porque durante os anos de 1910 e 1920, os governantes pensavam que nas intervenções educacionais profissionais estariam as soluções para os problemas sociais, econômicos e políticos do Brasil.

Nesse panorama, cada escola de aprendizes artífices deveria possuir até cinco oficinas de trabalho manual ou de mecânica, mediante avaliação prévia da capacidade do prédio escolar e as especialidades das indústrias locais. Em 1917, a Prefeitura do Distrito Federal (Rio de Janeiro) criou a Escola Normal de Artes e Ofícios Venceslau Brás, com a finalidade de preparar professores, mestres e contramestres para os

estabelecimentos de ensino profissional, assim como professores de trabalhos manuais, para as escolas primárias da municipalidade.

A partir de 1918, o diretor de cada escola poderia criar mais oficinas, de acordo com os recursos disponíveis, desde que dispusesse de pelo menos 20 candidatos para o ofício correspondente. Um acordo entre a União e a Prefeitura determinou, em 1919, que a Escola Normal de Artes e Ofícios Venceslau Brás passasse para a jurisdição do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, ampliando sua área de atuação para todo o território nacional. Para os alunos do sexo masculino, essa escola de artes e ofícios oferecia (pela reforma curricular de 1924) cursos nas especialidades de madeira, metal e eletricidade; para os de sexo feminino, as especialidades de economia doméstica, costura, chapéus e para todos os educandos: artes decorativas e atividades comerciais (CUNHA, 2002).

Em 1926, a consolidação dos dispositivos concernentes às escolas de aprendizes artífices, promulgada em portaria do Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, estabeleceu um currículo comum para todas as escolas do sistema. Isso implica dizer que o desenvolvimento de um sistema de ensino brasileiro toma impulso nos anos 20 através de reformas nos Estados (CUNHA, 2002). Estas reformas foram baseadas em concepções pedagógicas de vanguarda na época, sistematizadas sob o nome de Escola Nova (GADOTTI, 2002). Apoiados nos ideais escolanovistas, uma medida inovadora trazida pelo regulamento de 1926, foi a industrialização das escolas de aprendizes artífices. Essa medida consistia em orientar a produção das oficinas para o mercado, cabendo aos alunos remuneração conforme seu trabalho. Dessa forma, o ensino profissional se ascende e as escolas profissionais começam a ser procuradas por vários segmentos da sociedade em todo o país, amenizando o preconceito que existira na época do Brasil-Colônia, quanto aos trabalhos manuais.

A maioria dos reformadores e propagadores das idéias da Educação Nova no fim da Primeira República teve sua primeira formação em Direito. Seus envolvimento com os problemas da educação resultaram de circunstâncias fortuitas posteriores (PILETTI, 1997). Outro fato relevante foi a criação do primeiro Ministério da Educação no Brasil pelo governo de Getúlio Vargas em 1930, se desconsiderarmos o transitório Ministério da Educação, Correios e Telégrafos do início da República que não chegou a lograr êxito. Para ocupar a pasta foi convidado Francisco Campos, o promotor da reforma do ensino primário em Minas Gerais, em 1927. Pela primeira vez, o então Ministro Campos pôde impor uma reforma educacional para todo o território nacional.

No início da década de 30, segundo Piletti (1991), o objetivo principal do Governo Brasileiro era alargar sua participação no desenvolvimento educacional da nação, findando assim um longo período no qual a educação popular era relegada a segundo plano. Outro objetivo era desenvolver um sistema único capaz de articular e integrar os sistemas estaduais isolados. Por fim, visava a estabelecer mecanismos que o governo iria utilizar para se relacionar e até mesmo intervir nas Secretarias Estaduais e nos estabelecimentos de ensino. Em 1931, na conferência promovida pela Associação Brasileira de Educação (ABE), o governo solicitou aos educadores que colaborassem na formulação de uma política nacional de educação.

Nos relatos de Romanelli (1985), podemos ler que em meados da década de 30, mais especificamente em 1932, começa uma luta ideológica que irá culminar com o lançamento do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nacional. Nesse período conturbado politicamente, houve duas vertentes (reformadores e católicos) que utilizaram várias correntes pedagógicas, formando uma pluralidade de concepções sob a denominação de *Educação* ou *Escola Nova*. As reformas do ensino eram efêmeras, tamanha a disputa de doutrinas educacionais vigentes na época: reformadores X católicos (que lutavam por manter o sistema de ensino e não perder o monopólio educacional). O ensino secundário não tinha por finalidade propiciar ao aluno cursar uma faculdade, e sim, formar o ser humano para todos os grandes setores da atividade nacional, tendo como resultado a implantação e a exploração de um currículo enciclopédico.

Piletti (1997, p.75) acrescenta que: a constituição de 1934 foi a primeira a incluir um capítulo especial sobre a educação, estabelecendo alguns pontos importantes: a educação como direito de todos; a obrigatoriedade da escola primária integral bem como sua gratuidade; a assistência aos estudantes necessitados.

Nota-se que não há política educacional definida, porém já existe um grande avanço por se tratar de um ato constitucional que regulamenta um segmento da educação. Em 1934, fundou-se a Universidade de São Paulo (USP). Um ano mais tarde, Anísio Teixeira cria a Universidade do Distrito Federal e posteriormente é criada a Universidade de Porto Alegre (ROMANELLI, 1995).

Começa então a Segunda Guerra Mundial e no Brasil mais um golpe de Estado cria o Estado Novo. Conforme (PILETTI, 1997), nessa época, o Governo Federal regulamentou diversos ramos de ensino técnico profissional (industrial, comercial e agrícola) impondo currículos a todos os estabelecimentos existentes no país. Na

realidade, à minoria dominante era oportuno se valer da educação para ganhar a popularidade da nação. Instituiu-se, pois, o ensino técnico-profissional destinado àqueles que não aspiravam a entrar em uma universidade. Era um curso voltado para as massas, pois o secundário, cursado pelos filhos das classes privilegiadas, era o pré-requisito para se fazer qualquer curso superior.

O governo federal baixou o decreto-lei 1.238, em 2 de maio de 1939, obrigando as empresas a manterem cursos de aperfeiçoamento profissional para adultos e menores. Com essa medida, pretendia-se assegurar aos trabalhadores, fora do lar, condições mais favoráveis e higiênicas para a sua alimentação e propiciar-lhes, ao mesmo tempo, o aperfeiçoamento profissional.

A partir da década de 40, várias ações e atos educacionais passaram a ter uma legislação própria. Surgem as chamadas Leis Orgânicas que regulamentam o ensino comercial, industrial e agrícola, juntamente com o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial e o SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) (1942 e 1946 respectivamente). Esses cursos técnicos tinham por finalidade atender aos interesses do trabalhador, voltados para sua preparação profissional e a sua formação humana e por outro lado serviam aos interesses das empresas que necessitavam de mão-de-obra especializada. Embora contassem com o apoio da Confederação Nacional da Indústria, esses dois serviços mostram a incapacidade de o governo gerir recursos e prover a formação profissional em larga escala e incluir a população socialmente desfavorecida já que o país era emergente e necessitava de mão de obra (SHIROMA, MORAES & EVANGELISTA, 2000)).

A rigidez da lei orgânica do ensino industrial estabelecendo previamente os cursos, os currículos e os modos de funcionamento das escolas, padronizando os cursos básicos industriais, impedia a adaptação do ensino às transformações da economia, em especial na década de 50. As novas ocupações surgidas com as transformações da economia brasileira dificilmente seriam acompanhadas pelos operários formados segundo currículos elaborados no início da década de 40, quando a política governamental de industrialização ainda estava se iniciando.

Nessa época, no entanto, o governo não tinha condições orçamentárias para fomentar uma formação profissional em larga escala, quer pela dificuldade na alocação dos recursos, quer pela inoperância do sistema de ensino para oferecer aos trabalhadores a formação técnica desejada. Surge, então, a idéia de transformar as fábricas em escolas, “o locus ideal da formação para os valores do industrialismo” (SHIROMA, MORAES

& EVANGELISTA, 2000, p. 28). O sistema de ensino profissional continuou a ser mantido financeiramente pela contribuição da Confederação Nacional da Indústria, que posteriormente passou a organizar e administrar as escolas de aprendizagem e treinamento industrial em todo o País.

Chega então o fim da Segunda Guerra em 1945 e do Estado Novo no Brasil. A constituição liberal de 1946 defendia a liberdade e a educação dos brasileiros, assegurada como direito de todos e os poderes públicos foram obrigados a garantir a educação em todos os níveis, juntamente com a iniciativa privada. Em 1948, foi reconhecida a tarefa do poder público de cuidar da alfabetização e da educação geral primária. O Ministro da Educação, Clemente Mariani, nomeou uma comissão de especialistas para estudar e propor um projeto de Lei de Diretrizes e Bases que somente foi efetivada em 1961 (SHIROMA, MORAES & EVANGELISTA, 2000; GADOTTI, 2002).

A nação, na década de 50, passava por um movimento nacional de desenvolvimento e industrialização. Juscelino Kubitschek vence as eleições e, após um ano de governo agitado pelo inconformismo das forças derrotadas, diante da intenção de executar seu programa de governo, estabelece uma real liberdade política. Em 1951, o projeto da LDB, elaborado em 1948, foi exumado e recomposto e em 1952, submetido a uma Comissão de Educação e Cultura da Câmara para debater e estudar o conteúdo da Lei. Nessa década, o SENAI passou por vários problemas, uma vez que deparava com a dificuldade em responder às demandas de grandes dimensões e bastante diversificada, geradas pelo novo surto de industrialização, no auge do processo de substituição de importações (CUNHA, 2002).

No final dos anos 50, os debates em torno da educação intensificaram tanto que se desenvolveram vários movimentos populares em defesa da educação (GADOTTI, 2000). Os diplomas só poderiam ser registrados no Ministério da Educação se as escolas estivessem adaptadas às normas deliberadas pelo atual governo. No que se refere ao curso básico industrial, verificou-se uma mudança completa de objetivos: passou a ter as características de curso secundário do primeiro ciclo e com orientação técnica. Diante dos dispositivos da lei 3552/59, tais cursos deixaram de oferecer várias especialidades, para se tornar um único curso não especializado, com os seguintes objetivos, com relação ao educando: ampliar os fundamentos de cultura; explorar aptidões e desenvolver capacidades; orientar, com a colaboração da família, na escolha de oportunidades de trabalho ou de estudos ulteriores; proporcionar conhecimentos e

iniciação em atividades produtivas, revelando, objetivamente, o papel da ciência e da tecnologia no mundo contemporâneo (CUNHA, 2002). De acordo com esse autor, novas mudanças na legislação efetuadas pelo Decreto 50.492, de 25 de abril de 1961, completou a lei de 1959, trazendo como principal inovação a significativa mudança na denominação do curso básico industrial para ginásio industrial. Esse decreto previa também a possibilidade dos estabelecimentos de ensino secundário transformarem seus cursos em ginásios industriais.

Em 1960, os chamados movimentos de educação popular tiveram atuação surpreendente e atraíram intelectuais e militantes que já vinham se destacando em fins dos anos 50. Tais movimentos surgiram da preocupação com questões educativas e, dentre eles, podem se destacar: Centros Populares de Cultura (CPCs) da UNE (União Nacional dos Estudantes), os Movimentos de Cultura Popular (em Pernambuco, 1959). Neste último, pode-se destacar os programas de alfabetização eficientes e altamente politizados de Paulo Freire e o “De pé no chão também se aprende a ler”, liderado por Moacyr Goes (SHIROMA, MORAES & EVANGELISTA, 2000).

A partir desse momento, além do curso industrial ir paulatinamente tendendo a se identificar com o secundário, este, por sua vez, iniciou um deslocamento na direção daquele, embora modesta, com a introdução, no seu currículo, de uma disciplina vocacional. Segundo Cunha (2002), nesse processo de unificação, o Ministério da Educação desempenhou um papel ativo. De 1961 a 1965, a Diretoria do Ensino Secundário fez sucessivos projetos de ginásios denominados modernos, orientados para o trabalho e polivalentes, em que as duas primeiras séries predominavam as disciplinas de caráter exclusivamente geral, ao lado de disciplinas vocacionais: artes industriais ou técnicas agrícolas, conforme a economia da região onde cada estabelecimento de ensino se localizasse. Nas duas últimas séries, aumentava-se a carga horária destinada às disciplinas vocacionais (técnicas e práticas). Os alunos, orientados, escolheriam uma das seguintes áreas: artes industriais, técnicas agrícolas, técnicas comerciais, educação para o lar ou o aprofundamento dos estudos gerais.

2.1.3 A Educação Profissional nas Políticas Públicas Brasileiras

No início da década de 60, no regime militar, a educação, intensamente debatida, passou por duas reformas: a do ensino superior (1968) e a do ensino básico (1971). Durante o militarismo dos anos 60, Gadotti (2000, p. 27), observa que tais mudanças

ocorreram “consagrando a tendência tecnicista e burocrática na educação”. Shiroma, Moraes & Evangelista (2000, p. 33-34) relatam:

A reforma do ensino dos anos de 1960 e 1970 vinculou-se aos termos precisos do novo regime. Desenvolvimento, ou seja, educação para a formação de “capital humano”, vínculo estrito entre educação e mercado de trabalho, modernização de hábitos de consumo, integração da política educacional aos planos gerais de desenvolvimento e segurança nacional, defesa do Estado, repressão e controle político-ideológico da vida intelectual e artística do país.

Em 1961, vários projetos foram reestruturados, seguindo determinação da Constituição de 1946, que apontavam para a necessidade de um projeto de lei que estabelecesse diretrizes norteadoras para o ensino brasileiro. Nesse mesmo ano, começa a vigorar a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LEI 4024/61. Com a promulgação dessa lei, se manifesta pela primeira vez a articulação completa entre os ramos secundário de 2º ciclo e profissional, para fins de acesso ao ensino superior. Da mesma forma, os cursos realizados pelo SENAI e pelo SENAC poderiam ser organizados de modo que equivalessem aos níveis atuais: fundamental (1º grau) e técnico (2º grau).

De acordo com Kuenzer (1997 p. 15): “a diferenciação e o desenvolvimento de vários ramos profissionais, em decorrência do desenvolvimento crescente dos setores secundários e terciários, acabaram por viabilizar o reconhecimento da legitimidade de outros saberes, não só os de cunho geral”. A partir de então, existiria uma diferenciação no princípio educativo que passa a associar um projeto pedagógico humanista, fundamentado no aprendizado das letras, artes e humanidades com alternativas profissionalizantes. Segundo essa autora, tal diferença não alterou a essência do princípio educacional tradicional, que é a existência de dois projetos pedagógicos distintos voltados para as necessidades definidas pela divisão técnica e social do trabalho de formar trabalhadores instrumentais e trabalhadores intelectuais por meio de sistemas distintos.

Cunha (2002) esclarece que, na década de 60, a ideologia prevalecente entre os educadores facilitou o financiamento da USAID (United Agency for International Development) para os programas do MEC de reforma do ensino ginásial, especialmente após o golpe de 1964. Em 1965, foi assinado um convênio entre essas entidades, pelo qual a agência norte-americana se comprometia a contratar nos EUA um certo número de técnicos para, junto a igual número de brasileiros, formarem a Equipe de

Planejamento do Ensino Médio (EPEM). Essa equipe prestaria, então, assistência técnica às unidades da federação, na medida de suas solicitações. Em 1968, foi realizado outro convênio entre o MEC e a USAID, prevendo a alocação de recursos externos para a realização do projeto. Para complementá-lo e supervisionar a sua execução, foi criado, no mesmo ano, o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino (PREMEN), que se responsabilizaria, também, pelo treinamento e aperfeiçoamento de professores para as disciplinas vocacionais.

Em 1970, o então ministro da educação, Coronel Jarbas Passarinho, designa nove membros que viriam a compor um grupo de trabalho instituído pelo presidente da República General Emílio Garrastazu Médici, com a função de estudar, planejar e propor medidas para a atualização e expansão do Ensino Ginásial e Colegial. A LDB 4024/61 vigorou até 1971, quando diante de uma nova realidade educacional e, sobretudo, econômica, foi promulgada a Lei 5692/71 (PILETTI, 1997). Contudo, o referido grupo já havia se reunido em 1969, com outros trinta e dois membros propostos pelo governo Costa e Silva, porém seus estudos foram interrompidos em consequência de conflitos intensos no poder executivo. O ensino profissional na nova lei modifica-se, pois a equivalência entre os ramos de secundário e propedêutico é substituída pela obrigatoriedade da habilitação profissional para todos os que cursassem o que passou a ser chamado de ensino de 2º grau.

O objetivo do ensino de 1º e 2º graus passa a ser o de “proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania” (BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 5692/71, art 1º). Kuenzer (1997) comenta que o ensino profissional nessa nova lei articulava-se com o modelo político e econômico da ditadura, cuja proposta de ensino médio traduz a despolitização do ensino-secundário por meio de um currículo tecnicista.

No governo do presidente militar Médici, houve uma preparação de mão-de-obra qualificada para atender às demandas do desenvolvimento econômico com a construção de empresas de grande e médio porte que implementou a produção em massa de produtos homogêneos. Podemos notar não só a generalização da habilitação profissional no 2º grau, como ainda a sua natureza fragmentada, com cursos especializados, bem definidos, para atender demandas específicas do processo produtivo (CUNHA, 2002). Esse autor relata inclusive, que na década de 70, o Conselho Federal de Educação parecia moldar o próprio mercado de trabalho com seus pareceres. Em 1972, o Parecer

nº 45/72 relacionou 130 habilitações para técnicos e auxiliares técnicos. Em certos casos, previam-se várias ocupações de um mesmo setor. Tal parecer dedica boa parte do texto à discussão da relação entre humanismo e tecnologia, buscando mostrar a articulação entre a concepção de educação proposta e as características do próprio desenvolvimento do curso.

Nesse sentido, para a indústria de tecidos, por exemplo, previam-se oito habilitações: técnico têxtil, técnico em fiação, técnico em tecelagem, técnico em malharia, técnico em acabamento têxtil, desenhista de padronagem, auxiliar de laboratório têxtil em fibras e tecidos, auxiliar de laboratório têxtil em química. Nesse parecer, a intenção do legislador não é reafirmar o desenvolvimento individual, a formação profissional e o exercício da cidadania que são três dimensões do mesmo processo de educação integral, no entanto, o técnico deveria se habilitar de uma maneira globalizada, assim o técnico fabril englobaria todas as habilidades fragmentadas.

Novas habilitações com seus currículos mínimos específicos foram sendo acrescentadas à lista original. Em agosto de 1974, o número de habilitações do ensino de 2º grau já chegava a 158, algumas delas aprovadas apenas para certas unidades da federação. Existia, nessa época, uma demanda real por formação de mão-de-obra qualificada em face das especificidades do modo de produção de mercadorias, com a abertura econômica e com o desenvolvimento do setor secundário. No entanto, essas demandas nunca chegaram a se concretizar, pois se distanciaram das propostas de educação profissional elaborada pelo governo.

Kuenzer (1997) relata que, em 1975, houve um novo estudo feito pelo Conselho Federal de Educação, do qual resultou o Parecer 76/75, que retoma o princípio da articulação entre educação geral e formação especial, afirmando que a dificuldade em integrá-las residia na implantação. Em função disso, o parecer dispõe-se a oferecer instruções operacionais para que o Ministério de Educação e Cultura repassasse às escolas técnicas. Esse parecer distingue a educação profissionalizante compreendida como conjunto de ações pedagógicas que leva o indivíduo a melhor compreensão do mundo em que vive e à aquisição de uma ampla base de conhecimento que lhe permita adaptar-se e acompanhar as transformações do mercado de trabalho, do treinamento profissional para a realização de tarefas específicas.

No início dos anos 80, a qualificação para o trabalho, objetivo do ensino de 2º grau, segundo a lei 5.692/71, foi substituída pela preparação para o trabalho, pela lei 7.044/82. Essa lei eliminou de uma vez por todas a obrigatoriedade da habilitação

profissional no 2º grau. A partir daí, as escolas públicas de 2º grau foram desorganizadas, seus currículos transformados numa mistura de concepções. As escolas técnicas, por terem conseguido manter um ensino de mais alta qualidade, em termos de educação geral e de educação profissional, viram-se procuradas por uma crescente demanda de estudantes que pouco ou nenhum interesse tinham por seus cursos propriamente técnicos (CUNHA, 2002). Kuenzer (1997, p. 25) pondera que tal lei “acabou por constituir em um novo arranjo conservador, reafirmando a escola como espaço para os já incluídos aos benefícios da produção e do consumo de bens materiais e culturais”. Essa autora prossegue comentando que os excluídos desses benefícios não elaboraram os saberes escolares necessários à superação de sua situação social, uma vez que a educação era, ainda, enciclopédica, voltada para a classe dominante que alimenta a acumulação capitalista.

Com a promulgação da constituição de 1988, os Estados da Federação ficam responsáveis pelo financiamento da educação em todos os níveis. Desse modo, em seu Artigo 208, a Constituição Federal determina o dever do Estado para com a educação, assegurando a progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio e o acesso aos níveis mais elevados de ensino, da pesquisa e da criação artística. Oito anos mais tarde, com base nos princípios contidos nessa Carta Magna, promulga-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 (doravante LDB 9394/96), em 20 de dezembro de 1996.

Em seu artigo 39, a LDB 9394/96 indica que “a educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva”. O intuito desse artigo é redefinir os objetivos da educação profissional, tendo em vista as novas exigências do sistema produtivo, atualmente referenciadas pelo conhecimento científico e tecnológico dos agentes da produção (administradores e trabalhadores). Essa modalidade de ensino se converte em um processo de educação permanente, pois deve conduzir ao contínuo processo de aquisição de aptidões para a vida produtiva. Nessa nova legislação, há uma abertura aos trabalhadores que não dispoem de diploma de conclusão do ensino médio regular, terão a oportunidade de realizar cursos em escolas técnicas ou em centros diversos de formação profissional (SOUZA & SILVA, 1997).

De acordo com o disposto no artigo 40, a educação profissional não mais seria integrada, obrigatoriamente, ao ensino regular (fundamental e médio), embora com ele deva-se articular quando ministrado em instituições especializadas ou no ambiente de

trabalho (em serviço). A educação básica tem por finalidades a formação comum indefensável para o desenvolvimento da cidadania e fornecer ao educando meios para progredir no trabalho tanto a nível superior quanto na educação profissional em caráter permanente (KUENZER, 1997). Vale ressaltar que, de acordo com a LDB 9394/96, a educação profissional não substitui a educação básica. A melhoria da educação profissional pressupõe uma educação básica de qualidade e constitui condição indispensável para o sucesso no mundo, no qual a competição e a inovação tecnológica tornaram mecanismos seletivos naturais no mercado de trabalho.

A LDB 9394/96 reservou um novo espaço para a educação profissional, quando em seu artigo 42 estabeleceu o funcionamento de cursos especiais e informais abertos à comunidade, como ainda possibilitou a dispensa para a matrícula de interessados a comprovação de que tenham completado qualquer nível de escolaridade (SOUZA & SILVA, 1997). Uma das inovações dos cursos profissionalizantes é a sua organização em módulos que poderão ser concluídos isoladamente ou sequencialmente em conjunto como é o caso de CEFET de Uberaba. Essa preocupação com a funcionalidade e a agilização de estudos permite que os módulos sejam concluídos em escolas diferentes, cabendo à última a expedição do diploma de conclusão de curso. Apenas o tempo dirá se essas inovações e a criação desse subsistema acarretarão melhorias na qualidade profissional e de vida dos brasileiros.

Em 1997, pelo Decreto Federal n. 2.208/97, institui-se a educação profissional fragmentada nas instituições federais de ensino. “A Educação Profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou em modalidades que contemplem estratégias da educação continuada, podendo ser realizada em escolas do ensino regular, em instituições especializadas ou nos ambientes de trabalho” e abrangerá três níveis: o básico, o técnico e o tecnológico. (BRASIL. Decreto 2.208/97, art. 2º).

O nível básico destina-se à maioria dos trabalhadores, jovens e adultos, independentemente de escolaridade anterior. Trata-se de uma modalidade de formação profissional cujos cursos não estão sujeitos à regulamentação curricular e podem ser ministrados em múltiplos espaços sociais: empresas, sindicatos, escolas etc. Aos que concluírem os cursos de educação profissional de nível básico, será conferido certificado de qualificação profissional (BRASIL, Decreto 2.208/97, art. 4º).

O nível técnico destina-se aos matriculados ou egressos do ensino médio. Terá estrutura organizativa e curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecido de forma concomitante ou sequencial a ele. No entanto, só será concedido o

diploma de técnico àqueles que concluírem o ensino médio. (BRASIL, Decreto 2.208/97, art. 5º).

O nível tecnológico corresponde aos cursos de nível superior na área tecnológica, destinados a egressos de nível médio e/ou técnico. Além dos níveis, o decreto em questão define outras modificações para a educação profissional. O currículo do ensino técnico é organizado por disciplinas, agrupadas por áreas e setores da economia e sob a forma de módulos. Os diferentes módulos podem fazer parte de mais de uma habilitação específica, ensejando a possibilidade de construção de itinerários formativos.

Quando essa pesquisa estava em pleno desenvolvimento, caminhando para a finalização da coleta de dados, o Governo Federal, por meio do Ministério da Educação e Cultura-Secretaria de Educação Média e Tecnológica (MEC/SEMTEC), promulga, em abril de 2004, um documento intitulado “Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica”. Embora esse documento não tenha a pretensão de finalizar as discussões em torno dos problemas e dificuldades que envolvem a educação tecnológica, tem por objetivo “ampliar o diálogo com a sociedade que, através de seus vários segmentos, irá reconstruir com o poder público as bases e os caminhos a serem percorridos”. Com bases nesses objetivos, infere-se que o governo pretende engajar toda a sociedade nas decisões curriculares principalmente no que se refere a valores humanos, que irão promover o exercício da cidadania, reconhecendo que à educação cabe propiciar o desenvolvimento social, tecnológico e econômico do país.

No teor do texto dessas Políticas Públicas, o MEC/SEMTEC (2004) elege, como princípios gerais:

1. Compromisso com a redução das desigualdades sociais
2. O desenvolvimento econômico é fundamental
3. Incorporação da educação básica como um direito garantido
4. Compromisso com uma escola pública de qualidade.

Em relação à Educação Profissional e Tecnológica, por meio dessas políticas, os sistemas de ensino buscarão:

- Articular a educação profissional e tecnológica com a educação básica;
- Integrar a educação profissional e tecnológica com outras políticas públicas;

- Promover a interação da educação profissional e tecnológica com outras políticas públicas;
- Recuperar o poder normativo da LDB 9394/96;
- Proceder à reestruturação do sistema público do ensino médio técnico e da educação profissional e tecnológica
- Comprometer-se com a formação e valorização dos profissionais de educação profissional e tecnológica

Nesse documento de abril de 2004, diferente do construto teórico-metodológico do francês Philipp Perrenoud, a concepção de competência adotada passa a designar a “qualidade de quem é capaz de aprender, julgar ou resolver certo problema, ter capacidade para fazer algo, ter habilidade, aptidão, idoneidade”.(MEC/SEMTEC, 2004). Os mentores dessas Políticas Públicas acreditam que “as competências se reduzem a uma parte dos atributos do trabalhador não incluindo dimensões culturais e cognitivas fundamentais à avaliação dos sujeitos” (Op. cit, 2004).

Compreende-se, no entanto, que não há como um profissional agir em seu labor, sem utilizar sua capacidade cognitiva que é um dos recursos materiais que se mobiliza quando se emprega uma competência. Além disso, como comenta Perrenoud (1999), uma atuação profissional sugere ação em um contexto no qual a cultura é um dado intrínseco desse contexto, portanto, é inviável considerar a competência como fragmentada e desvinculada da construção sócio-cultural.

O Decreto Federal 5.154/04 de 23/07/04 apresenta as “Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica” como “um instrumento estratégico de longo alcance, destinado à Nação e uma ação concreta de governo que visa enfrentar, com coragem e discernimento, os desafios que envolvem a educação profissional e tecnológica” (MEC/SEMTEC, 2004), apontando as seguintes considerações:

A educação profissional observada as diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação, será desenvolvida por meio de cursos e programas de: I - formação inicial e continuada de trabalhadores; II - educação profissional técnica de nível médio; e III - educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação (...). A educação profissional observará as seguintes premissas: I - organização, por áreas profissionais, em função da estrutura sócio-ocupacional e tecnológica; II - articulação de esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia (...). (BRASIL, Decreto 5.154/04).

Quanto à organização da Educação Profissional e Tecnológica, segundo esse decreto, em seu artigo 4º, normatiza que a articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma:

I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno;

II - concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso;

III - subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio (BRASIL, Decreto 5.154/04).

Esse decreto condiciona a concessão do diploma de formação profissional à formação de ensino médio geral, no entanto, o sistema de ensino deve cuidar para que o modelo de integração proposto não implique a mera implantação de diversos mini-cursos, de forma fragmentada. Na realidade, essa modalidade de formação deve ser de responsabilidade das empresas, inseridas nos seus respectivos mercados de trabalho, e interessadas na qualificação dos seus trabalhadores, cabendo ao poder público a priorização na formação integral nos cursos técnicos em nível médio. Por outro lado esses mini-cursos, específicos das necessidades econômicas de uma região, podem ser oferecidos como suplemento ao currículo do ensino médio/profissionalizante.

2.2 - PEDAGOGIA DAS COMPETÊNCIAS SEGUNDO PHILLIP PERRENOUD

A questão das competências é uma temática que vem fascinando grande parte dos educadores do nosso tempo. Trata-se de uma concepção de vanguarda, que procura na *práxis*, entendida aqui como uma prática com vistas à transformação, a mobilização de conhecimentos de modo interdisciplinar. Entretanto, quando não se conhece o assunto, normalmente, as concepções são distorcidas e caem em modismos sem sentido.

Nesse aspecto, Duarte (2001, p. 40) alerta que “é preciso, porém, estar atento para não cair na armadilha idealista que consiste em acreditar que o combate às ilusões pode, por si mesmo, transformar a realidade que produz essas ilusões”. Isso posto, ao repensar o ensino em função do desenvolvimento de competências, exige-se pesquisa, preparo, planejamento, projeto, avaliação e re-planejamento.

Quando se elaborar a conceituação de competência, embora esta apresente vários significados, refere-se, de um modo geral, aos conhecimentos e habilidades necessários para se alcançar um objetivo ou resultado em um determinado contexto. Portanto, na educação profissional há que se criar situações reais para que os alunos tenham oportunidades de construir conhecimentos necessários à obtenção de sucesso ao lidar com tais situações de aprendizagem. Não se deve confundir, portanto, que competência é uma habilitação, uma vez que nem sempre a posse de uma habilidade confere ao indivíduo a capacidade de mobilizar recursos diante de uma realidade desafiadora.

Essa abordagem vem sendo utilizada em diversas escolas técnicas e profissionais do mundo inteiro, principalmente em países escolarizados. No Brasil, a abordagem pedagógica que se fundamenta em competências tem-se desenvolvido e consta das orientações curriculares do Ministério da Educação e em diversas reformas educativas, introduzindo um amplo debate em torno de diferentes concepções curriculares. A temática desses debates está voltada para a relação entre o conhecimento e a competência, sobretudo na crença de que, trabalhar com um desses aspectos não significa, necessariamente, abandonar o outro.

Nessa perspectiva, desenvolver competências não quer dizer abandonar a transmissão de conteúdos. As competências são mais globalizadoras, pois permitem contextualizar aprendizagens em direção à *práxis*. As instituições educacionais devem compreender o alcance dessas concepções para conduzir o processo de construção de conhecimentos, visando à autonomia e à liberdade de expressão dos educandos. De acordo com Perrenoud (1999), competência é a capacidade de agir com eficácia em um determinado tipo de situação prática da vida cotidiana. Desse modo, são modalidades estruturais da inteligência, isto é, ações e operações que utilizamos para estabelecer relações com e entre objetos, pessoas, fenômenos, fatos sociais, situações que se quer conhecer. É necessário, portanto, lançar mão de conhecimentos e colocar em ação vários outros recursos cognitivos.

O desenvolvimento de competências aborda a integração e interação de conteúdos, disciplinas e o meio social. Nesse sentido, ser competente não quer dizer

adquirir o mero conhecimento, mas a capacidade de utilizá-lo na vida diária, no exercício da cidadania, na solução de enigmas e contratempos do cotidiano. Frente ao desconhecido, o indivíduo competente utiliza as operações mentais em um universo multidisciplinar, a fim de estabelecer relacionamentos, interpretar, inferir, fazer analogias, tomar decisões, entre outras ações que exigem suporte teórico-metodológico específico. Sua perícia supõe também atitudes e posturas mentais, ativação de esquemas de percepção, curiosidade, busca de significados e criatividade (PERRENOUD, 1999).

A primeira noção de competências que esse estudo apresenta, é que ela mobiliza conhecimentos diante de situações complexas. Portanto, não se deve confundi-las com objetivos de ensino em termos de condutas observáveis, ou seja, conteúdos programáticos adquiridos e avaliados quantitativamente. Na escola, a simples devolução de conteúdos, proposta pelo ensino tradicional, não faz mais sentido, pois não prepara o indivíduo para enfrentar o contexto social em suas várias dimensões. Desse modo, o professor mediador deve procurar orientar seus educandos para a vida, possibilitando a transformação de talentos em competências.

Um profissional que tem um bom desempenho não quer dizer necessariamente que possui competências amplas e domínio de todos os aspectos de sua profissão. Isso implica dizer que um técnico com bom desempenho não possui necessariamente a capacidade de mobilizar esquemas de conhecimentos sempre que necessita. Pensar que tudo quanto é feito mecanicamente não leva necessariamente o educador a conceber que um profissional é competente. Este há que saber como lidar com o desconhecido, com aquilo que não é repetitivo, dentro da função desempenhada em seu trabalho (RAMOS, 2001).

Ao construir competências, procura-se identificar a situação em seus vários aspectos para, em seguida, buscar os conhecimentos necessários para resolvê-la. Desse modo, a construção de competências está estreitamente ligada à formação de esquemas de mobilização dos conhecimentos. Esta construção ocorre em um contexto de ação, no âmbito da prática. Os educadores devem repensar seu modo de atuação frente à aprendizagem e propor a construção de habilidades, sem se preocupar com a memorização excessiva de informações que nem sempre se transforma em saberes.

Na descrição de Perrenoud (1999, p. 23), “só há competência estabilizada quando a mobilização dos conhecimentos supera o tatear reflexivo ao alcance de cada um e aciona esquemas constituídos”. Nesse sentido, esses esquemas se constroem a partir do exercício, do fazer, do renovar e são mais eficazes na medida em que se

associam a uma postura reflexiva, ou seja, além de viver as experiências, os educandos deverão analisá-las. Ramos (2001) complementa que a competência seria a capacidade que os trabalhadores têm em enfrentar situações e acontecimentos próprios de um campo profissional, com iniciativa e responsabilidade, guiados por uma inteligência prática, coordenando-se com outros agentes a fim de mobilizar suas próprias capacidades.

Trabalhar com um enfoque voltado para as competências na escola implica modificar a relação dos professores com o saber, bem como sua maneira de conduzir as atividades e dinâmicas em sala de aula. Assim, os projetos de trabalho devem utilizar recursos diversificados de ensino. Nessa busca por mudanças, a transmissão estanque de conhecimentos tende a dar lugar ao dinamismo plural e interdisciplinar no tratamento dos conteúdos curriculares.

Uma vez que se optou por trabalhar com situações-problema, o educador procura colocar o aluno diante de uma gama de decisões a serem tomadas para alcançar um objetivo escolhido por ele mesmo ou que lhe tenha sido proposto. Quando se utiliza uma atividade contextualizada, esta deve ser desafiadora o suficiente para levar o aluno a lançar mão dos conhecimentos disponíveis, bem como a questionar e a elaborar novas idéias (DUARTE, 2001).

Como em todas as profissões, construir competências sugere elaboração de projetos, planejamento flexível, grade curricular criativa, na qual se integrem os saberes e pratiquem uma avaliação formativa. É importante o envolvimento dos alunos na avaliação de suas competências, socializando, ponderando e argumentando os objetivos e os critérios utilizados. Na abordagem por competências, o educador procura manter uma postura de negociação permanente com seus alunos em espírito de equipe.

O professor é uma das interfaces do processo educativo, com competências específicas para desenvolver atividades educacionais. Nesse aspecto, tanto sua formação quanto a do aluno deve ser permanente, pois numa sociedade na qual as transformações mundiais acontecem de modo quase imperceptível, as competências tendem a ser recriadas, adaptadas ou completamente modificadas. Dentre as competências a serem desenvolvidas pelo corpo docente, além da postura crítica reflexiva, pode-se citar: a capacidade de observar o aluno para regular a aprendizagem; perfil inovador e habilidade criativa; prontidão em se inteirar e inter-relacionar com o educando num clima de cooperativismo e respeito; predisposição em aprender com o aluno na vivência cotidiana (RAMOS, 2001).

No exercício dessas e outras competências, o professor deve procurar universalizar o conhecimento em detrimento da fragmentação tão utilizada, e que, atualmente, não desenvolve competências significativas em virtude das transformações rápidas, produzidas pela tecnologia no meio social. Assim, o educador que não se atualiza não desenvolve habilidades para construir com o aluno as competências necessárias, capazes de transformar uma realidade social.

Quando se trabalha com competências, um conjunto de habilidades a serem desenvolvidas na escola, por meio de ações pedagógicas, quer na educação básica, quer na educação profissional, as pesquisas apontam a necessidade de um docente que: explore a criatividade; tenha segurança no conteúdo; construa conceitos a partir das experiências dos alunos; contextualize os saberes, buscando exemplos na própria comunidade; promova a participação de todos; motive e saiba disciplinar e organizar; adote uma postura interdisciplinar; seja inovador com clareza de objetivos (GENTILE e BENCINI, 2000).

Embora tenha se chegado a tal caracterização, na realidade, a definição de um profissional competente ainda merece estudos mais aprofundados, pois considerando as observações feitas, possuir tais características por si só não significa competência. Percebe-se que a competência não configura um modelo e sim um momento de mobilização de habilidades, estruturas e conhecimentos num dado contexto em um espaço e tempo definidos. Um determinado professor não consegue ser competente o tempo todo no vasto universo das ações docentes. No entanto, tanto a formação inicial quanto continuada, promove o desenvolvimento e aprimoramento das características pessoais e metodológicas referentes ao professor competente.

Nessa nova forma de abordar o ensino profissional, o técnico em formação inicial há que desenvolver as seguintes competências, dentre outras: capacidade de promover a socialização; envolvimento comprometimento e respeito; capacidade de reflexão; capacidade de síntese, afetividade na relação profissional-comunidade; capacidade para lidar com o inusitado; ser estimulador, mediador e questionador; ser promotor da autonomia e da responsabilidade; ter percepção da maturidade dos envolvidos no processo de desenvolvimento de comunidades.

De acordo com as recomendações do Curso de Desenvolvimento de Comunidades, no que tange à qualificação de nível técnico em serviços de assistência ao idoso, são trabalhadas, entre outras, as seguintes competências: organizar espaços para atividades com a terceira idade, prevendo sua ambientação, uso e articulação funcional e

fluxo de trabalho e de pessoas; organizar atividades que proporcione à pessoa idosa sua integração e participação na comunidade em que vive; organizar ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde do idoso; proporcionar atendimento ao idoso em instituições asilares e em domicílios; proporcionar ao idoso meios para que possa permanecer no seu grupo familiar e na própria comunidade.

No Brasil, durante sua formação profissional, o futuro técnico deve procurar construir as competências necessárias à sua atuação. Tais competências devem estar voltadas para a compreensão social da comunidade, visando a uma atuação interdisciplinar na qual os conteúdos serão abordados em diferentes contextos. Esse novo profissional irá incentivar todos os membros do grupo sob sua responsabilidade a procurar por si mesmo, uma forma particular de adquirir conhecimentos e como utilizá-los no contexto social. Uma tarefa que necessita um intenso esforço por parte dos profissionais que irão lidar com o desenvolvimento de comunidades e a terceira idade, pois implica mudanças de paradigmas na busca de uma formação permanente e engajada.

Uma das soluções para a má qualidade da educação profissional está sendo sustentada na elevação da formação de cultura geral dos técnicos, a qual deve ser assegurada pela garantia de ensino básico igual para todos e do desenvolvimento de competências básicas, competências profissionais gerais e de competências profissionais específicas de cada habilitação. As competências básicas são entendidas como aquelas que constituem a preparação básica para qualquer tipo de trabalho, como a autonomia intelectual, o pensamento crítico e a compreensão sobre os fundamentos científicos e tecnológicos em que está envolvida a produção (GENTILE & BENCINI, 2000).

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico (1999), com o advento da sociedade da informação e as novas formas de produção e distribuição do conhecimento, fica claro que o importante não é a quantidade de conceitos e fórmulas que um aluno aprende, mas sua capacidade de usar esse conhecimento e, principalmente, de continuar aprendendo. Nessa perspectiva, as competências gerais, comuns aos técnicos de cada área, são compreendidas como conhecimentos e atributos humanos vinculados à idéia de polivalência e que devem permitir aos técnicos o trânsito sobre diversos serviços e setores de uma mesma área profissional e, para tal, devem ser desenvolvidas tanto pelo ensino médio como pela educação profissional.

As diretrizes curriculares para o ensino profissional não são formuladas de acordo com o modelo tradicional de currículo, como relação das disciplinas a ensinar, e sim, de acordo com as metas de aprendizagem, na forma de competências a serem desenvolvidas ao longo da escolarização. Nessa linha de pensamento, as competências específicas determinariam a identidade da profissionalização, e seriam determinadas pelas habilitações profissionais e desenvolvidas, exclusivamente, durante a educação profissional. Desse modo, a concepção de trabalhar com a idéia de competência para a formação profissional implica a organização de programas disciplinares ou modulares que incluam conteúdos e meios que favoreçam o desenvolvimento de capacidades para resolver problemas, o tomar decisões e ter iniciativa e a autonomia intelectual e profissional.

Para complementar esta pesquisa, os princípios atuais da educação profissional no Brasil, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, regem-se por valores estéticos (da sensibilidade), políticos e éticos. A educação profissional traz em sintonia com os princípios gerais a seguinte implementação: competências para a laborabilidade; a flexibilidade, interdisciplinaridade, e contextualização que contribuam na formação dos perfis profissionais de acordo com as características de cada curso. Nesse sentido, além de a escola ter uma postura autônoma há que se manter atualizada para o permanente aperfeiçoamento dos cursos e currículos.

2.2.1 – Competências Necessárias ao Desenvolvimento de Atividades Físico-Recreativas Gerontológicas

Fala-se muito de atividade física e recreação envolvendo pessoas de terceira idade. Nos últimos anos, houve um claro aumento de praticantes e uma melhora nos níveis dos profissionais bem como a qualidade da prática, e o idoso está sendo orientado a adotar uma atitude positiva em relação a esse tipo de atividade. Toda atividade física destinada ao bem-estar é válida e tem efeitos positivos para o organismo ao longo de toda a vida do ser humano. Uma atividade recreativa, por exemplo, pode auxiliar na manutenção da forma, dos bons níveis de saúde, além de melhorar a qualidade de vida; mas é preciso formar profissionais para adaptá-las às necessidades e às possibilidades de movimento de cada pessoa e de cada grupo etário.

De forma geral, pode-se afirmar que as atividades motoras fazem parte do cotidiano, dentre elas: a recreação, o esporte, a atividade física, o trabalho, a dança, bem como a realização de diversas tarefas diárias. Em coerência com o desenvolvimento dessas habilidades motoras, a presente pesquisa vem fundamentar a construção de competências voltadas para a cultura do movimento, de acordo com a realidade das instituições de ensino técnico e que favoreça a formação dos profissionais que atuarão com comunidades.

Nas palavras de Neira (2003 p. 114): “a motricidade humana, da mesma forma que as outras capacidades, resulta das interações sociais e da relação dos homens com seu meio”. Desse modo, ao brincar, praticar esportes, dançar, estaremos apropriando do repertório cultural corporal da comunidade, na qual estão inseridos. As competências voltadas para o trabalho com o movimento contemplam a multiplicidade de funções e manifestações do ato motor, propiciando um amplo desenvolvimento de aspectos específicos da habilidade motora da terceira idade, abrangendo uma reflexão acerca das posturas corporais voltadas para a ampliação da cultura corporal de cada idoso.

O movimento para o ser humano significa muito mais do que mover partes do corpo ou deslocar-se no espaço. Todos se comunicam e se expressam por meio de gestos, mímicas e expressões faciais e interagem-se utilizando o apoio do corpo. Nessa linha de análise, a dimensão corporal integra-se ao conjunto das atividades diárias do ser humano em todos estágios de sua vida, inclusive na terceira idade. Conhecer o mecanismo desses movimentos para auxiliar o engajamento do idoso na comunidade é uma das competências essenciais ao lidar com atividades físicas e recreativas da terceira idade.

No Curso de Desenvolvimento de Comunidades, o profissional estará ciente de que, em certas instituições, não encontrarão materiais necessários e adequados à condução de uma atividade desportiva e/ou recreativa para a terceira idade. Perrenoud (1999, p. 31) nos lembra que “competência, ao mesmo tempo mobiliza a lembrança das experiências passadas, livra-se delas para sair da repetição, para inventar soluções parcialmente originais, que responda, (...), à singularidade da situação presente”. Pensando nessa premissa, no desenrolar do módulo Atividades Físico-Recreativas para a Terceira Idade do curso em epígrafe, é que houve a necessidade de ensinar aos alunos como improvisar e elaborar materiais por meio de sucatas, com a finalidade de possibilitar a diversificação das atividades.

Um idoso pratica atividade física, normalmente, com o objetivo de prevenir possíveis atrofias, artroses, problemas circulatórios, de manter-se em forma, de ocupar o tempo livre, de estar com outras pessoas, dentre outras finalidades. Para atender as necessidades desportivas e recreativas dos indivíduos na terceira idade, o profissional deve mobilizar recursos cognitivos com o intuito de repensar a atividade para o idoso, uma vez que em relação à estrutura, a forma de apresentar e realizar a atividade em si e seu planejamento difere de uma dinâmica utilizada nas aulas de Educação Física para crianças e jovens.

Lorda (1995) enfatiza que para alcançar uma velhice saudável, deve ser mantida uma participação ativa em ações sociais e comunitárias. Manter-se ativo na velhice é necessário para uma vida satisfatória e adequada. Nesse sentido, a recreação é uma alternativa de adaptação às mudanças e perdas sociais da velhice o que pode vir a significar re-criação (ou se criar novamente). A prática regular do exercício físico e mental pode desempenhar papéis importantes nas tarefas de desenvolvimento do ser da terceira idade.

As atividades desportivas ou recreativas em geral devem ajustar-se para otimizar a saúde e o vigor físico. Um programa regular de exercícios recreativos melhora a força muscular e diminui reduções físicas relacionadas com a velhice. Após aposentarem-se, os idosos devem redirecionar as responsabilidades de trabalho em atividades de valor e prazerosas. O profissional que se propõe a lidar com o desenvolvimento de comunidades deve construir competências que possibilitem perceber que a atividade física ou recreativa pode ser um meio de socialização, sobretudo para aquelas pessoas cujo contato social é reduzido ou quase inexistente.

Neira (2003) postula que, em virtude do alcance que a questão motora assume na atividade dos idosos, é muito importante que, ao lado das situações planejadas especificamente para trabalhar o movimento em suas várias dimensões, a instituição reflita sobre o espaço dado ao movimento em todos os momentos da rotina diária. Nesse aspecto, é importante que o trabalho colabore na expressividade e mobilidade características da terceira idade.

A prática pedagógica da Atividade Física e Recreativa deverá articular-se com o Projeto Político Pedagógico da instituição e com os objetivos educacionais pretendidos para a Educação Profissional, sobretudo, no Curso de Desenvolvimento de Comunidades. Para uma melhor compreensão do futuro profissional, deve-se considerar a situação concreta dos educandos, a especificidade da comunidade local e a formação

profissional para elaborar atividades de aprendizagem, a fim de possibilitar a construção de competências necessárias à formação integral do cidadão. Como se pode notar, a presente pesquisa reafirma sua posição em prol da adoção de uma prática pedagógica voltada para a pedagogia das competências, integrada à proposta da instituição.

Em relação à ginástica gerontológica, sabe-se que em geral, ela traz melhoras na amplitude dos movimentos, no ganho de flexibilidade, orientação espacial, estimulação visual e auditiva. Entretanto, é necessário ter cuidado com idosos que tenham deformidades ósseas com restrições a determinados movimentos. Quando acompanhada de exercícios respiratórios, melhora a capacidade pulmonar. Tal modalidade de ginástica pode ser realizada por todos e traz benefícios especiais à pessoa com dores musculares e problemas cardiopulmonares (Barbosa, 2000).

Define-se ginástica, tecnicamente, ao conjunto de movimentos constituídos entre flexões, extensões, rotações, e movimentos circulares, envolvendo o corpo de forma generalizada ou localizada. O alongamento como conteúdo da ginástica é básico para melhorar mobilidade e elasticidade, respectivamente articular e muscular e são elementos fundamentais para apropriar-se de movimentos cotidianos perdidos. Assim, ao construir competências voltadas para o desenvolvimento de comunidades, mais especificamente na lida com a terceira idade, o educando deve compreender que a força, a resistência e velocidade de deslocamento dos idosos diferem, necessariamente, das crianças e adultos.

Barbosa (2000), esclarece que a caminhada é ideal para iniciar a atividade física, sendo uma prática segura para idosos com problemas cardiovasculares e ortopédicos. A caminhada vem sendo indicada para pessoas acima dos 60 anos e seus principais benefícios são: ajudar a recuperar a condição física; fortalecer a musculatura dos pés e membros inferiores, tão importantes para quase todas as posturas estáticas ou dinâmicas. Além disso, favorece o contato social e ao trabalhar essa atividade, os futuros profissionais devem orientar os idosos quanto ao traje adequado, quanto à postura corporal e inclusive ensiná-los a programar os locais, os horários, a intensidade e duração de um bom caminhar.

No que se refere à recreação gerontológica propriamente dita, os elementos de recreação baseiam-se nos fundamentos próprios de brincadeiras individuais, em duplas, em pequenos grupos. Pode ser desenvolvida sem material, lançando mão de material portátil, de material fixo e até mesmo serem construídos pelos próprios idosos em oficinas terapêuticas. Nessa modalidade se encontra o lazer para a terceira idade, cuja

principal característica a ser ressaltada é o ganho cultural e a socialização do idoso e evidencia-se quando o indivíduo em idade avançada procura a dança, jogos e manifestações folclóricas (como o carnaval e o frevo, por exemplo), turismo, dentre outros lazeres dentro e fora de salões.

Não se deve confundir atividade física com esporte, pois este último se refere ao termo suportar. Entretanto, quando adaptados aos idosos, os esportes podem dar uma grande contribuição para a socialização, formando seus times. Não há espírito competitivo, necessariamente, porém a participação de todos é importante, seja como atleta, seja como torcedor. Os esportes vão trazer benefícios como melhora da coordenação motora, atenção, equilíbrio, percepções visuais e auditivas. O que o futuro profissional necessita ponderar é que na comunidade pode haver idosos que nunca praticaram esportes e aqueles que os praticaram ao longo de suas vidas. Nesse caso, o profissional há que atentar para um atendimento diferenciado conforme a história de vida de cada um, lembrando que o acompanhamento médico é imprescindível.

Diante disso, constatamos que a prática da atividade física, do desporto e da recreação para a terceira idade é útil, motivadora, integradora, e proporciona qualidade de movimentos para o idoso. Ao finalizar a atividade, o participante deve sentir-se bem e ter uma sensação agradável, envolvendo bem-estar físico e mental. Quando praticadas com o objetivo de manter ou melhorar a capacidade física e intelectual, tais atividades podem prevenir distúrbios motores, ou ainda, apresentar caráter reabilitador após uma lesão, uma doença, uma cirurgia, ou qualquer outro traumatismo que leve ao repouso prolongado.

Na construção de competências, o professor-orientador deve auxiliar os futuros profissionais em como adaptar as possibilidades de movimento do grupo e de cada participante. Deve-se pensar que nem todos os idosos têm a mesma capacidade de movimento e não trabalham no mesmo ritmo e intensidade, existindo assim grupos com diferenças acentuadas entre seus integrantes. Nesse caso, é primordial apresentar exercícios alternativos para aquelas pessoas que, em um dado momento, não conseguem acompanhar o ritmo das atividades (GEIS, 2003). Ao lidar com a terceira idade, os exercícios mais complexos não podem ser um impedimento para a sua correta realização. Salienta-se ser extremamente importante a atividade em grupo, principalmente entre os indivíduos que estão inseridos em uma mesma comunidade, o que não descarta a possibilidade de integrar idosos de outras comunidades se assim for a vontade dele.

O perfil do profissional que irá lidar com atividades físicas e recreativas com a terceira idade, o professor-educador é o responsável pela construção de competências voltadas para a execução correta das sessões de atividade física ao longo do curso. Durante os momentos de práticas sociais dos conhecimentos adquiridos, o professor-orientador deve-se comunicar, constantemente, com o grupo e estar atento às suas necessidades e de cada pessoa individualmente, observando e estimulando as relações interpessoais no grupo.

O profissional técnico deve, por sua vez, mostrar-se como técnico e ao mesmo tempo como companheiro de trabalho, provocando situações agradáveis. Deve ainda observar detalhadamente cada pessoa quanto à sua formação corporal e suas limitações a fim de adaptar, da melhor maneira possível e com segurança, o tipo de atividade e a melhor maneira de realizá-la. Além disso, é necessário dedicar um tempo da atividade à comunicação, ao relacionamento, ouvindo, compreendendo, informando a fim de fazer as devidas correções dos movimentos com cordialidade. Nas comunidades, os idosos não praticam atividades físicas apenas para manter-se em forma, mas, sobretudo melhorar seu estado de ânimo e estar socializando com outras pessoas.

Portanto, é tarefa do educador fazer com que o grupo tenha condições de atuar, utilizando-se do arcabouço teórico vivenciado durante as atividades desenvolvidas no módulo Atividades Físico-Recreativas para a Terceira Idade. Para tanto é necessário conhecer as principais características físicas e os aspectos sociais e psicológicos da terceira idade, bem como a visão da terceira idade na história das civilizações.

2.3 OS SABERES NECESSÁRIOS À COMPREENSÃO DA TERCEIRA IDADE

Existe uma relação íntima e positiva entre velhice saudável, independência e autonomia e assim os idosos procuram não depender de ninguém, para garantir o próprio bem-estar. Não se pode negar que os aspectos sociais e culturais influenciam essa correlação. Entretanto, as épocas mudaram e, como consequência, os modos de conceber a vida e a longevidade alteraram continuamente em função das propostas médicas, psicológicas, recreativas, dentre outras, que elevaram a expectativa de vida de todos os cidadãos do planeta.

No que se refere à autonomia, todos querem ser donos de sua própria vida, ter a capacidade de decidir e escolher caminhos, mesmo para os atos mais comuns do cotidiano, como, por exemplo, escolher a roupa que irá vestir, comprar a marca do produto que mais lhe interessa, decidir sobre o cardápio e os horários das refeições. Nesse sentido, a saúde e o bem-estar se correlacionam com independência e autonomia. Um curso que vise formar profissionais para desenvolver comunidades há de preparar o aluno, para que o mesmo possa trabalhar esses aspectos significativos da sociedade junto ao idoso.

Cada vez mais, há pessoas idosas no mundo, uma vez que a esperança de viver aumentou progressivamente e tem-se incrementado com o passar dos anos. Pode-se inferir que o índice de envelhecimento da população idosa em relação à população total, cresce, ou seja, há um aumento da faixa etária dentro do envelhecimento das pessoas adultas. O desenvolvimento científico e cultural tem favorecido o aumento crescente da expectativa de vida. O progresso da medicina, dos recursos de higiene e alimentação, a redução da jornada de trabalho, as atividades físicas, a recreação e o lazer permitem existência mais longa e saudável. O envelhecimento, um fato inquestionável e universal, é um dos fenômenos preocupantes dos tempos atuais. A questão da velhice não pode ser algo alheio à sociedade, porque é uma realidade a ser administrada por todas as esferas sociais que visam a um desenvolvimento sustentável.

Para a maioria das ciências que lidam com o humano, a velhice é o terceiro período da vida ou a terceira idade. Outros estudiosos classificam as idades de modo funcional, segundo a capacidade de realizar funções vitais. Nessa linha de pensamento, fala-se de idade biológica, psicológica, social e funcional. Na sociedade tecnológica moderna, há uma conscientização e pesquisa sobre os fenômenos de diminuição e decadência física própria da velhice. Não se vê mais a velhice associada à enfermidade, nem a considera como uma carga onerosa para os indivíduos nessa faixa etária.

O que podemos notar é que nas nações em desenvolvimento, como o Brasil, as sociedades estão mais propensas a tornarem-se mais sensíveis às riquezas da idade avançada, pela experiência que dá à vida, amor, trabalho, alegria e sofrimento, uma vez que a velhice não se reduz a um simples fenômeno biológico de deterioração física, mas um fenômeno social, a ser reconhecido, analisado e sustentado pela sociedade, uma vez que todos envelhecerão um dia. É imprescindível que os futuros orientadores no desenvolvimento de comunidade, possam utilizar essa parcela da sociedade de modo a

equilibrar e harmonizar as interações entre as diversas gerações. Para tanto, utiliza-se da recreação como instrumento mediador de relações salutaras.

Sabe-se que a medicina atual oferece, cada vez mais, meios de atenuar o envelhecimento físico. Muitas doenças consideradas incuráveis há poucos anos atrás podem hoje ser retardadas ou suavizadas, entre elas as moléstias características da velhice. Um fato colaborador para um envelhecer saudável é estabelecer um modo de vida dinâmico e expansivo desde a juventude. Nesse caso, ao se chegar na terceira idade, o indivíduo orientado por um profissional competente de sua comunidade, pode desenvolver uma série de atividades intelectuais, físicas, sociais e psíquicas que contribuam para a promoção de vida individual e até mesmo coletiva.

Para os alunos que estão participando do Curso de Desenvolvimento de Comunidades é importante conhecer, não somente competências recreativas, mas os aspectos históricos, biológicos psicológicos, sociais, da terceira idade para uma intervenção mais apropriada.

2.3.1 – Aspectos Históricos da Terceira Idade

Embora o processo de envelhecimento seja um fenômeno natural que ocorre em todas as formas de vida, a trajetória histórica da terceira idade foi se constituindo de forma estereotipada na abordagem do tema: terceira idade. Tais idéias preconcebidas e prejudiciais estabelecem uma distância entre as gerações. Estas desencadeiam uma série de conflitos que vão influenciando a posição que os idosos ocupam em nossa sociedade. Assim, há estigmas oriundos do resultado injusto de falsos estereótipos que se foram acumulando através dos tempos.

Os estudos acerca da terceira idade nos levam a conhecer todos esses estigmas com o objetivo de propor alternativas por meio das quais os profissionais das mais diversas áreas e pessoas preocupadas com o bem-estar desta população deverão atuar a fim de atingir essa meta, inclusive os matriculados no Curso de Desenvolvimento de Comunidades e similares. Quando se reflete sobre a velhice, a grande maioria dos leigos, o faz com base no que observa, no comportamento da sociedade em relação aos idosos. Neste sentido, as crenças sobre as causas e conseqüências da velhice tornaram-se substancialmente incorretas e enganosas, entretanto, os aspectos mais negativos são as incapacidades físicas, cognitivas e psicológicas, dentre outras atribuições pejorativas que são atribuídas aos idosos.

Nos relatos históricos de Lorda (1995, p.3) encontramos que “um exame sobre alguns antecedentes históricos e idéias sobre o tema, nos permite compreender as atitudes que prevalecem ao redor desta etapa de vida, assim como inferir sobre os acordos jurídicos aplicados a este grupo populacional em sociedades particulares.” Dessa forma, fica evidente que cada sociedade refletiu na história diferentes conceitos e formas de tratar a velhice. Nessa perspectiva, inclui-se uma variedade de mitos, lendas, relatos históricos, jornais, revistas especializadas. Não há uma concepção única e definitiva sobre a velhice, o que comprova enfoques negativos, contrários e variados durante toda a história da humanidade. Toda nação tem sua concepção sobre a terceira idade, que se diferencia de acordo com sua organização social, econômica e cultural. Desde a idade antiga, a vulnerabilidade das pessoas idosas, a atitude em relação à velhice e a luta entre gerações, aparecem entre os escritos deste ou daquele lugar, tanto que a sabedoria que antigamente se atribuía aos anciãos, é representada, atualmente, sob a forma de provérbios, máximas e aforismos atribuídos a faraós, ministros e heróis lendários. Nesse panorama, ao longo da história, surgiram dois problemas básicos em torno da velhice: vantagens/inconvenientes e como permanecer jovem por mais tempo possível.

Na Babilônia, as tensões entre jovens e os velhos estavam presentes no mito da criação dos babilônicos, onde os deuses jovens derrotavam os deuses velhos na luta pela sobrevivência. A tirania entre as duas gerações na literatura antiga parece refletir o fato de que os anciãos estavam em posições de perder o controle dos jovens que dependiam deles para suas necessidades básicas e esperavam sua morte para assumir o poder (LORDA, 1985). Nas sociedades primitivas, o ancião era congratulado pelo privilégio sobrenatural que lhe concedia a longevidade e por isso ocupavam um lugar primordial. A longevidade se vinculava à sabedoria, à experiência e se associava ao sagrado.

Conforme ocorria nas sociedades primitivas, na China Antiga, desde épocas remotas, delegava-se uma condição particularmente privilegiada às pessoas de mais idade e o fim supremo do homem era alcançar a longa vida. Isso ocorria, também, nas culturas Incas e Astecas, nas quais os idosos eram reverenciados com muita consideração. Constata-se que a atenção dada à população idosa era responsabilidade pública. Nesse contexto, o respeito às pessoas de idade avançada estava vinculado a alguma característica particular que possuíam. Entre esses atributos podemos citar: conhecimentos, experiências, destrezas, poder para fazer magia, funções religiosas e controle da propriedade ou da família.

Na Civilização Grega, os anciãos eram glorificados em lendas e fábulas e seus atributos eram idolatrados em contos mitológicos de deuses e demônios. Como a Grécia clássica idealizava a beleza, a força e a juventude, os idosos eram relegados a segundo plano. Naquela época, os Gregos dotavam seus deuses de qualidades que enalteciam a juventude, uma vez que a morte e a velhice, eram reconhecidas com os males da vida (MEIRELLES, 1999, p. 16).

Em contrapartida, Lorda (1985, p. 6) relata que “Sócrates temia prolongar sua vida para não ver-se obrigado a pagar tributo da velhice: Ser surdo e cego, com dificuldades para aprender e falta de memória.” De acordo com Platão, nessa etapa da vida, o homem alcança a prudência, a sensatez, a astúcia e a capacidade de juízo. Aristóteles resumiu essas concepções em seu livro *Tratado Sobre Retórica*, descrevendo os anciãos como desconfiados, inconstantes, temerosos, pessimistas, melancólicos, egoístas. Mostrava a juventude e a velhice como pólos opostos, sendo a juventude uma época de excessos e desacertos, e a velhice como uma etapa de conservadorismo.

Durante o Império Romano, os velhos tiveram um papel essencial no que se refere à tomada de decisões. O direito romano concedia uma autoridade muito particular aos anciãos na figura dos "pater familia", chefe absoluto, detentor de direitos sobre todos os membros da família, praticando uma autoridade sem limites. Esses enormes poderes do chefe de família, durante a República, trazem como resultado conflitos de gerações e um crescente ódio aos anciãos (LORDA, 1985; MEIRELLES, 1999).

Nessa perspectiva, quanto maior era o poder conferido aos idosos, maior era a abominação deflagrada pelas novas gerações. Roma também conferia aos anciãos poderes políticos importantes, pois eram partes essenciais do Senado. Durante o apogeu dos romanos, Cícero, em seu tratado sobre a velhice, escreve e analisa as transformações que os cidadãos em idade avançada teriam que enfrentar: renunciar a seus negócios, a debilitação do corpo, privação dos prazeres e sentimento de proximidade da morte.

A civilização hebraica demonstrava um grande respeito por seus patriarcas, que desempenhavam um papel fundamental e eram considerados os chefes naturais do povo, os quais eram consultados quando necessário. Nessa sociedade, a longevidade era tida como uma bênção, ao contrário do que acontecia em outras nações. Os homens na terceira idade gozavam de um prestígio considerável que lhes era legado pelos próprios membros de suas famílias. Contudo, semelhante ao Império Romano, a imagem do ancião foi perdendo sua reputação entre os hebreus. À medida que a sociedade foi se

modificando, o poder dos anciãos foi sendo reduzido e houve vários questionamentos a respeito das vantagens de se alcançar uma longa vida (LORDA, 1985).

É evidente que em organizações sociais, em geral nas quais há um sistema de estratificação por idade, esta passa a ser um fator básico para determinar os limites de cada faixa etária, instituindo o que podiam ou não fazer. As opiniões dos gregos e dos romanos seguiram vigentes durante vários séculos

Com a queda do Império Romano, vem a expansão dos povos bárbaros por toda a Europa que é o marco do início da Idade Média. Durante o regime feudal, os heróis eram sempre jovens e fortes cavaleiros a operar prodígios e os idosos representavam o momento cristão de se preparar a abandonar o mundo e procurar os meios de sua salvação, já que os preceitos religiosos no feudalismo eram bastante fortes (MEIRELLES, 1999). A concepção moderna de isolamento do ancião, mediante o retiro, é fruto das idéias concebidas no século VI. O homem medieval temia a velhice e buscava os meios de escapar da velhice, quer seja por fantasia ou por meio da ciência.

Na Renascença, as epidemias mortíferas da peste e da cólera foram seletivas deixando em sua passagem um grande número de idosos que sobreviveram às mesmas. Por conseguinte, houve um certo fortalecimento do poder político e econômico dos anciãos e um aumento dos conflitos entre as gerações. Nesse tempo, os velhos eram ridicularizados em ambientes populares, pois o corpo humano era explorado pela pintura, escultura e analisado sob várias óticas (LORDA, 1985).

Um século mais tarde, na época das grandes navegações, das cruzadas e dos descobrimentos, a característica é a violência e o ataque contra a velhice, resultado da adoração e culto à beleza e à juventude. Nesse período, foram grandes as tentativas para prolongar a juventude e a vida e eliminar ou atrasar a velhice, para tanto se utilizavam da medicina, da magia e até mesmo da bruxaria. O pensamento científico, que caracterizou os séculos XVI e XVII, introduziu novas fórmulas de pensar voltadas para os métodos científicos, principalmente a alquimia. Nesse período da história pensava-se nas causas do envelhecimento, buscando respostas por meio de estudos sistemáticos.

Na idade moderna, por volta dos séculos XVII e XVIII, houve muitos avanços no campo da fisiologia, da anatomia, da patologia, da química, embora prevaleça o pensamento ambivalente em torno da terceira idade. Lorda (1985, p. 11) afirma que “o número de pessoas de idade avançada aumenta e os avanços científicos permitem que se substituam os mitos em torno da velhice pelo conhecimento científico, o qual permite, por sua vez, que se preste atenção às enfermidades da velhice”. Mesmo com essas

mudanças, a situação dos idosos não chegou a ser tão favorável em se comparando a outras épocas. Tais modificações sociais surgidas na Revolução Industrial e o Urbanismo foram nefastas para a velhice, uma vez que não havendo a possibilidade de aproveitá-los no trabalho manufatureiro, foram, muitas vezes, reduzidos à miséria.

No final do século XIX, com os adiantamentos da medicina, os conceitos de velhice e enfermidade no velho se separam. A investigação científica sobre a velhice recebe grande impulso tendo lugar o nascimento da Gerontologia e da Geriatria como disciplinas formais (MEIRELLES, 1999; LORDA, 1985). No século XX e XXI, embora tenham intensificado os estudos e a compreensão da terceira idade, a sociedade ainda continua a excluir o idoso, tanto que hoje em dia os jovens vêem a terceira idade como diferente, e até mesmo chega a ignorar este segmento de seu meio social. Nessa perspectiva, torna-se necessário compreender os aspectos biológicos e fisiológicos da terceira idade, como recurso a ser analisado ao se organizar uma sociedade e lidar com a cultura do movimento na construção de um envelhecer saudável.

2.3.2 - Características Biológicas e Fisiológicas da Terceira Idade

Durante toda a vida, o ser humano se desenvolve e adquire conhecimentos necessários a fim de manter um padrão de vida estável, com saúde e papéis sociais que lhe proporcione uma auto-estima positiva. Envelhecer, no entanto, ainda é sinônimo de degradação e morte. Em face de todas as verdades e estereótipos que estigmatizam a terceira idade, o processo de envelhecimento é característica de todo ser vivo. Quando se envelhece, há todo um desgaste brando ou grave dos sistemas biológicos e das capacidades fisiológicas. Essas mudanças implicam transformações biopsicossociais, inclusive a nível cognitivo, comportamental, social e psicológico.

Embora o envelhecimento sob uma ótica patológica não configura determinante única para todos os indivíduos, há o temor e o preconceito que se impõem como verdadeiros obstáculos à aceitação do envelhecimento como processo natural da vida. O que a maioria das pessoas visam é uma velhice saudável e procuram dar um significado especial em sua existência. Nesse contexto, aposentar tornou-se sinônimo de entrada na terceira idade, provocando uma série de modificações sistêmicas no organismo do ancião, que começa a somatizar uma série de posturas negativas, muitas vezes por falta

de esclarecimentos e acompanhamento por profissionais habilitados para lidar com a idade avançada.

Lorda (1995, p. 24) esclarece que “nem tudo acontece simultaneamente, alguns processos se vão dando mais rápidos que outros, em períodos cada vez mais curtos, à medida que os anos passam, com suas influências correspondentes no plano psicológico”. Isso implica dizer que o envelhecimento orgânico depende das condições biológicas, fisiológicas e metabólicas de cada indivíduo e isso varia de pessoa para pessoa. A atividade física e recreativa, a nutrição e o acompanhamento médico são primordiais na manutenção de uma vida saudável, conhecimentos esses que devem ser repassados a todos os profissionais que pretendem trabalhar com o desenvolvimento de comunidades.

No que se refere às habilidades motoras, e uma vez que movimentar é uma característica de todo ser humano, na velhice as articulações são menos flexíveis e o idoso não se mantém tão ereto como antes e sua estatura diminui. Refletindo sobre essas transformações, Meirelles (1999) e Costa (1998) lembram que, gradativamente, a maioria dos gestos torna-se menos preciso e demonstra mais insegurança. Isso acontece em geral, graças à redução da mobilidade, posto que a eficiência das articulações tende a diminuir com a idade. Esse fato se inicia entre os 50 e os 55 anos e a evolução é visualmente mais rápida entre os 70 e 85 anos, sendo que o gênero feminino experimenta essas transformações mais rapidamente que o homem.

Concomitante à perda do processo de locomoção, a estatura começa a diminuir, os ombros se encurvam, a cabeça se inclina para frente, a curvatura dorsal acentua-se. Isso leva a uma constante perda de equilíbrio, mudanças na forma de andar, o comprimento das passadas diminui, há uma maior necessidade de se apoiar no solo por mais tempo. Não raro, acontecem quedas em virtude de um aparelho motor enfraquecido pela idade avançada.

No que se refere aos músculos, geralmente, no envelhecimento ocorre uma diminuição da eficiência da massa muscular, ocorrendo uma perda da força do músculo. Lorda (1995, p. 25) observa que “a diminuição do tônus muscular se tem comprovado em nível de reações elétricas e seus resultados revelam uma redução sensível na atividade das fibras musculares com o passar dos anos”. Isso provoca uma atrofia do músculo e, como consequência, as pessoas idosas não suportam peso excessivo, posto que tendem a apresentar um declínio na resistência muscular.

Quanto às articulações, à medida que os indivíduos atingem a terceira idade, grandes transformações levam à perda da mobilidade e a elasticidade, o que pode agravar e desencadear lesões degenerativas denominadas artrose. Esta é uma das doenças reumáticas mais comuns na velhice, conhecida, ainda, como osteoartrose. Nessa perspectiva, Meirelles (1999) acrescenta que a diminuição gradativa da acuidade das articulações presentes nos joelhos, tornozelos, cotovelos, punhos, e dedos são de significativa importância ao ancião, pois compromete o equilíbrio e os movimentos motores finos.

Lorda (1995, p. 25) adverte que “os obesos, por causa do peso excessivo, são mais propensos à artrose. A menopausa e a pós-menopausa também colaboram com esse processo, sobretudo em relação às epífises ósseas, onde se produz uma grande descalcificação.” Um diagnóstico mais minucioso pode ser feito por meio de radiografias que possibilitam avaliar o processo de envelhecimento das articulações, pois permitem visualizar a diminuição do espaço articular e a “erosão” do contorno ósseo.

No processo de envelhecimento da estrutura esquelética ocorre a osteoporose que é uma transformação progressiva do osso, passando de consistente a esponjoso, que pode acarretar alguma deformação. Tal processo gradativo agrava-se pela sua descalcificação em consequência de perturbações bioquímicas que fazem diminuir o poder de fixação do cálcio. Geralmente não há sintomas, sendo que a suspeita de sua ocorrência surge quando o idoso apresenta fraturas devido a traumatismos mínimos.

Azevedo (1998) esclarece que o organismo vai perdendo osso fisiologicamente, à medida que o indivíduo aproxima da terceira idade. Isso se faz presente em todas as pessoas, porém em algumas de maneira mais acentuada. Na mulher, por exemplo, é mais freqüente e há uma degeneração em virtude de mudanças hormonais. Segundo esse mesmo autor, os fatores que facilitam o processo osteopórico são: menopausa, vida sedentária, pouca ingestão de cálcio, hipertireoidismo, uso contínuo da cortisona e anticonvulsivante, além do alcoolismo e tabagismo.

O processo de perda de cálcio leva, ainda, à diminuição da massa das vértebras, diminuição da estatura e é comum haver fratura vertebral devido à sua fragilidade. Quando isso acontece, o idoso é acometido de fortes dores, sendo que muitas vezes necessita de imobilização. Nessa perspectiva, a osteoporose é um agravante das doenças de coluna na terceira idade que está associada a perturbações orgânicas medulares e nervosas.

Trata-se, portanto, de um processo esquelético generalizado que se caracteriza por uma mudança no conteúdo ósseo e na relação entre a formação e a reabsorção óssea. Dessa forma, além da suplementação alimentar à base de cálcio e da exposição diária à luz do sol, recomenda-se a atividade física como prevenção a fim de tornar esse processo mais lento, bem como para estimular a fixação do cálcio. É importante que os aprendizes que se encontram matriculados no módulo Atividades Físico-Recreativas para a Terceira Idade saibam dessas características para desenvolver e propor atividades que estabilizem e melhorem esse quadro esquelético.

Embora a Organização Mundial da Saúde determine que a terceira idade se inicie aos 60 anos, várias alterações sistêmicas irão ocorrer no organismo, a partir dos quarenta anos, dentre elas podemos citar as do aparelho respiratório. Nas palavras de Lorda (1995 p. 27): “Todo o sistema respiratório sofre o envelhecimento: as mucosas do nariz, da faringe, da laringe; o que é demonstrado pela gota do nariz, rouquidão da garganta, voz quebrada e uma necessidade constante de expectorar”. Nesse sentido, sucede-se, ainda, uma perda da elasticidade e de peso, sendo que a diferença entre as dimensões torácicas do idoso, se comparadas aos dos jovens são menores. Na terceira idade, observa-se que os processos respiratórios (inspiração e expiração) são menos intensos que na juventude.

Essa queda da atividade pulmonar não pode ser considerada uma patologia, entretanto favorece a instalação e o agravamento de doenças como, por exemplo: a pneumonia, o pneumotórax, o derrame pleural, a insuficiência respiratória. Com o objetivo de evitar a atrofia dos pulmões e de manter as funções do aparelho respiratório a níveis normais, a atividade física, nesses casos, é imprescindível: um saber que os futuros profissionais em Desenvolvimento de Comunidades necessitam conhecer para atuar com presteza, visando ao bem-estar do idoso.

À medida que o ser humano vai avançando em idade, o envelhecimento repercute, ainda, no aparelho cardiovascular. O coração pode aumentar de tamanho e, em contrapartida, ocorre um decréscimo na capacidade de esse órgão bombear o sangue para todo o corpo, ocasionando um fluxo sanguíneo heterogêneo (AZEVEDO, 1998; MEIRELLES, 1999). Nesse caso, há alterações na estrutura do miocárdio e, dessa forma, o esforço físico na terceira idade pode gerar problemas cardíacos como: o infarto, a insuficiência cardíaca, a hipertensão arterial, as varizes, a trombose mesentérica e venosa.

Sabe-se que os principais sintomas das patologias cardíacas são: a falta de ar, a sensação de cansaço, as palpitações, as dores no peito e o inchaço. No entanto, um diagnóstico mais apurado deve ser feito por meio de radiografias, eletrocardiogramas, ergometria, ecocardiogramas, tomografias, dentre outros. Nesse contexto, todo indivíduo que pratica exercícios físicos regulares adquire condições cardíacas melhores com menor probabilidade de desenvolver doenças cardiovasculares.

Um dos transtornos vasculares mais frequentes é a arteriosclerose que conduz à perda da elasticidade arterial, tendo como principal consequência uma limitação da capacidade funcional do coração. Essa doença se inicia no envelhecimento das grandes e médias artérias do corpo, que se enrijecem e se estreitam, em virtude de depósito de gorduras nas paredes arteriais. Assim sendo, uma alimentação à base de gorduras, o tabagismo, a pressão alta, o diabetes, a obesidade, a vida sedentária e o estresse constituem-se em fatores de predisposição à doença. Nesse contexto, uma alimentação balanceada, aliada à atividade física e à recreação, é necessária para prevenir e evitar esse distúrbio. Durante o Curso de Desenvolvimento de Comunidades, é interessante que o educador faça palestras educativas, como forma de sensibilizar seus alunos para a importância de prestar esclarecimentos junto ao grupo social, por um profissional capacitado, preferencialmente que pertença à mesma comunidade que o idoso, abordando uma intervenção multiprofissional.

No bojo das perspectivas biológicas da terceira idade, pode-se citar o sistema renal, embora não haja sinais fisiológicos clínicos e laboratoriais que comprove uma insuficiência nefro-excretora pelo processo de envelhecimento. Contudo, o rim do idoso apresenta diminuição da capacidade de concentração e diluição urinária, bem como a eliminação de radicais ácidos. Obviamente, que a pessoa idosa precisa de maior tempo para reestruturar as sobrecargas funcionais e controlar a insuficiência renal.

Azevedo (1998, p. 70) ressalta a importância dos rins “no controle da pressão arterial, no metabolismo do cálcio, do fósforo, do magnésio e é a principal via de eliminação de medicamentos”. Deve-se manter rigoroso acompanhamento quanto ao abuso de diuréticos, posto que estes medicamentos podem provocar perdas de sal e água e desencadear um processo de desidratação. Em virtude da filtração, o idoso tende a apresentar problemas de moléstias ocasionadas por substâncias tóxicas presentes em vários tipos de medicamentos. Dentre os aspectos patológicos citados por Costa (1998), pode-se destacar a diminuição da diurese ou poliúria, isquemia renal, insuficiência renal aguda, a incontinência e retenção urinária, a nefrose.

Abordando ainda os sistemas orgânicos, vale ressaltar que o aparelho digestivo do idoso é diferente do aparelho do jovem. Nesse aspecto, são vários os fatores que provocam mudanças no sistema digestivo, sendo o mais importante os hábitos alimentares. Nessa perspectiva, à medida que o corpo envelhece, o estômago e o intestino diminuem a produção de sucos digestivos, aumentando o tempo destinado à digestão. Isso ocorre porque o suco gástrico se torna menos ácido e acarreta um fluxo sanguíneo deficitário em todo o aparelho digestivo, provocando alterações na absorção de alimentos (AZEVEDO, 1998). Esse pesquisador salienta ainda, que há alterações no funcionamento do intestino na terceira idade e, por conseguinte, os aspectos das fezes e a presença de sangue são indícios de mudanças patológicas nos hábitos intestinais.

As principais doenças do sistema digestivo são: a disfagia, a azia, a flatulência, as cólicas abdominais (muitas vezes seguidas por diarréias), a obstrução intestinal, a gastrite, a úlcera, dentre outras (AZEVEDO, 1998). Nesses casos, além de um acompanhamento médico se faz necessária uma dieta nutritiva associada à atividade física como cuidados primordiais para manter uma digestão eficiente e saudável. Cabe aos professores do Curso de Desenvolvimento de Comunidades disponibilizar recursos cognitivos a fim de capacitar o profissional para que este auxilie médicos, nutricionistas, educadores e outros profissionais a lidarem com essas questões de saúde, e para que se planeje atividades adequadas à condição física de cada idoso.

Quanto ao Sistema Nervoso Central (encéfalo e medula espinhal), que controla o funcionamento de todos os órgãos, enviando e recebendo informações de todas as partes do corpo humano, nele estão localizados centros especializados, distribuídos em uma malha de neurônios que se comunicam e desempenham funções que afetam todo o organismo. O encéfalo (cérebro, cerebelo e bulbo) é muito sensível ao oxigênio recebido por meio do sangue e essencial ao seu bom funcionamento, tanto na idade avançada quanto na criança. Já a porção medular, se localiza no interior da coluna espinhal e termina na região lombar. A medula possui fibras nervosas que se originam na periferia e levam informações para o encéfalo, bem como fibras que partem do encéfalo e levam informações para os órgãos, músculos, articulações, etc.

Azevedo (1998, p. 81) aponta que o envelhecimento das células nervosas cerebrais (neurônios) se inicia ao redor dos 30 anos, citando que “esse processo leva a uma perda de células com conseqüente diminuição do peso do cérebro, que na terceira idade chega a pesar 10% a menos”. Ocorre, ainda, um decréscimo na irrigação sanguínea devido ao estreitamento das artérias. Isso provoca alterações na atividade

cerebral, causando, por exemplo, a diminuição da memória. Quanto ao metabolismo cerebral, esse mesmo autor, esclarece que há poucas modificações com o envelhecimento orgânico.

Entretanto, à medida que o indivíduo avança em idade, constata-se uma diminuição no período entre o sono e a vigília; uma ligeira mudança no humor e uma deficiência nas atividades motoras e intelectuais. A memória para fatos recentes diminui de maneira muito característica, aspecto este que varia de pessoa para pessoa (DAMASCENO, 2001). Várias manifestações cerebrais são muito características na idade avançada, como a falta de memória, a insônia, os tremores, os tiques e as alterações da fala (afasia). Também podem ocorrer na terceira idade o acidente vascular cerebral ou "derrame", as demências, a doença de Parkinson, encefalite, meningites e tumores.

Diante do exposto, deve-se salientar que o processo do envelhecimento não é totalmente conhecido, embora se trate de um fenômeno característico e inevitável de toda a raça humana. Azevedo (1998, p. 33) acredita que “na terceira idade passe a ocorrer uma produção mais lenta das proteínas, com tendência à formação de proteínas com estruturas alteradas.” Existe, todavia, uma variedade enorme de postulados que visam a explicar os fenômenos biológicos do envelhecimento (CENDES, 2001). Essas modificações biofisiológicas estão vinculadas aos aspectos genéticos individuais e por isso ocorrem de modo particular de indivíduo para indivíduo.

Azevedo (1998, p. 35) lembra que o envelhecimento é um processo ativo, “sendo de certa maneira imposto pelo próprio organismo”, de acordo com predisposições genéticas. No que se refere à gerontologia molecular, Cendes, (2001) observa que é no nível celular que os processos degenerativos se iniciam e isso se dá quando a célula perde sua função reprodutora, e como consequência, o sistema de reposição celular torna-se falho. Embora a hereditariedade genética procure explicar o envelhecimento biológico, não se pode negar a importância de outros fatores como os hábitos alimentares, o sedentarismo, a dependência química, o poder aquisitivo, o papel social, o equilíbrio psicológico, dentre outros.

Deve-se ressaltar que a inatividade física colabora com a presença de baixos limites de capacidade orgânica de modo geral. Um estilo de vida sedentário induz a maiores desgastes no organismo. Nesse sentido, o exercício físico produz uma melhora significativa na aptidão física do idoso, diminuindo a fadiga e a destruição celular. É imprescindível atentar para o fato da eficácia e da ação preventiva que a atividade física

e recreativa propicia na manutenção da qualidade de vida do idoso. Outro fator importante a ser considerado são as características psicológicas da terceira idade, em uma abordagem integral (corpo e mente), como forma de apontar estratégias e dinâmicas lúdicas e desportivas que melhor se adaptem às reais necessidades dos indivíduos que se encontram na terceira idade.

2.3.3 – Considerações Psicológicas no Processo de Envelhecimento

Embora os fatores que envolvem o processo de envelhecimento sejam multidimensionais, são amplas as áreas do comportamento e do psiquismo pessoal, no que diz respeito à capacidade de cuidar de si mesmo, geralmente chamado de atividades da vida diária. Não apenas o desempenho nessa área está relacionado com a saúde física e mental do idoso, como pode, também, determinar o bem-estar social e a estabilidade emocional e psicológica. Quando se faz uma avaliação de uma pessoa idosa, a maneira habitual e limitada de medir a independência desta pessoa é olhar para uma escala de atividades que ela consegue realizar.

Todavia, os aspectos psicológicos da terceira idade procuram analisar a evolução comportamental e psíquica que geram uma prevalência de sua autonomia e de seu bem estar global. Sem desprezar o estado de saúde física, abordado anteriormente, bem como os papéis sociais e as finanças, busca-se compreender os aspectos psicológicos, sobretudo, visando a uma inserção social definitiva e sustentável. Outra utilidade no que se refere ao conhecimento das características psíquicas da terceira idade é implementar políticas mais eficientes, as quais podem ser avaliadas a longo prazo. A saúde mental deve ser analisada para compreender a extensão em que as deficiências cognitivas ou afetivas impedem o desempenho de funções e a qualidade de vida subjetiva, e também para identificar a magnitude de algum problema psiquiátrico.

Nos estudos de Veras (1994, p. 65), observamos que nas “populações em envelhecimento, a cognição deficiente assume importância crescente”. O impacto dessa deficiência aliado a outros aspectos psicológicos influencia, sobremaneira, a independência do indivíduo e a capacidade de cuidar de si mesmo. Outros distúrbios psiquiátricos, sobretudo a depressão, são também relevantes na compreensão dos aspectos psíquicos e emocionais da velhice.

Uma abordagem sobre as condições psicológicas da idade avançada difere, obviamente, em método e aspectos a serem considerados em relação aos utilizados na

saúde física. Embora ambos sejam importantes na compreensão do processo de envelhecimento sob uma ótica global é inevitável perceber que, de acordo com Costa (1998, p. 43), “o velho não comprometido psicologicamente é aquele que ainda” vive “e quer continuar vivendo a vida em toda a sua plenitude, usufruindo daquilo que ela ainda pode lhe oferecer e para a qual ele pode responder”. Nessa perspectiva, o idoso não deve desfrutar sua vida sob o ângulo das perdas – do que não pode mais desempenhar – quando almeja uma realização pessoal plena, sem medo ou constrangimentos. Mesmo que haja um sem-número de pessoas idosas bem sucedidas pelo mundo afora, tem-se que essa situação não é comum à grande maioria da terceira idade.

Sabe-se que os fatores psicológicos são menos severos nas pessoas que encaram a velhice de forma ativa: física e intelectualmente. Nesses indivíduos, segundo Costa (1998, p. 45) “os processos de envelhecimento parecem ser mais lentos e se manifestam mais tardiamente”. Nesse sentido, esse mesmo autor acrescenta, ainda que os indivíduos com coeficientes de inteligência (QI) mais elevados conservam suas habilidades intelectuais intactas “durante um tempo mais prolongado que as outras pessoas”.

Grande parte dos distúrbios e conflitos psicológicos dos anciãos procedem de transtornos afetivos e frustrações ocorridas em épocas anteriores de sua vida. Nesse aspecto, as perturbações da psique humana se convergem na velhice de indivíduos insatisfeitos consigo mesmo, desajustados ou até mesmo neuróticos. Acredita-se que, por outro lado, uma história de vida psiquicamente estável proporciona uma saúde psicológica mais qualitativa.

Lorda (1995) postula que as pessoas muito contidas e controladas são velhas desde o começo, ao passo que os irritadiços, o são em virtude de uma história de vida moldada nessa perspectiva. Esse estudioso afirma que a manutenção da jovialidade na velhice depende basicamente da rigidez de caráter. Nesse sentido, existem idosos que se encontram bem ajustados tanto no campo físico, quanto no campo mental, pois levam uma vida com mais responsabilidade e autocontrole, conscientes de suas limitações, potencialidades e talentos. Contudo, quando o idoso é neurótico, descontrolado, emocionalmente hostil e pessimista é vítima de um processo psicológico que necessita de ser revisto e reajustado.

Para melhor compreender o desenvolvimento psicológico na terceira idade faz-se necessário conhecer o comportamento humano que reflete uma continuidade do que foi construído nas fases anteriores da vida do indivíduo. Além do comportamento, o

psiquismo é um elemento primordial para se compreender o que leva o indivíduo a alcançar uma velhice bem sucedida.

Há uma certa tendência de o ser humano passar por alterações psíquicas específicas, principalmente quando atingem a terceira idade. Dentre elas pode-se citar: a depressão, a neurose, a ansiedade, o estresse, a agitação, as alucinações, o humor e as psicoses (COSTA, 1998). Geis (2003) acrescenta que na terceira idade o indivíduo pode apresentar demência senil, com conseqüências tais como: perda da memória, dificuldade de manter a concentração, perda das capacidades intelectuais. Contudo, não se pode associar tais perdas à idade avançada, uma vez que tanto os jovens quanto os adultos são passíveis de apresentar tais sintomas.

Algo que preocupa todos os idosos são os lapsos de memória que podem estar associados a doenças neurológicas ou a distúrbios psicológicos. Azevedo (1998) afirma que uma das formas mais analisadas envolvendo perda de memória é denominada esclerose ou demência, sendo esta última mais comum quando o ancião possui a doença de Alzheimer. De acordo com esse mesmo autor, outros fatores vinculados aos lapsos de memória são o estresse, a depressão e a ansiedade. Nessa perspectiva, o idoso que tem uma vida ativa dentro e fora da comunidade a qual pertença, e exerce atividades físico-recreativas regularmente, acompanhado por um profissional competente e com formação profissional adequada, tem uma melhor saúde psíquica.

Particularmente, quanto à depressão na terceira idade – uma das doenças mais freqüentes nesse estágio de vida – é um dado importante a se considerar nos aspectos psicológicos pelas suas conseqüências psíquicas e fisiológicas que afetam todo o organismo. Tal estado patológico se caracteriza pelo humor deprimido, melancólico, tendência à inatividade e à solidão. Nesse sentido, apoiados nas idéias de Azevedo (1998, p.52), temos que “a depressão severa na pessoa idosa pode apresentar um estado confusional semelhante ao que ocorre na demência”.

Damasceno (2001) ressalta que no envelhecimento normal, o ancião não perde o domínio do vocabulário adquirido no percurso de vida e do processamento sintático. No entanto, há uma alteração na lembrança de palavras, durante a conversação cotidiana, na qual o idoso tende a trocá-las. Esclarece ainda que, geralmente, em seus aspectos globais, a linguagem do idoso saudável ou com deficiência de memória pode apresentar modificações precoces. No nível discursivo, o autor atenta para as dificuldades narrativas, principalmente quanto às inferências, emissão de informações necessárias à compreensão da história, bem como sua interpretação moral. Pode ocorrer ainda o

esquecimento de etapas essenciais durante a descrição de determinados fatos, fenômenos, tarefas. Outro aspecto importante no que se refere à linguagem é que, na conversação, podem aparecer dificuldades de compreensão e falta de clareza nos enunciados.

Simson e Giglio (2001) informam que apesar de o envelhecimento ser um processo de perdas em relação a muitos aspectos da vida, alguns esquemas psicológicos, ao contrário de serem perdidos, acumulam-se. Obviamente, como foi visto, o processo de envelhecimento desencadeia limitações de ordem biológica, em decorrência de fatores de natureza genética, orgânica, ambiental, dentre outros. No entanto, de acordo com as autoras, ressalvados os casos patológicos que comprometam a atividade física e mental na velhice, é possível haver conservação de competências e habilidades intelectuais. Nesse momento, o profissional que está apto para desenvolver comunidades pode auxiliar o idoso a manter e aperfeiçoar tais competências e habilidades.

Na acumulação de experiências, alguns idosos alcançam elevado grau de especialização e domínio nos mais diversos campos das atividades humanas. Tal domínio pode ser mantido graças ao acúmulo de informações e experiências, a exemplo da capacidade de narrar, interpretar o passado, bem como analisar o presente. Vale ressaltar que não só para os idosos, como para indivíduos de quaisquer idades, as informações adquiridas são de grande relevância. Os dados que uma pessoa tenha somado durante sua trajetória de vida sobre um determinado fato social, ou sobre uma comunidade, ou sobre uma época podem constituir uma riqueza na condução de vida dos indivíduos na terceira idade.

Lorda (1995) diz que a organização da personalidade e o modo de viver do sujeito são aspectos primordiais no ajustamento e adaptações do indivíduo às condições de vida, à medida que este vai envelhecendo. No entanto, quando as pessoas se negam a encarar a terceira idade como um processo natural de maturação, normalmente, passam por problemas psicológicos que levam à perda da satisfação de vida. Dessa forma, a recreação, as atividades físicas e intelectuais são aspectos importantíssimos frente às mudanças sociais e psicológicas da velhice, pois pode vir a criar novas metas, interesses e estilo de vida. Nesse ponto é que o organizador, o administrador e o técnico em desenvolvimento de comunidades podem juntos criar projetos para manter a população idosa na ativa em uma determinada comunidade.

Uma vez que o envelhecimento é um processo gradativo e, portanto, ocorre diariamente, essa transição exige mudanças e adaptações físicas e emocionais. Nesse sentido, na sociedade contemporânea, procura-se uma forma gradual e qualitativa para se conviver com tal idéia. Isso deve ser despertado na juventude como prescrição de uma terceira idade saudável e ativa. Desse modo, constrói-se uma concepção, pela aprendizagem, da necessidade de um preparo para desfrutar a velhice de forma natural, consciente, gozando de boa saúde.

Corazza (2001) afirma que a atividade física regular é de extrema importância na saúde psicológica de pessoas idosas. Assim sendo, visando à manutenção das capacidades intelectuais vitais dessa clientela e a propiciar uma diminuição na velocidade do processo de envelhecimento, inclusive neurológica, é que se propõe a recreação e atividades físicas, como parâmetros para a sustentação da saúde biopsicossocial desses indivíduos.

2.3.4 - Construção Social da Terceira Idade

Compreender a estruturação social da terceira idade favorece a criação de novas ações inclusivas, bem como o aperfeiçoamento e a inovação na organização de comunidades que visam a atender esse segmento com atividades físicas e recreativas, visando ao engajamento social do idoso. Proporciona, ainda, a oportunidade de efetuar intervenções no campo da Gerontologia, apoiadas nas transformações sociais historicamente construídas, a fim de contribuir para o seu avanço e propiciar a revisão e ampliação de políticas públicas para melhor atender à população em idade avançada.

Várias propostas teóricas foram desenvolvidas a fim de explicar o processo de envelhecimento e as mudanças nas relações entre o indivíduo e a sociedade. Para tanto, procurou-se analisar, sob a égide do funcionalismo estrutural, a condição do idoso e sua reação psicológica e social perante o envelhecimento. Uma das primeiras tentativas de se explicar o fenômeno social da velhice, de acordo com os estudos de Siqueira (2001, p. 86), “foi formulada por Cumming e Henry em 1961, baseada em pesquisa realizada com 275 residentes de Kansas City, com idades entre 50 e 90 anos, física e financeiramente auto-suficientes”.

Com base nas teorias de Cumming e Henry, a partir das informações obtidas em suas pesquisas, percebeu-se um decréscimo em número e frequência nas interações

sociais dessa população e no seu envolvimento emocional perante a comunidade, à medida que o ser humano envelhecia. Essa teoria enfatiza o distanciamento entre o ancião e a sociedade como algo inevitável. Tal afastamento gradativo do idoso das esferas sociais indica um processo recíproco, tanto para a sociedade como para o indivíduo, uma vez que, quase sempre, o meio social abre espaço para as pessoas jovens e eficientes, e reduz as oportunidades dos idosos.

A maioria da população analisa esse processo como algo natural e espontâneo, reforçando a idéia de que o decréscimo nas interações sociais é inerente ao processo de envelhecimento. Desse modo, o desencajamento é colocado como pré-requisito funcional para a estabilidade social. Siqueira (2001, p 83) cita que “Cumming e Henry postulam em sua teoria que cada grupo social, para manter o equilíbrio, deve necessariamente promover o desencajamento de seus idosos”. Nessa perspectiva, segundo essa teoria, os indivíduos na terceira idade afastam-se progressivamente de sua atividade social, para uma maior introspecção, como se estivessem preparando para a morte súbita e inevitável. Assim, nota-se um decréscimo em todos os tipos de envolvimento do idoso em favor de um modo de vida mais restrito, para que suas atividades não se distanciem dos paradigmas impostos pela sociedade que, geralmente, enaltece a energia do jovem.

No entanto, a teoria do desencajamento – mesmo duramente criticada – causa um profundo impacto no campo da gerontologia, pois possibilita analisar o processo de exclusão de idosos e adequar intervenções práticas na área do envelhecimento. Dessa forma, ao analisar os postulados dessa teoria, é que se propõe o lazer, a recreação, a atividade física, como meios essenciais para a promoção do bem-estar do idoso na comunidade onde reside e participa. A melhoria do padrão de vida na velhice vincula-se à inserção social, uma vez que o distanciamento das atividades físicas e mentais, geralmente associadas à velhice, é fator dominante nas patologias psicológicas da terceira idade (MEIRELLES, 1999).

Quando o indivíduo procura manter os mesmos níveis de atividades físicas e mentais ao longo da vida, essa postura torna-se importante para se chegar a um envelhecimento bem sucedido. Visando a uma elevação e manutenção da auto-estima positiva, o idoso deve substituir os papéis sociais alterados pelo processo de envelhecimento por outros que lhe garantam a qualidade de vida. Isso se deve, ainda, ao incremento de atividades relacionadas aos novos papéis sociais que o ancião irá desenvolver em sua comunidade.

Todo idoso precisa cultivar altos níveis de envolvimento social, e ao mesmo tempo manter atividades (físicas ou recreativas) benéficas e necessárias para sustentar a sua motivação vital. Desse modo, retomando os postulados de Siqueira (2001 p. 76):

A teoria da atividade considera que, ao envelhecer, o indivíduo depara-se com as mudanças relacionadas às condições anatômicas, psicológicas e de saúde típicas dessa etapa da vida, mas suas necessidades psicológicas e sociais permaneceriam as mesmas de antes. O mundo social contrai-se, tornando difícil para o idoso satisfazer totalmente suas necessidades. A pessoa que envelhece em boas condições é aquela que permanece ativa e consegue resistir ao desengajamento social.

A socialização permanente vem substituir as perdas de papéis sociais decorrentes da aposentadoria, da viuvez, da incapacidade, da vitalidade. Deve-se ressaltar que as atividades físicas e recreativas podem ser formais e/ou informais, mas necessariamente grupais, de preferência dentro da comunidade da qual faz parte. Por outro lado, não se pode esquecer de que as condições socioeconômicas, a exclusão social, os preconceitos, o declínio físico e mental, o meio ambiente, dentre outros fatores, impossibilitam ao idoso escolher e manter tais atividades, bem como exercer novos papéis sociais. Cabe ao profissional que lida com organização de comunidades demonstrar ao ancião a aproximação e o distanciamento entre estar ativo/inativo e, dessa forma, promover sua satisfação pessoal.

Outro aspecto a ser abordado na construção social que envolve a terceira idade é a questão da estabilidade interna (subjativa) e externa (meio social). A primeira engloba uma estrutura de idéias, o temperamento, o afeto, as experiências, as preferências, as disposições, e as habilidades. Enquanto a segunda é preservada por pressões e atrações, motivadas por necessidades humanas básicas como alimentação, abrigo, vestuário e interação com outras pessoas.

Geralmente, o indivíduo busca, em si mesmo, estabelecer os níveis de sua própria independência e autonomia. Nesse sentido, constrói tais níveis, gradativamente, por se tratar de uma dimensão processual que norteia todos os seres humanos. Sendo assim, pode-se supor que o grau de satisfação e a perspectiva de vida decaem à medida que as transformações sociais vivenciadas pelo idoso forem severas e imprevisíveis. Isso ocorre, também, quando suas habilidades pessoais não são valorizadas, ou caso suas experiências sociais tornem-se inoperantes e/ou excludentes.

Por outro lado, Siqueira (2001, p. 78-79) esclarece que: “O idoso apresenta ótima continuidade, quando o ritmo da mudança é coerente com suas preferências e demandas sociais, numa linha que permite capacidade para enfrentar as transformações”. Sendo assim, as atividades físicas e recreativas aliadas às relações e experiências sociais advindas dessas atividades favorecem um ajustamento social eficaz. Todos os estudos que envolvem a estabilidade social e individual da terceira idade são utilizados com a finalidade de auxiliar a formação de profissionais no atendimento à complexidade do processo de adaptação do ancião nas sociedades contemporâneas. Eis aí uma das competências que o Curso de Desenvolvimento de Comunidades pode oferecer aos indivíduos que procuram adquirir essa habilidade técnica. Com o auxílio desses estudos, ao longo de seu ciclo vital, o ser humano poderá criar condições que o preparem para uma terceira idade estável.

Há fatores que influenciam negativamente na capacidade de construir perspectivas de vida duradouras. Dentre esses fatores podemos citar: baixo nível educacional, baixa renda, relações sociais limitadas a um pequeno grupo de pessoas, mudanças de residência constantes, dentre outros. Tudo isso pode levar o idoso à descontinuidade vital e a enfrentar de maneira negativa o envelhecimento.

Existem aspectos da construção social da terceira idade que levam a refletir sobre a competência social do idoso e as consequências negativas que podem acompanhar as crises da idade avançada. A perda de papéis sociais ou os estereótipos negativos em relação à velhice, na maioria das vezes, levam o ancião a ser considerado como dependente em relação ao meio social. Nessa perspectiva, como consequência, tais aspectos contribuem para a perda das habilidades adquiridas em outros estágios da vida. Isso faz com que o idoso adote o estigma de doente, inadequado ou incompetente, aumentando ainda mais sua vulnerabilidade social (NERI, 2001). Para reverter esse quadro, a atividade física e recreativa é mais um diferencial que pode propiciar a reconstrução social na terceira idade. Desse modo, cria-se um meio saudável de estimular o idoso a buscar sua independência e autonomia na família e na sociedade.

Ao analisar os interesses que envolvem as relações sociais, nota-se que as posturas individuais, muitas vezes, dependem do custo/benefício que podem advir dessas interações na sociedade. Nesse aspecto, o ser humano procura engajamentos que ofereçam algum tipo de recompensa e afastam-se daqueles que, de alguma forma, lhes são prejudiciais ou não resultem em lucro ou compensação. Desse modo, o idoso pode

se isolar da sociedade, principalmente, quando possuir recursos escassos, evitando ser oneroso ao grupo familiar.

Nas palavras de Costa (1998 p. 52): “O envelhecimento passou, portanto, a ser analisado simplesmente pelos seus aspectos deficitários e decadentes, relacionando improdutividade tecnológica, ou, melhor, dizendo, ausência voluntária na produção (em razão, por exemplo, da aposentadoria) com deficiência, decrepitude, senilidade”. Outra dimensão que envolve a construção social da terceira idade aborda as questões do comportamento do indivíduo dentro da ampla estrutura da sociedade. Isso vem ressaltar o problema do significado social, da realidade social e das relações sociais no processo de envelhecimento. Nessa perspectiva, de acordo com Neri (2001), a estruturação etária se deteriora diante da incapacidade de assegurar papéis sociais que propiciem aos idosos continuarem engajados socialmente, ou que lhes garantam oportunidades e gratificações sociais como meio de sobrevivência e autonomia.

Siqueira (2001) acredita que a compreensão dos processos individuais de envelhecimento como processos influenciados por definições sociais e pela estrutura social irão influenciar o bem-estar do idoso. Ao estudar as realidades sociais do envelhecimento, percebemos que estas mudam com o tempo, refletindo as diferentes situações de vida e papéis sociais na história e suas variantes de nação para nação. Os profissionais que lidam com a terceira idade, familiares e a comunidade devem (re) conhecer como tais indivíduos participam ativamente da criação e da manutenção de significados para suas vidas diárias. Posteriormente, procura-se auxiliá-los no engajamento social, por intermédio de atividades produtivas, mentais, físicas e recreativas.

Nas sociedades pré-industriais, os idosos eram valorizados pela sua sabedoria, foram respeitados, amados e totalmente identificados com os valores vigentes naquela época, possuíam, como consequência, elevado *status* social (COSTA, 1998). Em contrapartida, com a industrialização crescente, as empresas e instituições, raramente, admitem alguém que não produza, que não dê lucros, afastando, progressivamente, a terceira idade do trabalho rentável. Dessa forma, a sociedade industrial/tecnológica provocou mudanças estruturais e paradigmáticas que, por sua vez, induziram mudanças drásticas no modo de viver da terceira idade.

Na sociedade contemporânea, a tecnologia aplicada à produção industrial cria novas ocupações em contextos urbanos, absorvendo, principalmente, os jovens e desprezando os saberes, talentos e aptidões das pessoas em idade avançada. Siqueira

(2001, p. 90) acrescenta que a “falta de oportunidades de recapitação leva à aposentadoria precoce, à perda de rendimentos e às conseqüentes mudanças em papéis familiares e comunitários”. No passado, não muito distante, a juventude era dependente dos mais velhos; atualmente, os idosos tendem a se tornar seus dependentes. Isso trouxe mudanças significativas nas relações entre as diversas gerações.

Na estruturação social do envelhecimento, os aspectos políticos e econômicos determinam como os recursos monetários influenciam o *status* do idoso e o tratamento que lhe é dispensado. Sabe-se que as restrições econômicas e políticas em relação ao processo de envelhecimento resultam em perda de poder aquisitivo, da autonomia e da independência. Embora tais restrições se encontrem arraigadas no processo de produção e nos valores construídos historicamente, características como classe, gênero, nacionalidade e etnia são relevantes na análise social, política e econômica da terceira idade.

A cultura da segregação social do idoso, em grande parte, é reforçada pelas variáveis econômicas entrelaçadas às políticas públicas. Isso, normalmente, leva o idoso a se sentir constrangido e limitado em suas oportunidades, escolhas e experiências vitais mantenedoras de uma vida saudável e ativa. Dessa forma, ao analisar os cuidados das famílias para com seus anciãos, percebe-se que tais políticas afetam, na maioria das vezes, as relações familiares.

Keith (1994, apud SIQUEIRA, 2001, p. 104) “analisa a influência de fatores econômicos e políticos sobre o bem-estar e o *status* econômico de idosos. Conclui que, em diferentes sociedades, as mudanças estruturais não afetam igualmente todos os idosos”. Do funcionalismo estrutural, surge a premissa de que a industrialização e a urbanização criaram novos fatores sociais, que levaram a transformar as demandas tradicionais por apoio social, moradia e saúde. Institui-se, então, a concepção de que o aumento demográfico da população idosa vem criar, concomitantemente, um novo grupo de interesse, que passa a exercer pressão, exigindo respostas a suas demandas. A partir desses parâmetros, emerge o conceito de que a aposentadoria é um resultado natural das transformações industriais, tecnológicas e na divisão do trabalho que as acompanham.

Nessa perspectiva, percebe-se que há uma série de fatores que norteiam o significado do processo de envelhecimento nas diferentes sociedades. Do rol desses fatores, destaca-se a decadência, a falta de engajamento social, o distanciamento de atividades produtivas, inabilidade para se ajustar às mudanças tecnológicas e

degradação do *status* econômico. Deve-se atentar para o fato de que essas predisposições estendem-se para além do domínio das políticas públicas, influenciando na postura dos profissionais envolvidos nas questões da terceira idade.

Siqueira (2001, p. 107) aponta para uma perspectiva social crítica abordando duas dimensões: a estrutural e a humanística. Com base nessa postura, essa mesma autora postula que “a heterogeneidade do processo de envelhecimento é negligenciada pela maioria das teorias que tratam apenas do desenvolvimento, da socialização e do envelhecimento normativo”. Apoiada nessa perspectiva, a gerontologia social, estruturada no positivismo, analisa o processo de envelhecimento como um problema social e não como uma evolução natural do ser humano.

Buscando recursos nos valores humanos, o enfoque gerontológico humanístico propõe aos idosos levantar e definir as questões mais significativas a serem pesquisadas a fim de propor um engajamento mais pertinente, estável e flexível. Essa postura abriu espaços para debates e propostas entre as principais vertentes que norteiam a compreensão do processo de envelhecimento, enriquecendo as ações e pesquisas de profissionais que lidam com a terceira idade.

Embora haja críticas a todas essas concepções, as influências que as teorias clássicas da gerontologia social trouxeram à prática de programas de atendimento ao idoso no contexto brasileiro são notáveis. É imprescindível conhecer a importância dessas influências nas estruturas socioeconômicas e culturais na determinação da heterogeneidade do processo de envelhecimento. Sabe-se que as concepções sobre velhice e envelhecimento que norteiam as propostas de políticas públicas para a terceira idade determinam, usualmente, as ações a serem implementadas no processo como um todo. Dessa forma, promulgou-se no Brasil, em 23 de setembro de 2003, o Estatuto do Idoso que está em vigor e que norteiam estratégias para o bem estar dos indivíduos que se encontram na terceira idade.

Após sete anos tramitando no Congresso, o Estatuto do Idoso foi aprovado em outubro de 2003 e sancionado pelo presidente da República no mês seguinte, ampliando os direitos dos cidadãos com idade acima de 60 anos. Mais abrangente que a Política Nacional do Idoso, Lei de 1994 que dava garantias à terceira idade, o estatuto institui penas severas para quem desrespeitar ou abandonar cidadãos da terceira idade. (Lei Nº 10.741, de 1º de outubro de 2003).

O idoso tem atendimento preferencial no Sistema Único de Saúde (SUS). A distribuição de remédios aos idosos, principalmente os de uso continuado (hipertensão,

diabetes, dentre outros) deve ser gratuita, assim como a de próteses e órteses. Os planos de saúde não podem reajustar as mensalidades de acordo com critério da idade. O idoso internado ou em observação em qualquer unidade de saúde tem direito a acompanhante, pelo tempo determinado pelo profissional de saúde que o atende.

Os maiores de 65 anos têm direito ao transporte coletivo público gratuito. Antes do estatuto, apenas algumas cidades garantiam esse benefício aos idosos. A carteira de identidade é o comprovante exigido. Nos veículos de transporte coletivo, é obrigatória a reserva de 10% dos assentos para os idosos, com aviso legível. Nos transportes coletivos interestaduais, o estatuto garante a reserva de duas vagas gratuitas em cada veículo para idosos com renda igual ou inferior a dois salários mínimos. Se o número de idosos exceder o previsto, eles devem ter 50% de desconto no valor da passagem, considerando-se sua renda (BRASIL, Estatuto do Idoso - Lei 10.741, Artigo 39).

Nenhum idoso poderá ser objeto de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão. Quem discriminar o idoso, impedindo ou dificultando seu acesso a operações bancárias, aos meios de transporte ou qualquer outro meio de exercer sua cidadania pode ser condenado a penas de seis meses a três anos de detenção e multa. Para os casos de idosos submetidos a condições desumanas, privados da alimentação e de cuidados indispensáveis, a pena para os responsáveis é de dois meses a um ano de prisão, além de multa. Se houver a morte do idoso, a punição será de 4 a 12 anos de reclusão. Qualquer pessoa que se aproprie ou desvie bens, cartão magnético (de conta bancária ou de crédito), pensão ou qualquer rendimento do idoso é passível de condenação, com pena que varia de um a quatro anos de prisão, além da multa.

O dirigente de instituição de atendimento ao idoso responde civil e criminalmente pelos atos praticados contra os indivíduos de idade avançada. A fiscalização dessas instituições fica a cargo do Conselho Municipal do Idoso de cada cidade, da Vigilância Sanitária e do Ministério Público. A punição em caso de mau atendimento aos idosos vai de advertência e multa até a interdição da unidade e a proibição do atendimento.

Quanto aos dispositivos adicionais temos que todo idoso tem direito a 50% de desconto em atividade de cultura, esporte e lazer. É proibida a discriminação por idade e a fixação de limite máximo de idade na contratação de empregados, sendo passível de punição quem o fizer. O primeiro critério de desempate em concurso público é o da idade, com preferência para os concorrentes com idade mais avançada. É obrigatória a

reserva de 3% das unidades residenciais para os idosos nos programas habitacionais públicos ou subsidiados por recursos públicos.

Considerando a relevância social dessa temática, o Curso de Desenvolvimento de Comunidades do CEFET-Uberaba (MG), por meio do módulo de ensino “Atividades Físico-Recreativas para a Terceira Idade”, busca promover uma nova relação entre os futuros profissionais e os anciãos, uma vez que esse segmento é de grande representatividade na sociedade brasileira. É necessário que o sistema educacional formule estratégias que garantam ao ensino profissional a formação de educandos, que os possibilitem a desempenhar seu papel em uma sociedade que assume novas feições: marcada pelo domínio da informação e pelos recursos tecnológicos. Dessa maneira, por meio da atividade física e recreativa – um recurso inovador e envolvente à disposição do processo de integração do idoso na comunidade – o profissional poderá desenvolver estratégias que contribuam para o bem-estar e a promoção de qualidade de vida da terceira idade.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

3.1 DELIMITAÇÃO

Esta pesquisa foi tomando corpo a partir do ano de 2004, quando o pesquisador iniciou os primeiros contatos com os participantes da pesquisa (alunos e idosos) para posterior diagnóstico por meio de questionários que foram aplicados aos alunos do CEFET-Uberaba, fundado em 1954, e se destina a oferecer cursos de Ensino Médio Regular, Ensino Profissionalizante a nível Médio e Pós Médio e Cursos de Formação de Tecnólogos.

O CEFET de Uberaba se encontra dividido em duas unidades, localizadas em endereços distintos. A Unidade I situa-se na Rua João Batista Ribeiro, 4000 Bairro Mercês, tendo 472 hectares com 17900m² de área construída. No que se refere à Unidade II, esta se localiza na Av. Edilson Lamartine Mendes, 300, possui uma área total de 5.333m², sendo 1.431 de área construída. As unidades somam um total de 162 funcionários (101 da área administrativa e 61 da área pedagógica) e funcionam nos três turnos (matutino, vespertino e noturno).

A cidade de Uberaba oferece uma boa condição de vida aos seus habitantes, em virtude do clima da região e das ações sociais municipais, o que contribui com o aumento da perspectiva de vida de seus munícipes. Essa pesquisa além de ter uma alta relevância social no que se refere ao trabalho com o idoso, ela oferece também perspectivas de trabalho aos futuros profissionais do curso de Desenvolvimento de Comunidades. O contexto que é mais próximo do aluno e mais facilmente explorável para dar significado aos conteúdos da aprendizagem é o da vida pessoal, cotidiano e convivência (PCNs, 1999). Desse modo, utilizou o espaço pedagógico em sala de aula que se transformou em um contexto importante o suficiente para merecer consideração específica que é o do meio ambiente o corpo e a saúde.

O CEFET-Uberaba atendeu no ano de 2004, um total de 1.215 (mil duzentos e quinze) alunos do Ensino Médio e Tecnológico. Desses alunos, foram selecionados 24 (vinte e quatro), sendo 12 que já concluíram o Curso de Desenvolvimento de Comunidade e 12 que ingressaram no início de 2004 nesse mesmo curso. A escolha dos

alunos que integraram o presente estudo foi de forma aleatória, não obedecendo, portanto, nenhum critério específico.

No que se refere ao Curso de Desenvolvimento de Comunidades propriamente dito, o CEFET, apoiado nas legislações específicas e concepções pedagógicas de vanguarda, preocupado em formar os futuros profissionais em condições de enfrentar e desempenhar bem suas funções, nesse mundo globalizado e em constante evolução tecnológica, como cidadão reflexivo e ético, criou-se, em 1998, o referido curso que qualifica o aluno em três níveis técnicos: serviços de assistência ao idoso, educação para a saúde (elaboração, execução e avaliação de programas e projetos que visem a proteção e a promoção da saúde) e empreendimentos comunitários para a geração de renda (orientação, acompanhamento controle e avaliação de projetos de serviços e produção artesanal).

A formação do técnico em Desenvolvimento de Comunidades é assegurada na Resolução CNE/CEB nº 04/99, que trata das competências profissionais necessárias ao técnico da área de Lazer e Desenvolvimento Social. São elas:

Identificar os indicadores sociais sobre questões comunitárias que exigem atuação.

- Organizar programas e projetos de lazer e de ação social adequado ao atendimento das necessidades identificadas, e considerando os interesses, atitudes e expectativas da população alvo.
- Organizar ações que atendam os objetivos da instituição pública, privada ou do terceiro setor, e que visem ao lazer, ao bem estar social, às práticas de desenvolvimento sustentável nos diferentes aspectos da vida coletiva, ao associativismo cooperativo, aos processos de formação de grupos de interesses coletivos, e à inclusão social de indivíduos e de grupos, seja no trabalho e no lazer, seja na vida familiar e na comunitária.
- Promover e difundir práticas e técnicas de desenvolvimento sustentável nas comunidades, coletividades e grupos, visando a melhoria da qualidade de vida e do relacionamento social e pessoal.
- Identificar instituições, grupos e pessoas que poderão cooperar com programas, projetos e ações, estabelecendo parcerias institucionais, de recursos financeiros e materiais e de colaboradores multiprofissionais, inclusive voluntários, mediando interesses e práticas operacionais.

- Identificar e utilizar, de forma ética e adequada, programas de incentivos e outras possibilidades de captação de recursos e patrocínios para a viabilização das atividades.
- Articular meios para a realização das atividades com prestadores de serviços e provedores de apoio e de infra-estrutura.
- Organizar espaços físicos para as atividades, prevendo sua ambientação, uso e articulação funcional, e fluxo de trabalho e pessoas.
- Operar a comercialização de produtos e serviços com direcionamento de ações de divulgação e de renda.
- Executar atividades de gerenciamento econômico, técnico e administrativo, articulando os setores internos e coordenando os recursos.
- Executar atividades de gerenciamento do pessoal envolvido nas atividades e serviços.
- Avaliar a qualidade das atividades e serviços realizados.
- Aplicar a legislação nacional, bem como os princípios e normas internacionais pertinentes.

O curso é desenvolvido em quatro módulos:

- a)- Formação Básica: visa fornecer o suporte necessário para desenvolvimento de competências profissionais prescritas nos Referenciais Curriculares da Área de Lazer e Desenvolvimento Social.
- b)- Qualificação Profissional de Nível Técnico em Educação para Saúde: visa tornar o futuro profissional a estar apto a elaborar, executar e avaliar programas e projetos que visem à proteção da saúde, bem como a prevenção de moléstias do indivíduo, famílias e/ou comunidade.
- c)- Qualificação Profissional de Nível Técnico em Serviços de Assistência ao Idoso: visa capacitar o profissional a estar apto ao planejamento, execução e avaliação de programas e projetos que visem a melhoria da qualidade de vida do idoso e proporcione sua integração e participação efetiva na sociedade.
- d)- Qualificação Profissional de Nível Técnico em Empreendimentos Comunitários para Geração de Renda: tornar apto para orientar, acompanhar, controlar e avaliar projetos de serviços e produção artesanal.

Dentre os níveis acima, essa pesquisa optou por pesquisar o nível “c”, ou seja, “qualificação profissional de Nível Técnico em Serviços de Assistência ao Idoso”, que de acordo com as recomendações do referido curso, no que tange ao módulo Atividades Físico-Recreativas para a Terceira Idade, são trabalhadas, entre outras, as seguintes competências, que totalizam 40 horas.

- Organizar espaços para atividades com a terceira idade, prevendo sua ambientação, uso e articulação funcional e fluxo de trabalho e de pessoas.
- Organizar atividades que proporcione à pessoa idosa sua integração e participação na comunidade em que vive.
- Organizar ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde do idoso.
- Proporcionar atendimento ao idoso em instituições asilares e em domicílios.
- Proporcionar ao idoso meio para que possa permanecer no seu grupo familiar e na própria comunidade.

Sustentados nessas competências gerais, procurou-se construir com o aluno, as seguintes habilidades definidas no módulo Atividades Físico-Recreativas para a Terceira Idade:

- Demonstrar autonomia na elaboração de atividades corporais;
- Assumir uma postura ativa na prática das atividades físicas, e consciente da importância delas na vida do cidadão;
- Interessar-se pelo surgimento das múltiplas variações da atividade física, enquanto objeto de pesquisa e área de interesse social e de mercado de trabalho promissor;
- Reconhecer que as atividades físico-recreativas, quando praticadas regularmente e de forma criativa, adaptada à realidade individual torna-se um importante componente para a melhoria de qualidade de vida do idoso (PCNs, 2001).

O CEFET em parceria com a Associação dos Diabéticos de Uberaba realiza um projeto de extensão cognominado Atividades Físico-Recreativas para a Terceira Idade, (anexo 1). Tal projeto tem por objetivo oportunizar, a essa significativa parcela da comunidade uberabense, momentos de atividades físicas e recreativas que contribuam para a promoção da qualidade de vida, além de oferecer aos alunos do Curso de Desenvolvimento Comunidades a oportunidade de aplicação dos conhecimentos

teóricos adquiridos no referido módulo. Vale ressaltar que o trabalho feito por parceria buscou atingir os objetivos de toda instituição de desenvolvimento profissional técnico que é a integração do ensino, da pesquisa e da extensão, contribuindo dessa forma, para a formação profissional e humana dos futuros profissionais.

3.2 - PROCESSO DA PESQUISA

Essa pesquisa foi realizada extraclasse, no Uberaba Tênis Clube, situado no Bairro Abadia, nesta cidade, às segundas, quartas e sextas feiras, em sessões de 60 minutos, no turno matutino, sendo totalmente gratuito, portanto aberto a todos os cidadãos uberabenses. A amostra dessa pesquisa contou com a participação de 36 idosos (24 do sexo feminino e 12 do sexo masculino) representando 30% do total dos participantes do projeto que são 120 integrantes. Do total de indivíduos da terceira idade do sexo feminino que são parte integrante dessa pesquisa 44% estão na faixa etária entre 61 a 70 anos; 33% entre 50 a 60 anos; 19% entre 71 a 80 anos; e 3% acima de oitenta. Quanto aos idosos masculinos temos: 59% estão na faixa etária entre 61 a 70 anos; 33% de 50 a 60 e 8% de 71 a 80 anos, sendo que não nenhum indivíduo do sexo masculino acima de 80 anos.

Assim como os alunos, os idosos também foram escolhidos aleatoriamente, porém todos residentes em Uberaba que, se prontificaram a colaborar com a pesquisa respondendo ao questionário semi-estruturado e misto voltado para a terceira idade (anexo 2). O referido questionário foi aplicado por três alunas voluntárias do Curso de Desenvolvimento de Comunidade, devidamente preparadas.

Inicialmente, comunicou-se aos idosos sobre a relevância da pesquisa para o Curso de Desenvolvimento de Comunidades que está estruturado na construção de competências voltadas para a atividade física e recreativa para a terceira idade. Há mais de 10 anos de convivência e atuação com os integrantes do projeto, as competências profissionais, foram construídas, apoiadas, dentre outros mecanismos, na observação *in locu* das dificuldades e evolução do idoso ao executar as atividades propostas. Nesses momentos de recreação, lazer e esporte, levantou-se a seguinte hipótese: Tais atividades realmente contribuem com a melhoria da qualidade de vida dos idosos? É possível

construir competências para lidar com essas atividades físicas e recreativas junto aos alunos do Curso de Desenvolvimento de Comunidades?

Na tentativa de responder tais indagações, solicitou-se aos idosos integrantes da pesquisa, uma participação sincera e voluntária na tentativa de colher informações capazes de subsidiar o diagnóstico necessário à comprovação do bem-estar físico, psíquico e social do idoso, envolvendo os alunos integrantes da pesquisa. Na ocasião esclareceu-se junto ao grupo que se trataria de uma elaboração de um trabalho científico e por isso seria necessária a participação de todos de modo a responder os questionários com postura crítica e fidedigna.

Alguns idosos entrevistados, que apresentavam dificuldades motoras finas, solicitaram aos alunos que fizessem a pergunta de maneira clara de modo que possibilitasse sua compreensão para elaborar as respostas o mais sincero e consciente possível. Os demais preferiram responder em suas residências. Embora não fosse necessário se identificar, a maioria dos idosos preferiu identificar.

Em relação à renda mensal média, 58% dos idosos participantes do projeto recebem até dois salários mínimos; 16% recebem de 3 a 4 salários mínimos; 5% recebem de 5 a 6 salários e 21% recebem acima de 7 salários. Dos participantes dessa pesquisa, 92% possui casa própria e os 8% restantes residem em casas alugadas. Quanto ao meio de locomoção, 34% utiliza transporte automotor próprio; 34% usa transporte coletivo; 3% utiliza bicicleta e 29% caminha e raramente utiliza algum tipo de transporte.

Durante a pesquisa foi levantado, inclusive, o tempo que os participantes integraram o grupo do projeto Atividade Físico-Recreativa para a Terceira Idade e do total de 36 entrevistados, ficou evidenciado que 21% participa desde o início do projeto; 37% a mais de dois anos; 35% a cerca de um ano, e 8% frequenta o grupo de 1 a 6 meses. Quanto à frequência por semana com que os idosos praticam atividade físico-recreativa, 16% dos idosos frequentam todos os dias (de segunda a domingo); 3% quatro vezes por semana, 71% três vezes por semana e 11% duas vezes por semana.

Prosseguindo com a pesquisa, no início do mês de fevereiro, foi realizada uma reunião com as 12 alunas formadas no Curso de Desenvolvimento de Comunidades no CEFET-Uberaba, com faixa etária entre 20 a 45 anos, para notificá-las da pesquisa que estava sendo realizada e ao mesmo tempo solicitar a colaboração, das alunas, que responderam a um questionário específico sobre construção de competências (anexo 3). Essas alunas residem em Uberaba, sendo que 91% das entrevistadas moram em casa própria e o restante em casa alugada. O principal meio de transporte dessas profissionais

é o transporte coletivo (42% das entrevistadas), sendo que o restante prefere caminhar (33%) ou possui transporte próprio (25%). Vale ressaltar que nessa turma formaram apenas mulheres, sendo baixo o índice de homens matriculados no referido curso.

Todas as ex-alunas, agora formadas, foram convidadas para uma reunião, na qual foi feito um convite para participarem de um projeto de pesquisa científica em nível de mestrado. Durante a reunião foi esclarecido que teriam total liberdade de se manifestar, propor sugestões e críticas e que não havia a necessidade de se identificarem. Tais profissionais foram unânimes em colaborar com a pesquisa, confirmando o que Perrenoud (2000, p. 36) afirma quando diz que “os alunos em atividade de pesquisa e em projetos de conhecimento passam por uma capacidade fundamental (...): tornar acessível e desejável sua própria relação com o saber e com a pesquisa”. Esse fato demonstra que, sempre que possível, os professores devem motivar seus alunos a participarem de projetos que é um dos meios de se promover o desenvolvimento da civilização atual.

Essas profissionais-técnicas em desenvolvimento de comunidades preferiram levar os questionários que enfocava a questão da construção de competências para sua residência. Antes, porém os questionários foram orientados pelo pesquisador e entregues diretamente às alunas. Depois que responderam, devolveram os formulários para a coordenação do Curso de Desenvolvimento de Comunidades, decorrido uma semana.

Dentre as alunas formadas, 67% praticava o desporto, sendo que 33% não praticava nenhuma atividade física. Dentre esses que já praticam ou praticaram atividades físicas 50% está em contato com esportes a menos de 1 ano e os demais entre 3 e 5 anos. Camargo (1998, p. 11) postula que: “O lazer passou a ser um item no rol das necessidades da civilização e dos direitos do indivíduo”. É importante o professor informar e sensibilizar o aluno da importância do desporto e da recreação em uma comunidade, como uma das formas de lazer mais saudáveis para a constituição física e psíquica de todos os envolvidos e não apenas dos idosos.

Para obter maiores subsídios destinados à presente pesquisa, no mês de março de 2004, foi feito um encontro com os alunos que ingressaram, neste ano, no Curso de Desenvolvimento de Comunidades e que ainda não haviam cursado o módulo Atividades Físico-Recreativas para a Terceira Idade. Nessa ocasião, foi solicitada aos mesmos sua participação na pesquisa, propondo a eles responder o mesmo questionário que as profissionais recém-formadas haviam respondido em fevereiro. Coerente com a

proposta do CEFET-Uberaba, foi esclarecida a importância dos alunos se envolverem em uma pesquisa científica, dando-lhes a liberdade de participar. Embora todos se prontificassem, houve um sorteio para seleção de 12 alunos, para quem foram entregues os questionários pela coordenação do referido centro.

De um total de 12 alunos entrevistados, 11 são do sexo feminino e 1 do sexo masculino, cuja faixa etária varia entre 18 a 45 anos. Todos os alunos residem em Uberaba e 91% deles utilizam transporte coletivo, sendo que o restante possui veículo próprio ou caminha para realizar suas atividades escolares e de trabalho.

Ao contrário das profissionais formadas, os alunos matriculados que ainda não cursaram esse módulo, 67% não praticam nenhum tipo de esporte. De acordo com Dieckert (1984, p. 5): “é necessário obter uma compreensão para a necessidade e importância do esporte de lazer entre a população.” Desse modo, deve-se conscientizar os estudantes da relevância da atividade física na harmonização das várias esferas sociais, pois, por meio do esporte, podemos criar hábitos coletivos na transformação da sociedade rumo a um desenvolvimento comunitário sustentável. Os 33% restante que praticam esportes, fazem isso há mais de um ano.

A tabulação e a transcrição dos dados, elaboradas no aplicativo EXCEL, foram feitos, voluntariamente, sob forma de tabelas e gráficos, pela aluna recém formada no Curso de Desenvolvimento de Comunidades, Andresa da Silva Manso, no mês de junho de 2004, no próprio CEFET de Uberaba. Isso veio demonstrar a preocupação do pesquisador em preparar seus alunos, inclusive para adquirirem habilidades de pesquisa e tabulação de informações.

Durante o processo dessa pesquisa, os educandos tiveram a oportunidade de visitar asilos, locais onde se realizam atividades com idosos e o Projeto “Atividades Físico-Recreativas para Terceira Idade” (projeto de extensão do CEFET em parceria com a Associação dos Diabéticos de Uberaba), no qual os mesmos tiveram condições de colocar em prática os conhecimentos construídos em sala de aula. Conforme Neira (2003, p. 45), (...) “as competências utilizam, integram e mobilizam conhecimentos para enfrentar um conjunto de situações complexas”. A competência implica, também, numa capacidade de atualização de saberes. No final do processo, solicitamos aos alunos a realização de uma atividade recreativa com idosos vinculados às “Unidades Básica de Saúde da Prefeitura Municipal de Uberaba”.

O módulo “Atividades Físico-Recreativas para a Terceira Idade” é desenvolvido com sessões de 4 horas diárias (perfazendo um total de 40 aulas). Em sala de aula, as

atividades se iniciam com uma dinâmica de grupo com caráter lúdico. Durante esse momento, faz uma reflexão com os alunos sobre a importância da construção de competências profissionais, com o objetivo de tornar a aula mais prazerosa, dentro de uma perspectiva dialógica. Libânio (1994, p.159) acredita nas “situações didáticas que ativem as potencialidades cognoscitivas dos alunos, de modo que dominem métodos de pensamento, saibam usar os conceitos aprendidos em situações novas”. Por se tratar de um momento recreativo, desde o princípio do módulo, o educando a cada dinâmica está exposto a situações novas, com a finalidade de desenvolver habilidades de interação e, ao mesmo tempo, aprimorando a socialização dos conhecimentos.

Em seguida, antes de iniciar a exposição da temática a ser debatida em sala de aula, geralmente, faz-se menção ao assunto a ser abordado e ao mesmo tempo, por meio do diálogo, faz-se um levantamento da bagagem cultural dos alunos em relação ao assunto tratado naquela sessão. Gadotti (2000, p.209) ressalta que: “O papel da escola seria fazer com que tanto as crianças quanto os adultos pudessem passar da cultura primeira à cultura elaborada. Esse seria o processo dialético no qual uma não eliminaria a outra, mas iria acrescentar-lhe uma explicação mais completa”. Posteriormente, há um momento de exposição teórica fazendo alusão à prática para que os alunos tenham a oportunidade de construir competências voltadas às atividades físico-recreativas para a terceira idade. Após a exposição, propõem-se trabalhos em equipe de no máximo 5 alunos, dando liberdade para construírem seus próprios grupos, que socializam os resultados dos assuntos que foram expostos e pesquisados.

Quando os alunos concluem 20 horas/aulas teóricas, eles começam a observar as atividades que são realizadas no projeto junto a asilos e comunidades que lidam com os idosos. Na conclusão do módulo, os alunos devem promover atividades com idosos, por meio da elaboração e apresentação de um projeto para apreciação dos professores, que após ser aprovado, colocam-no em prática, perfazendo um total de no mínimo três sessões. Na interação com o idoso, inicialmente, há uma atividade denominada na Educação Física de “quebra-gelo” que serve como aquecimento físico e psicológico na prática social da recreação e da atividade física. Nesse bojo, encontram-se atividades que permitem a participação de todos, posicionados em círculo e sem nenhuma exigência específica individual.

A avaliação de desempenho do aluno será contínua e cumulativa, possibilitando o diagnóstico sistemático do processo de construção de competências, prevalecendo os aspectos qualitativos sobre os quantitativos e os resultados obtidos ao longo do processo

oferecem ao educador a oportunidade de acompanhar e orientar os futuros profissionais. Foram priorizados instrumentos de avaliação estimuladores da autonomia (os alunos, individualmente ou em grupos deverão propor atividades recreativas próprias para idosos), na construção do conhecimento, e fornecer indicadores da aplicação no contexto profissional das competências adquiridas.

Acreditando que a relação de ensino na sala de aula, seja uma relação diferenciada nas intenções e objetivos, procurei inteirar-me das atividades promovidas pelos futuros profissionais, nos locais destinados a atividades físicas e recreativas do citado projeto, participando e auxiliando os alunos na execução do “quebra-gelo”, das brincadeiras, dos exercícios físicos, sempre se prontificando a ouvir os alunos e dar-lhes oportunidade de se manifestar livremente em campo aberto. A seguir, serão analisados e discutidos os resultados e as ações pedagógicas visando à construção de competências, alcançados nessa pesquisa.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No início da implementação dessa pesquisa procurou-se conhecer o contexto social e a cultura primeira dos alunos da educação profissional, por meio da participação nas atividades em sala de aula e posteriormente pelo instrumento de pesquisa (questionários). Segundo Gadotti (2000 p. 42): “A escola não deve apenas transmitir conhecimento, mas também, preocupar-se com a formação global dos alunos, numa visão onde o conhecer e o intervir no real se encontrem”. Durante a convivência em sala de aula no CEFET-Uberaba, conheceu-se os alunos, dialogando e procurando localizar seus maiores anseios, bem como suas competências adquiridas antes ou fora da escola, pela autoformação não-metódica e não-sistemática no trabalho pedagógico cotidiano.

No contexto dessa pesquisa, pudemos confirmar que o CEFET-Uberaba tem por objetivo atender aos princípios norteadores contidos no Parecer CNE/CEB nº 16/99 e na resolução nº 04/99 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Profissional de Nível Técnico, criando recursos para que os educandos possam construir competências gerais voltadas à aplicação nos mais diversos trabalhos, bem como competências a determinadas atividades profissionais na área. Para tanto, a parceria criada entre a Associação de Diabéticos de Uberaba e o CEFET-Uberaba possibilita ao futuro técnico um contato com a realidade material de seu campo de trabalho.

Embora haja uma nova legislação em vigor quanto aos cursos Técnico e Superior Tecnológico de acordo com o documento POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, publicadas pelo Ministério da Educação-Secretaria de Educação Média e Tecnológica em abril de 2004 e que se transformou em Decreto nº 5.154 no dia 23 de julho de 2004, voltando a integrar o Ensino Médio com o Ensino Técnico. Essa pesquisa foi iniciada e desenvolvida com base nas legislações anteriores, porque o CEFET-Uberaba optou por analisar e estudar a referida lei, antes de implementá-la no ano letivo de 2005.

Com base no decreto nº. 2208/97, que ainda norteia a educação profissional a nível técnico e superior tecnológico, até dezembro de 2004, o Curso Técnico em Desenvolvimento de Comunidades tem como objetivo formar profissionais criativos e empreendedores capazes de definir diretrizes de ação, de elaborar, executar e avaliar programas e projetos sociais de interesse da comunidade, com o objetivo da melhoria de

qualidade de vida. O Técnico em Desenvolvimento de Comunidades estará apto a exercer atividades de renda, educação para a saúde, uso adequado dos recursos naturais, eliminação de resíduos, mudanças nos processos de produção, educação para o consumo e organização de cidadãos em torno de interesses comuns.

Para que aprendam, é preciso envolvê-los em uma atividade de certa importância e de uma certa duração, garantindo ao mesmo tempo uma progressão visível e mudanças e paisagem, para todos aqueles que não têm a vontade obsessiva de se debruçar durante dias sobre um problema que resiste (PERRENOUD, 2000, p. 36)

Para tanto, os educandos devem participar da promoção de pesquisas e levantamento de dados sobre interesses sociais, auxiliarem na execução de programas e projetos de promoção social, otimizarem os recursos disponíveis num sistema de gerenciamento eficiente e avaliarem os recursos alcançados durante e após a realização das ações.

Com essa investigação observa-se que um projeto de pesquisa não é, pois, fácil de se transformar em um projeto de ação ou de colocar em uma perspectiva prática. Para orientar um projeto que envolva conhecimento e construção de competências, é preciso suscitar e estimular o interesse pelo saber que é uma questão de identidade e formação pessoal e profissional. Ao envolver os alunos do Curso de Desenvolvimento de Comunidades, a competência visada passou pela arte da interação, no sentido de encorajar, mobilizar de modo que o educando se envolva plenamente como pessoa e não somente como aprendiz. Acredita-se que a habilidade de organizar situações de aprendizagem profissionais suponha competências que, progressivamente, auxiliem os alunos a construírem, eles próprios, a teoria na prática. O futuro técnico deverá trabalhar para a promoção da melhoria da qualidade de vida material e social das famílias dentro dos padrões do desenvolvimento sustentável.

A formação do técnico em Desenvolvimento de Comunidades é assegurada na Resolução CNE/CEB nº 04/99, que trata das competências profissionais necessárias ao técnico da área de Lazer e Desenvolvimento Social. Nesse sentido, será feita a análise dos resultados diagnósticos feitos por meio dos questionários referidos na metodologia da pesquisa. Nesta pesquisa, aconteceram duas avaliações diagnósticas voltadas para a construção de competências. Uma primeira feita com profissionais que já concluíram o Curso de Desenvolvimento de Comunidades. Em seguida, serão avaliados os anseios

dos alunos que ingressaram no mencionado curso, em 2004, e que ainda não haviam cursado o módulo no corrente ano.

4.1 – DIAGNÓSTICO E OBSERVAÇÃO ORIENTADOS PARA A PEDAGOGIA DAS COMPETÊNCIAS

Até recentemente, a finalidade do diagnóstico, em um processo de pesquisa na área de educação voltada para conhecer o perfil dos alunos, era proporcionar uma visão retrospectiva sobre a bagagem cultural inicial do aprendiz e conhecer seus recursos adquiridos no grupo social e/ou na família. Apoiados em uma perspectiva mais ampla, compreendemos por avaliação diagnóstica a realização de um conjunto de ações destinadas a colher uma série de dados em torno de seu objeto de pesquisa tais como: as características e o contexto de um ou mais indivíduos, fatos, situações, fenômenos, dentre outros, com o fim de orientar uma atuação pedagógica mais adequada, criativa e inovadora. Costuma-se considerar que esse diagnóstico se expressa em função de alguns critérios prévios e com a finalidade de colher evidências para uma posterior tomada de decisões.

A avaliação diagnóstica nessa pesquisa permitiu questionar o educando a respeito de uma série de competências necessárias ao lidar com o idoso. Por outro lado, a avaliação está vinculada à promoção de práticas pedagógicas necessárias ao desenvolvimento pleno dos educandos que buscaram e buscam, em um curso específico, uma forma de ingressar no mercado de trabalho. Nessa pesquisa, houve a necessidade de entrevistar os idosos a partir de um modelo diferenciado de questionário, de acordo com as recomendações esclarecedoras do pesquisador junto aos alunos que integraram o processo da pesquisa.

Na prática profissional, a reflexão, o trabalho em equipe e os projetos centralizam sobre as situações de aprendizagem, sobre a capacidade crítica de mobilizar saberes socialmente construídos e delineiam uma proposta para a formação técnica. Por meio de um estudo reflexivo, voltado para a prática de atividades físico-recreativas com a terceira idade e desenvolvida em comunidades, o referencial escolhido nessa pesquisa foi dividido em três categorias: competências pessoais, metodológicas e organizacionais.

Cada bloco de competência pode ser desdobrado em outros níveis. Entretanto, para que não se torne um trabalho exaustivo, procurou-se delimitar as competências gerais e básicas que julgadas necessárias à formação dos alunos que irão atuar com o idoso em uma dada comunidade. Propôs-se aqui, uma listagem ou amostra mais detalhada para não sobrecarregar o projeto que vem sendo desenvolvido com os alunos do Curso de Desenvolvimento de Comunidades. Diante disso, embora de suma importância, não foram comentadas as competências cognitivas que foram construídas em sala de aula, visto que na prática, os alunos tiveram a oportunidade de mobilizar conhecimentos teóricos como recursos significativos no desempenho técnico-profissional.

Na construção de competências, os saberes se modificam em contato com as situações práticas e concretas e os conhecimentos são ampliados ou enriquecidos pela ação dos sujeitos (RAMOS, 2001). Nesse sentido, o ser humano se constrói e se forma, apropriando de saberes que serão criticamente utilizados, para além da mera automação prática que “raramente está ligada a uma única competência” (PERRENOUD, 2000, p. 17). Durante o desenvolvimento desse projeto, os alunos puderam compreender a importância da pesquisa na formação profissional, de nível técnico.

Durante as aulas práticas do Curso de Desenvolvimento de Comunidades e mais especificamente no módulo destinado à terceira idade, além das capacidades cognitivas deve-se estar atentos para as competências sócio-afetivas também mobilizadas pelos trabalhadores na realização das suas atividades profissionais, não apenas a sua capacidade técnica (RAMOS, 2001). Nessa linha de pensamento, ao lidar com o idoso, em atividades físico-recreativas desenvolvidas em equipe, percebe-se a necessidade das competências sociais e afetivas, tais como: a capacidade de promover a socialização; o envolvimento, o comprometimento, respeito e a afetividade; ser estimulador e mediador e desse modo ser promotor da autonomia e da responsabilidade.

Além dessas competências, segundo Perrenoud (1999), o aprendiz deve construir e mobilizar conhecimentos outros, a exemplo da capacidade de reflexão sobre a prática profissional, bem como saber lidar com o inusitado. Essa última competência pessoal é muito valorizada ao lidar com pessoas idosas, pois são indivíduos que necessitam de uma atenção especial, pois as condições adversas do ambiente ou de saúde do próprio idoso, pode colocá-lo em situação de emergência, quando ocorrem fatos ou reações inesperadas.

Ao refletir sobre sua prática profissional, o indivíduo será capaz de confrontar e regular adequadamente, uma atitude, um comportamento, uma ação. Assim, nas Palavras de Perrenoud (2000a, p. 16): “Concreta ou abstrata, comum ou especializada, de acesso fácil ou difícil uma competência permite (...) procedimentos, técnicas ou ainda outras competências mais específicas”. Na sociedade atual, sabe-se que a transferência de conhecimentos não é automática, adquire-se por meio do exercício e de uma prática reflexiva, em situações que permitam mobilizar saberes científicos ou do senso comum.

Desse modo, o professor há que ensinar o aluno como se portar em situações que exijam mobilização de saberes diversos, como combiná-los, transpô-los, somá-los, e ainda inventar uma nova estratégia se necessário – principalmente diante do inusitado – a partir de recursos apreendidos em aulas teóricas. Cabe salientar a relevância de estar atento para o fato de que a mobilização ocorre em situações complexas, que obrigam a analisar o problema antes de resolvê-lo, a determinar os conhecimentos técnicos e sócio-afetivos a serem utilizados em função das circunstâncias que ocorrem no cotidiano e em situações reais.

Retomando as idéias de Ramos (2001), o diploma deixa de ser a única estratégia de se conseguir um emprego, pois não garante a competência. Perrenoud (2000a, p. 17) acrescenta que: “A escolaridade funciona baseada numa espécie de divisão do trabalho: à escola cabe fornecer os recursos (saberes e habilidades básicos), à vida ou às habilitações profissionais cabem desenvolver as competências”. Desse modo, igualmente importante são as competências sociais e afetivas, que irão possibilitar uma relação constante entre os saberes e a inter-relação humana.

Em uma determinada comunidade, a socialização, o envolvimento emocional e afetivo do profissional é muito significativo. Isso porque no cotidiano, as experiências têm demonstrado que os técnicos que possuem conhecimentos e competências adquiridas em cursos profissionalizantes, de Ensino Médio, têm maior facilidade de mobilizá-los no momento oportuno, em uma situação real de trabalho. Dessa maneira, conclui-se ser pertinente, segundo Perrenoud (2000), que a atualização daquilo que se sabe em um contexto singular seja reveladora da passagem à competência profissional.

O profissional, diante de uma situação de trabalho, deverá ser capaz de mobilizar um conjunto de competências específicas, independentes e/ou dependentes umas das outras, para atuar nas circunstâncias reais que exijam uma habilidade técnica ou científica. Sendo assim, dentre o bloco de competências pessoais que julgam-se

necessárias e que estão aqui representadas não se tratam de um único arranjo possível. Obviamente que seria viável propor outros agrupamentos a serem mobilizados na lida com atividades físico-recreativas para a terceira idade.

Durante o desenvolvimento desse projeto, após serem tabulados os dados obtidos junto às profissionais que concluíram o Curso de Desenvolvimento de Comunidades em 2003, foram analisadas suas competências pessoais que podem ser visualizadas no Figura 1.

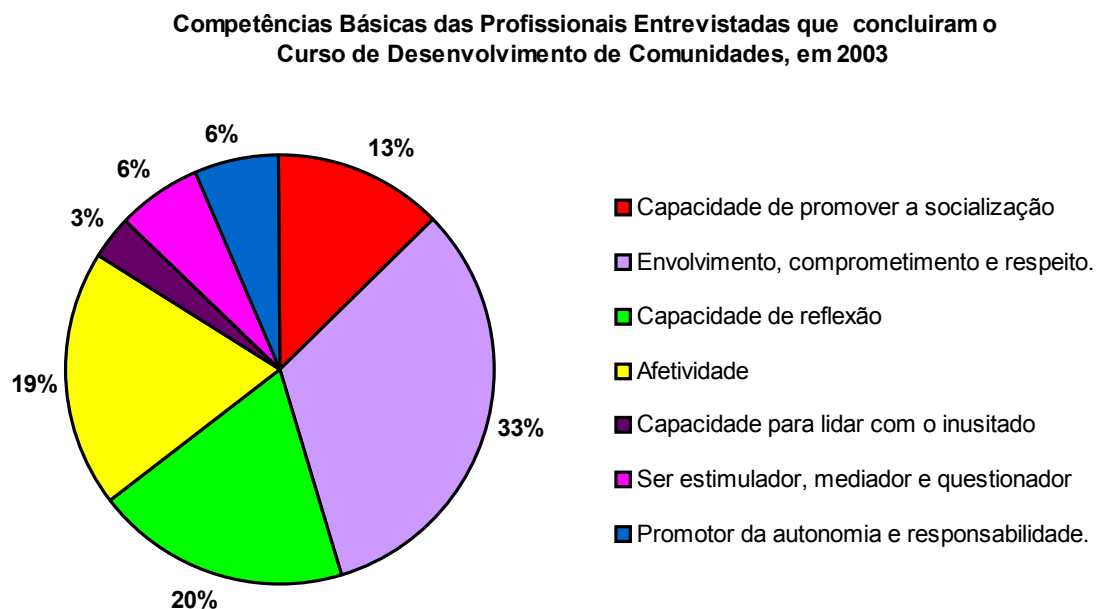


Figura 1 – Competências Pessoais Voltadas para a Atuação com a Terceira Idade.

Pode-se notar que o número de profissionais que construíram a competência da socialização ficou na casa dos 13% enquanto que em relação ao envolvimento, comprometimento e respeito (33%). Levando-se em consideração que um dos motivos que a terceira idade procura atividades físicas e/ou recreativas é a sua participação em um grupo social, não se pode esquecer que o profissional é o responsável pela integração, pelo relacionamento e comunicação com o grupo. De acordo com Géis (2003), o papel do profissional que atua com recreação e/ou atividade física com a terceira idade é o de observar e estimular relações, além de comunicar-se constantemente com o grupo e com cada aluno. Perrenoud (1999) lembra que a competência constrói-se com a prática na qual se multiplicam as situações de interação em uma conjugação feliz. Nesse caso, sugere-se a essas alunas que procurem cursos de extensão e/ou especialização, no sentido de otimizar suas competências de socialização,

uma vez que o idoso procura, nesse tipo de atividade, momentos de amizade, carinho, compreensão e sua real integração na comunidade.

Por outro lado, em relação ao indicador a capacidade de reflexão e a afetividade, essenciais no tratamento com o ser humano, apenas 20% das alunas apresentaram recursos cognitivos suficientes para a mobilizar essas competências que lhes garantam “o domínio dos saberes e habilidades de diversas naturezas, que permite uma intervenção rápida na realidade e uma visão crítica do alcance das ações e o compromisso com as necessidades concretas do contexto social” (NEIRA, 2004, p. 47). Desse modo, o restante do grupo, que ainda não possui tais habilidades e saberes, deve atentar para esse fato e procurar construí-las ao longo de sua formação profissional.

No que se refere à capacidade de mobilizar recursos cognitivos quanto à questão da capacidade de lidar com o inusitado; ser estimulador, mediador e questionador; e na promoção da autonomia e responsabilidade, essas profissionais demonstraram um percentual muito aquém do desejável (em média 4%). Na concepção de Barbosa (2000), o ativista ou o educador físico gerontológico deve ser responsável, aberto a novas experiências e altamente produtivo. Acrescento que todos que lidam com a terceira idade devem ser um estimulador de autonomia e independência. Nesse caso, recomenda-se a esse grupo de profissionais recém-formados que procurem refletir sobre sua prática profissional e suas competências antes de lidar com atividades físicas e recreativas com os idosos.

Os saberes disciplinares ensinados e praticados na escola técnica serão mobilizados, posteriormente, sob a forma de competências profissionais em que o aprendiz será capaz de verificar o alcance de seus recursos técnicos, cognitivos, sociais, afetivos, metodológicos, organizacionais dentre outros. Nesse sentido, além dos conteúdos básicos do Ensino Médio – que devem ser contextualizados em função do Ensino Técnico, quando concluídos concomitantemente – o uso de competências metodológicas servirá de base para o desenvolvimento sistemático de atividades segundo cada especificidade e no âmbito de cada profissão.

Nessa pesquisa, procura-se compreender as competências metodológicas necessárias na lida com a terceira idade, mais especificamente no que diz respeito às que mobilizam recursos voltados para as atividades físicas e recreativas.

Segundo as concepções de Perrenoud (1999) sobre as competências metodológicas consideradas essenciais aos alunos que irão atuar em comunidades, pode-se citar: a exploração da criatividade; a consistência e coerência dos

procedimentos para um atuar com segurança; a promoção da participação de todos, a organização, seqüenciação e disciplina; conhecimentos disciplinares e técnicos transpostos profissionalmente; negociação, planejamento e capacidade de improvisação. Nessa linha de pensamento, os estudantes de um Curso de Desenvolvimento de Comunidades, ao empregar uma determinada metodologia de trabalho, inerente a toda profissão técnica, irão utilizar conhecimentos biológicos, econômicos, culturais, interativos, laboratoriais e outros. Esses aspectos da profissão exigem métodos específicos de atuação, que geralmente são sistematizados por pesquisadores e cientistas e então mediados ao aprendiz técnico.

Nas situações reais de atuação com idosos, durante atividades físicas e recreativas, inscrevem-se métodos que as tornam possíveis de serem realizadas, seguindo uma seqüência de procedimentos, na qual cada situação é uma etapa e visa a uma progressão. Desse modo, pode-se citar o aquecimento, a prática propriamente dita, a socialização e a avaliação do que foi desenvolvido, por meio de um método reflexivo por parte do profissional que será um futuro organizador de comunidades.

Durante as aulas práticas, os futuros profissionais puderam compreender a noção de metodologia e de procedimentos seqüenciais, chamando a atenção dos alunos para o fato de que “uma situação de aprendizagem não corre ao acaso e é engendrada por um dispositivo que coloca os alunos diante de uma tarefa a ser realizada, um projeto a fazer, um problema a resolver” (PERRENOUD, 2000, p. 33). É importante ressaltar que na aprendizagem desse módulo, os alunos procuraram realizar as atividades com muita atenção, utilizando-se dispositivos que promoveram a segurança do idoso ao praticar um movimento, elevando, assim, sua auto-estima.

No que se refere à metodologia, cabe dizer que existe um certo número de parâmetros e diretrizes que devem ser dominados para que as aprendizagens almejadas se realizem. Da mesma maneira, “professores e pesquisadores desenvolverão conhecimentos na disciplina que escolherem ensinar e desenvolver” (PERRENOUD, 2000a, p. 18). Pode-se então inferir que as competências são conhecimentos agregados criticamente, sobretudo para aqueles que orientam profissões científicas e técnicas.

Nesse projeto, ficou evidenciada que a construção do conhecimento é uma trajetória coletiva em que o professor orienta, criando situações e dando auxílio, “sem ser o especialista que transmite o saber, nem o guia que propõe a solução para o problema” (PERRENOUD, 2000, p. 35).

Com o objetivo de deixar registrado as competências metodológicas acima mencionadas, em um segundo momento foram analisados, os procedimentos essenciais e os recursos a serem mobilizados em uma dinâmica recreativa feita em grupo. Quanto ao método de desenvolvimento de atividades físicas e a recreativas com a terceira idade, no Curso de Desenvolvimento de Comunidades, foram obtidos os seguintes resultados, conforme ilustrado no Figura 2.

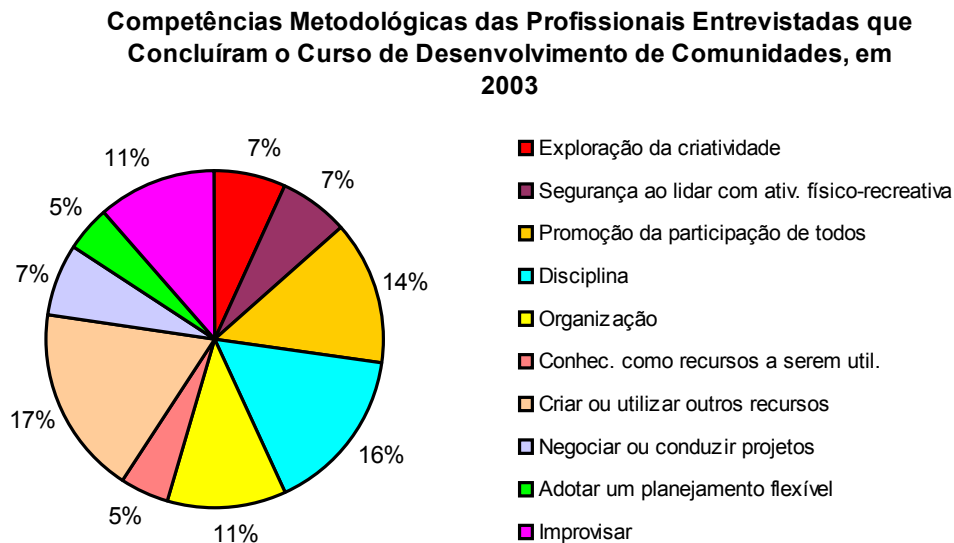


Figura 2 – Competências Metodológicas – Profissionais Entrevistados

Dentre as competências metodológicas de maior percentual, os resultados apontam para a promoção da participação de todos nas atividades físico-recreativas. Isso reforça a idéia da importância de “estimular a parte social e do aluno junto ao grupo e integrar os grupos de forma estimulante, agradável e não competitiva” (CORAZZA, 2001, p. 26). Acredita-se que uma atuação competente alia-se à concepção de vislumbrar, no futuro, o esporte para todos, ou seja, para toda a população brasileira da criança ao idoso. Entretanto, é importante que o profissional-técnico habilitado no desenvolvimento de comunidades adquira a competência de promover as atividades coletivas de modo a alcançar todos os idosos do grupo como forma de inserção social de todos. Embora exista uma grande motivação para que todos participam, o instrutor deve ponderar e não exigir a participação obrigatória e sim espontânea dos idosos em todas as propostas.

Cerca de 17% dos profissionais recém-formados possuem a capacidade de utilizar e criar outros recursos além dos ensinados no curso. Ramos (2001) aponta que, os conhecimentos se modificam em contato com os problemas e acontecimentos encontrados em situações concretas e qualquer prescrição pode ser ampliada ou enriquecida pela ação dos sujeitos. Durante as aulas ministradas no módulo Atividades Físico-Recreativas para a Terceira Idade, trabalhou-se com a construção de materiais esportivos e recreativos utilizando sucatas na confecção de petecas, bolas, cordas, dentre outros, esclarecendo ao futuro profissional que nem sempre irá encontrar esses instrumentos à sua disposição.

Com o objetivo de levar os idosos a participar cada vez mais nas atividades do referido módulo, a confecção desses materiais lhes é ensinada o que lhes causa bastante alegria e prazer, visando, inclusive sua formação permanente como pessoa. O idoso quando constrói está desenvolvendo as coordenações globais e segmentárias, além de trabalhar o raciocínio e as habilidades motoras finas. Tal material depois de pronto é guardado na comunidade onde o idoso está inserido.

De acordo com os dados da pesquisa, 11% das profissionais possuem competência para improvisar e organizar. Foi abordado no capítulo anterior que dentre as competências voltadas para o Curso de Desenvolvimento de Comunidades, três estão relacionadas com a organização. Perrenoud (2000, p. 27) adverte que “sem esse domínio, a unidade de saberes está perdida, os detalhes são superestimados à capacidade de reconstruir um planejamento (...) a partir dos acontecimentos encontra-se enfraquecida.” Mais uma vez, é importante atentar para a necessidade de uma formação contínua para esse grupo de alunas, pois todo desenvolvimento profissional é um processo permanente, como a própria formação do ser humano.

Prosseguindo em nossa análise, 7% das recém formadas, um índice não muito satisfatório, desenvolveram competências no sentido de ter segurança ao lidar com as atividades físico-recreativas para a terceira idade; explorar sua própria capacidade criativa e negociar ou conduzir projetos. Lorda (1995) adverte que o profissional deve ter em conta que as mudanças biológicas, psicológicas e sociais, que foram analisadas na Revisão de Literatura, garantem trabalhar com grande margem de segurança. Caso o profissional não tenha o domínio desses conhecimentos e segurança ao lidar com atividades físicas e recreativas para os idosos, deve-se aperfeiçoar com o intuito de construir competências que lhe dêem a segurança nas explicações e na execução dos movimentos e atividades lúdicas com a terceira idade.

O profissional tem que ter a sensibilidade na observação de cada indivíduo que integra o grupo de idosos, a fim de atentar para a adequação da postura e para o comportamento físico durante a execução das atividades. Nesse sentido, quando o idoso está ofegante, interromper o exercício, ou quando ocorrer uma notável mudança na cor da tez, o instrutor deve fazer uma intervenção pertinente e para isso a segurança é essencial.

A partir da observação do gráfico 2 que apenas 5 a 7% das recém-formadas, que integram a presente pesquisa, exploram a criatividade e possuem a competência para negociar ou conduzir projetos, a fim de adotar um planejamento flexível. Camargo (1998, p. 118) em seus estudos, expõe que “diversificar atividades, gestos e atitudes é uma boa forma de administrar o nosso estresse em níveis saudáveis”. Saber que a diversificação garante o tempo de recomposição dos órgãos ou dos sistemas orgânicos mais solicitados. Nesse caso, o profissional há que estender seus estudos a fim de construir competências necessárias a um desempenho adequado na lida com atividades físicas, sendo capaz de diversificá-las, por meio da criatividade e da flexibilidade.

Outros saberes que envolvem ação e experiência são os modos de organização de uma atividade recreativa em equipe com a finalidade de serem desenvolvidas em comunidades. Nesse bloco, refletiu-se sobre as competências organizacionais que de acordo com Perrenoud (2000a, p. 15): “Cada elemento de um referencial de competências pode, do mesmo modo, remeter a práticas antes seletivas e conservadoras ou práticas democratizantes e renovadoras. (...) É igualmente importante uma análise criteriosa do funcionamento das competências designadas, sobretudo para que se faça os inventários dos conhecimentos teóricos e metodológicos que elas mobilizam (Op. cit., p. 15).

Dentre o bloco de competências organizacionais priorizou-se: a capacidade de diagnóstico antes de uma atuação efetiva; a habilidade de respeitar e trabalhar limites; criar e conduzir projetos inovadores privilegiando uma perspectiva coletiva, sem desprezar os aspectos individuais de cada sujeito integrante de um projeto; analisar situações de risco; saber trabalhar a liderança; gerenciar, respeitando a diversidade e as diferenças.

Essas competências são consideradas primordiais por estarem de acordo com a proposta do Curso de Desenvolvimento de Comunidades, com a evolução da sociedade e com as reformas educacionais que os cursos técnicos vem passando durante a última década. Ao organizar uma atividade físico-recreativa, o profissional mobilizará conhecimentos diversos como: o público a quem dirige tal atividade, conhecer o espaço

onde será realizada tal atividade, qual tempo de duração de cada sessão da atividade, dentre outros.

Na perspectiva de um atendimento eficaz para todo o grupo de idosos, os alunos tiveram a oportunidade de organizar e dirigir atividades físicas e recreativas, observando o espaço, o ritmo, a energia despendida, o tempo necessário, a diversificação. Nesse cenário, deverá dispor de competências profissionais necessárias para imaginar e criar outras atividades, a partir do material disponível, propondo uma flexibilidade no planejamento elaborado previamente.

Durante o Curso de Desenvolvimento de Comunidades, no módulo Atividades Físico-Recreativas para a Terceira Idade, os futuros profissionais têm a capacidade de enfrentar situações e acontecimentos próprios de seu campo de atuação. Essa atuação, segundo Ramos (2001), deve ser enfrentada com iniciativa e responsabilidade guiadas por uma inteligência prática do que está ocorrendo e coordenando-se com outros atores, para mobilizar suas próprias capacidades. Inferi-se que o perfil do grupo de idosos participantes em tais atividades determina, em maior ou menor grau, os conhecimentos teóricos e as competências técnicas que o profissional teria que mobilizar no momento da atividade.

Essas competências consistem, de um lado, em relacionar os conteúdos estudados com os objetivos da atividade proposta e de outro em criar atividades além das apresentadas no curso técnico. Percebe-se que os alunos foram capazes de recriar dinâmicas e recreações com segurança e dentro de uma perspectiva inovadora de atuação. Para exemplificar, quando lhes foi ensinado a criar materiais como bastões feitos de papel para animar uma brincadeira pensaram em outros instrumentos que poderiam ser criados com papel ou papelão, como trilhas, obstáculos, demarcação de áreas para jogos e atividades físicas.

Na medida em que organizam dinâmicas, estratégias, brincadeiras e atividades recreativas, envolvendo o corpo e a mente, observa-se que os alunos construíram competências organizacionais significativas, avaliando e re-avaliando projetos educativos para a terceira idade. Assim, traduzir os projetos em objetivos de recreação em situações e atividades realizáveis pelos idosos demonstrou sua capacidade de mobilizar conhecimentos teóricos à prática e permitiu alcançar sucesso junto ao grupo de idosos que executaram os exercícios propostos com prazer e muita disposição. Para compreender os aspectos organizacionais que estão emergindo na sociedade contemporânea, foi analisado um terceiro conjunto de competências, após aplicar um

questionário junto às profissionais colaboradoras com a pesquisa, cujos resultados estão representados no Figura 3.

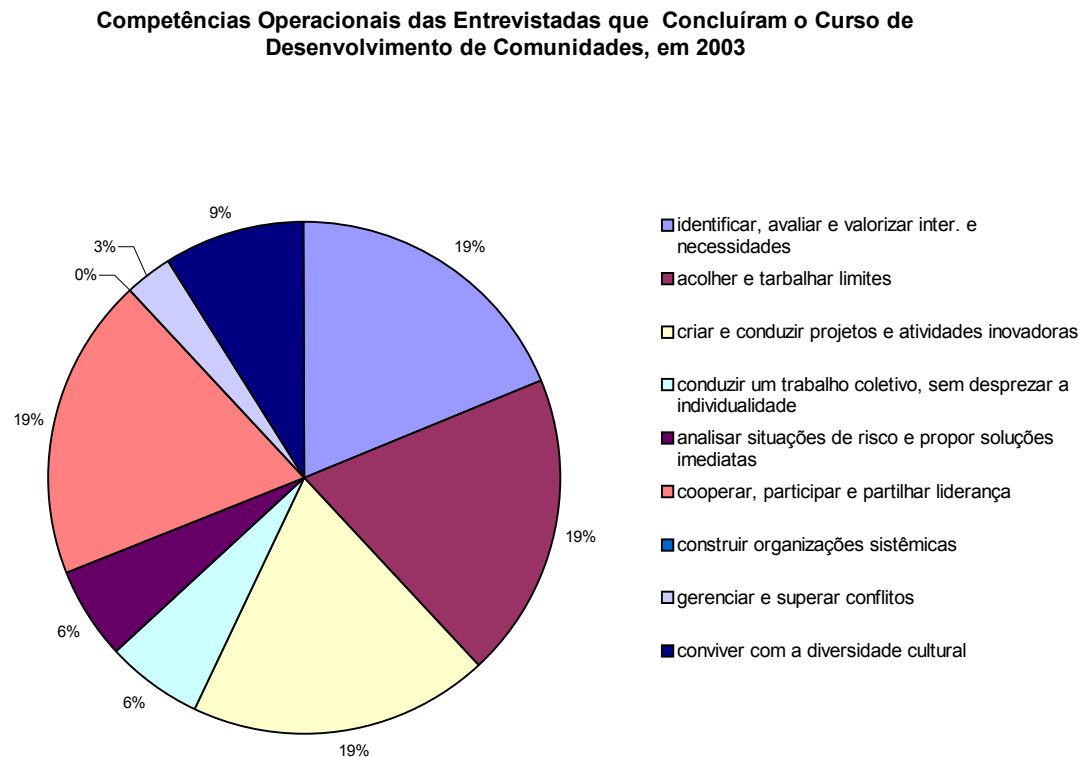


Figura 3 – Competências Operacionais – Profissionais Entrevistados

Nessa última fase do diagnóstico e orientação, o maior percentual está voltado para as competências que visam a identificar, avaliar valorizar os interesses e necessidades dos indivíduos que integram uma comunidade. Os alunos demonstraram ser capazes de mobilizar recursos cognitivos em direção à cooperação, participação e partilhar lideranças, bem como acolher e trabalhar limites. Geis (2003) indica que na concepção sócio-integrativa que tem por base a pedagogia contextual propõe um trabalho, no qual o instrutor passa a ser orientador, levando-se em consideração os interesses e necessidades de cada aluno e do grupo. Esse tipo de trabalho exige competências que possibilitem buscar a resposta mais adequada segundo as possibilidades disponíveis, bem como aumenta a iniciativa, a independência e atitude positiva para com o trabalho em equipe, possibilitando que os próprios idosos sugiram exercício e atividades de acordo com o gosto de cada um.

Apoiado nessa linha de análise, o instrutor deve planejar atividades paralelas para que o idoso possa escolher e não ficar ocioso, enquanto um determinado grupo está em atividade. Outra competência relevante é o fato de o ativista construir um plano de atividades para ir além do planejado, pois em recreação não se define o tempo de duração, uma vez que este irá depender da reação e da interação do grupo com a atividade naquela sessão.

Dessa forma, para exercitar a criatividade, procurar acolher e trabalhar momentos em que os idosos sugiram atividades recreativas e/ou física, o que muito contribui para o aprimoramento e manutenção de seu raciocínio e a manifestação de sua cultura.

Cerca de 9% dessas profissionais conseguem conviver com a diversidade cultural. Acredita-se que essa competência é importantíssima uma vez que é comum encontrar em uma determinada comunidade uma rede de multiculturas. Gadotti (2000, p. 42) advoga que “a diversidade cultural é a riqueza da humanidade” e acrescenta que: “A escola não deve apenas transmitir conhecimentos (...) é preciso saber trabalhar com as diferenças, isto é, reconhecê-las, preocupar-se com a formação global dos alunos, numa visão onde o conhecer e o intervir no real se encontrem” (Op. cit, p. 42). Partindo desse princípio muitas ações pedagógicas podem favorecer a construção de competências dentro de uma postura pluralista que articule diversidade cultural com as atividades educacionais em todos os segmentos da comunidade.

Ao analisar a Figura 3, observou-se que 6% dessa população entrevistada, possuem competências voltadas para a condução de um trabalho coletivo sem desprezar a individualidade e para as situações de risco. Perrenoud (1999, p. 32) reflete que “as competências são importantes metas de formação”. Elas podem responder a uma demanda social dirigida para a adaptação ao mercado e às mudanças e também podem oferecer os meios para aprender a realidade e não ficar indefeso diante de situações que requeiram intervenção imediata.

Nenhuma das entrevistadas que concluíram o Curso de Desenvolvimento de Comunidades em 2003 apresentou competências que lhes permitissem a construção de organizações sistêmicas. Infere-se que a inabilidade em organizar e construir unidades sistêmicas, aqui inseridas as comunidades, é uma competência que deve ser mais explorada no Curso de Desenvolvimento de Comunidades. Para tanto, sugere-se que o CEFET-Uberaba inicie um trabalho no sentido de elaborar e acompanhar estágios, no qual, utilizando os alunos do próprio curso, se organize sistematicamente uma

comunidade virtual, com o objetivo de exercitar tal competência juntos ao futuro profissional-técnico.

4.2 – CONSTRUIR COMPETÊNCIAS NA FORMAÇÃO DE FUTUROS PROFISSIONAIS TÉCNICOS

Nessa avaliação inicial, pretendeu-se detectar os conhecimentos que os estudantes já possuíam antes de começar o referido curso, bem como o perfil desses educandos que ainda não cursaram o módulo Atividades Físico-Recreativas para a Terceira Idade. Partindo desse diagnóstico inicial, seria possível posicionar-se diante do grupo para planejar melhor seu processo de ensino. Desse modo, a presente avaliação, respaldada em um modelo de ensino e aprendizagem que se estrutura a partir da cultura primeira dos estudantes, permitiu uma postura pedagógica crítica em relação à construção de competências necessárias ao desempenho de uma futura profissão técnica.

No primeiro bloco de competências, pretendia-se conhecer a cultura primeira dos alunos que ingressaram no Curso de Desenvolvimento de Comunidades em fevereiro de 2004 (doravante denominados “alunos-calouros”), cujos resultados serão contemplados e interpretados no Figura 4.

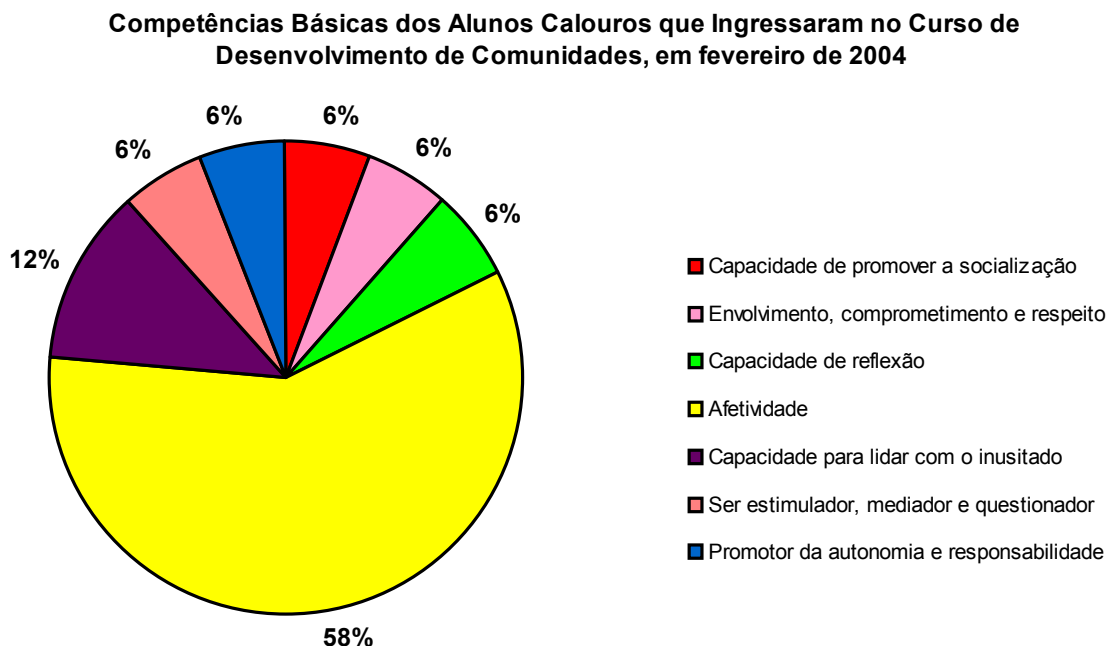


Figura 4 – Competências Básicas – Alunos Calouros.

Gadotti (2000) sugere que, em uma educação multicultural, faz-se necessário analisar os currículos tradicionais a fim de formar criticamente os futuros profissionais para que mudem suas atitudes na tentativa de compreender na totalidade a cultura dos integrantes de uma determinada comunidade e sua visão de mundo. De posse dessa análise diagnóstica, foi implementada uma pedagogia de competências voltadas para a construção de conhecimentos necessários à formação técnica adequada e coerente com a cultura primeira dos alunos.

Observou-se também que mais da metade dos alunos-calouros (58%) que ingressaram no início do ano de 2004, entrevistadas, considera-se possuir competências sócio-afetivas que lhes permitam atuar com comunidades, demonstrando um indicador importante na elaboração do perfil dessa equipe.

Toda competência está, fundamentalmente, ligada a uma prática social de certa complexidade. Não a um gesto dado, mas sim a um conjunto de gestos, posturas e palavras inscritas na prática que lhes confere sentido e continuidade. Uma competência não remete, necessariamente, a uma prática profissional e exige ainda menos que quem a ela se dedique seja um profissional completo. Assim como amador, pode-se organizar viagens, animar uma associação, cuidar de uma criança... (PERRENOUD, 1999, p.35).

Levando-se em consideração que esses educandos serão técnicos potenciais e que poderão trabalhar com a terceira idade, deverão apresentar seu trabalho de maneira clara, dando aos idosos a oportunidade de vencer os desafios, motivados pelos seus próprios talentos e potencialidades. Corazza (2001, p. 29) aconselha: "Um bom trabalho realizado, demonstrando afeto e integração dos alunos, proporcionando *feedback* consecutivos, é um elemento poderoso para se atender às necessidades afetivas e sociais". Acrescenta-se que toda competência amplamente reconhecida evoca uma prática profissional instituída (com base em preceitos técnico-científicos), e emergente capaz de ser aprimorada e aperfeiçoada por recursos sociais, culturais e materiais.

Retomando os dados do Gráfico 4, pudemos perceber-se que 12% dos educandos que se matricularam em fevereiro de 2004, e que provavelmente irão cursar o módulo Atividades Físico-Recreativas para a Terceira idade, a partir de agosto, acreditam ter capacidade para lidar com o inusitado. Como educadores deve-se estar atentos para o que nos alerta Perrenoud (2000, p. 28) ao relatar que: "Nenhum professor experiente ignora esse fato, os alunos pensam que sabem uma parte daquilo que se deseja ensinar-lhes. Por causa disso muitas vezes, o ensino choca-se de frente com as concepções dos aprendizes". Trabalhar com as representações dos alunos não nos

permite desvalorizar sua cultura primeira por ter sido constituída no senso comum, pelo contrário, o importante é dar-lhes direitos de se manifestarem em sala de aula, interessar por elas e tentar compreender suas origens na condução de uma prática pedagógica plural.

Desse rol de alunos que iniciaram o curso no presente ano, 6% declararam possuir competências que lhes configura um perfil de questionador, estimulador e mediador, qualidades essenciais no desenvolvimento de projetos. Alegam, ainda, terem a capacidade de mobilizar conhecimentos de maneira reflexiva. Possuem competências voltadas para o envolvimento, o comprometimento e o respeito. “É importante, aqui, destacar que, quanto à apropriação de novos conhecimentos, o aluno é um ser capaz de formular suas próprias hipóteses em relação a essa apropriação” (NEIRA, 2003, p. 124). Mesmo ciente de todo esse potencial, o professor deve ampliar a compreensão da atividade físico-recreativa e como trabalhar com a terceira idade a fim de proporcionar o desenvolvimento de novas competências necessárias à construção de conhecimentos voltados para a cultura do movimento.

Embora 58% tenham compreendido a extensão da afetividade na lida com comunidades, apenas 6% admitem ter competências que lhes dão condição de mobilizar seus conhecimentos nas situações que envolvem socialização, envolvimento, respeito e comprometimento. Nesse caso, o educador deve estar atento e orientar esses futuros profissionais, refletindo sobre a importância de se construírem competências que lhes darão condições de atuarem em comunidades, sendo que a socialização é primordial no desenvolvimento de uma comunidade consistente e sustentável. Para tanto, devem se envolver como profissionais no processo como um todo, com comprometimento, para atuarem de forma a respeitar a diversidade social e cultural que é característica de todo grupo social, incluindo a terceira idade.

Em relação às competências metodológicas na lida com a atividade física e a recreação gerontológica, esse grupo de estudantes novatos, que não cursaram o referido módulo, forneceram-nos os seguintes referenciais diagnósticos, mensurados e evidenciados no Figura 5. Vale ressaltar que as situações novas são bastante ricas, diversas e complexas para que o futuro profissional possa dominá-las com o seu senso comum e com a sua lógica natural. A avaliação inicial que se propôs nessa pesquisa objetivava relacionar os conhecimentos prévios com os problemas que se reconhecia e também realizar um diagnóstico, para que, assim, se pudesse elaborar um planejamento pedagógico e implementar-se uma prática de ensino que atendesse aos anseios, às

prioridades e às necessidades dos educandos, sem distanciamento da proposta do curso técnico.

Competências Metodológicas dos Alunos-Calouros que Ingressaram no Curso de Desenvolvimento de Comunidades, em fevereiro de 2004

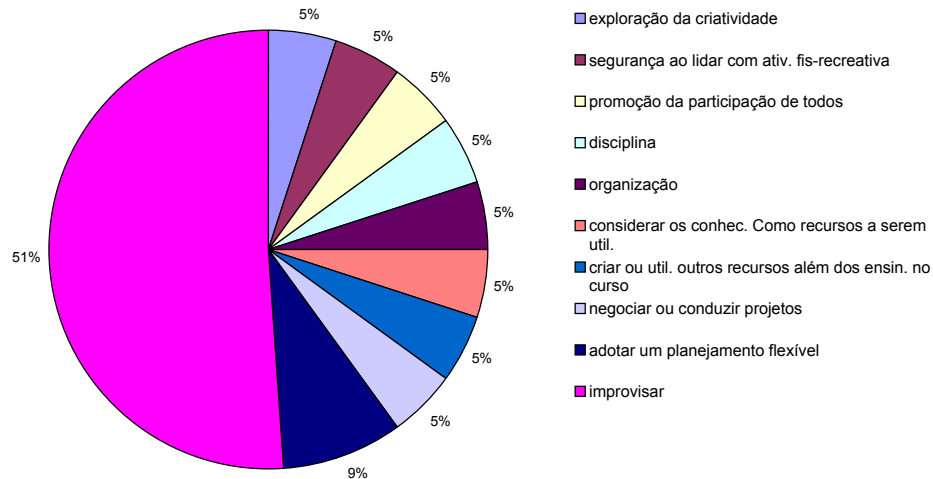


Figura 5 – Competências Metodológicas – Alunos Calouros.

É importante ressaltar que o ser humano valoriza suas potencialidades e é conhecedor dos saberes que já possuem antes de ingressar em um curso técnico. Nessa perspectiva, os dados representados no gráfico mostram que cerca de metade dos educandos novatos (51%) possuem competências para improvisar. Embora as atividades recreativas exijam planejamento, Lorda (1995) acrescenta que o conceito-chave neste processo é a adaptação, sendo que esta é um processo ativo. “Chega um momento em que os conhecimentos acumulados não são mais suficientes, em que não se pode dominar uma situação nova graças a simples conhecimentos aplicados” (PERRENOUD, 1999, p. 32). Com o tempo, a prática nos ensina que em diversas situações de atividades físicas, quando necessário se faz sua adaptação – quer em função das condições materiais, ou em função do perfil da equipe de idosos – a improvisação segura, é uma competência extremamente valiosa.

Prosseguindo com o nosso diagnóstico, 9% desses alunos-calouros trouxeram em sua cultura primeira a habilidade de adotar um planejamento flexível. As

competências que nos garanta flexibilidade ao lidar com comunidades são indispensáveis, pois de acordo com os estudos de Lorda (1995, p. 104) o instrutor de atividades físico-recreativas voltadas para idosos, deve “permitir que cada participante escolha, depois de ter explorado todo leque de possibilidades, os meios e os modos de desenvolver qualquer situação ou tarefa proposta”. Ao lidar com as limitações inerentes à terceira idade, há que se utilizar um método que propicie ao ancião buscar constantemente novas vias de exploração tanto no aspecto motor, quanto no aspecto organizacional da atividade.

Quanto às outras competências metodológicas, apenas 5% desse grupo de alunos já possuíam tais competências elaboradas em sua dimensão cognitiva. Neira (2003, p.123) considera “a motricidade como forma de expressão, ação e comunicação, que funciona como evidência de equilíbrio afetivo e inteligência, o desenvolvimento dessa forma de manifestação humana se explica a partir da interação do ser com o mundo”. A proposta de se trabalhar construção de competências em um curso profissionalizante é oportunizar ao aluno, além de uma atuação reflexiva, a evolução de competências perceptivo-motoras e sócio-afetivas, dando-lhes a possibilidade de atuar com a terceira idade com segurança, visando ao bem estar e à socialização do idoso.

Ao encerrar essa avaliação diagnóstica dos alunos-calouros, foi feito um levantamento de competências operacionais e obtido os resultados observados no Figura 6.

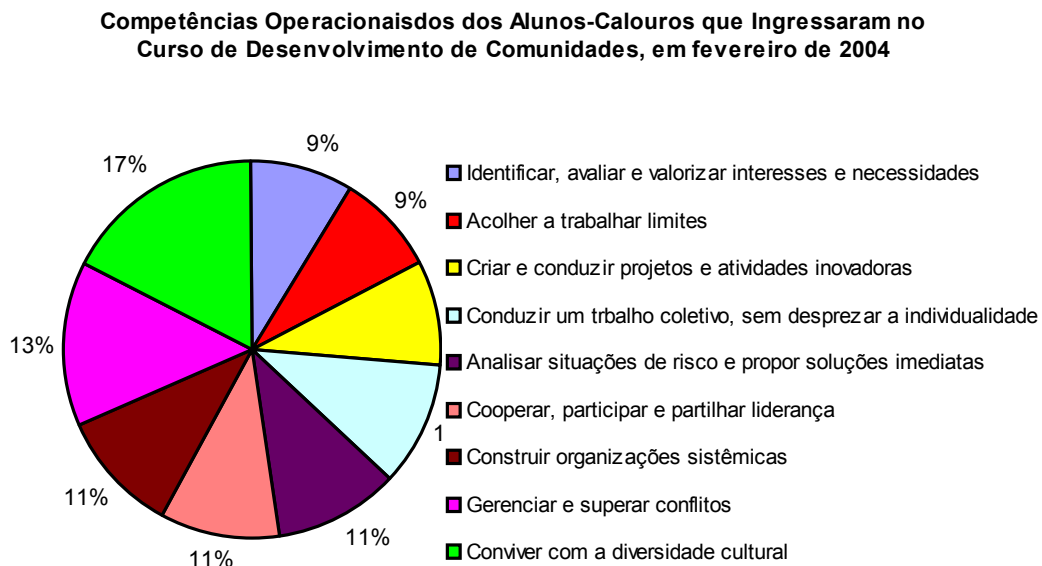


Figura 6 – Competências Operacionais – Alunos Calouros

Perrenoud (1999, p.30) expõe que “entre as situações inéditas vividas pelo ser humano, muitas são simples o bastante para serem enfrentadas sem competências particulares, por intermédio da simples observação, da atenção e da inteligência ”. Esse bloco de competências operacional foi analisado de maneira globalizada, uma vez que o sucesso profissional depende da capacidade geral de adaptação e discernimento, após construí-las durante o desenvolvimento, acompanhamento e orientação desses alunos no decorrer o módulo Atividade Físico-Recreativas para a Terceira Idade. Isso porque a construção de competências permite enfrentar com dignidade, com senso crítico, com inteligência, com autonomia e com respeito pelos outros as diversas situações da vida comunitária.

Uma vez que lidar com tais atividades físicas exigem um considerável conjunto de conhecimentos e competências, embora de acordo com os resultados da pesquisa o grupo possua algumas dessas competências (o que não é inviável), acredita-se que a equipe de alunos-calouros só poderá processá-las tendo à sua disposição recursos materiais, afetivos e cognitivos específicos.

Ramos (2001) em seus estudos, abordando construção de competências, infere que longe de serem instantâneas as analogias, que se faz, resultam de uma elaboração de uma busca. Atentando para os resultados contidos no Gráfico 6, pondera-se que a competência consiste mais notadamente em detectar, pouco a pouco, analogias que não se mostram à primeira vista. Conclui-se, pois, que esse grupo de alunos, fazendo analogias com a sua cultura primeira, adotaram uma postura atípica em relação à complexidade que é o desenvolvimento de uma comunidade, pautada na integração de todos os indivíduos no sistema de produção, inclusive a terceira idade. Entretanto, não se pode negar que com base nessas potencialidades o grupo terá momentos ricos de aprendizagem ao conhecer as características específicas no trabalho com a terceira idade.

Com a finalidade de aprofundar os resultados obtidos com essa pesquisa, convida-se os leitores e os alunos-calouros a um estudo comparativo entre o que se pretende trabalhar no referido módulo em consonância com as disposições dos Parâmetros Curriculares Nacionais, no qual a Educação Física, quando atenta aos problemas do presente, não poderá deixar de eleger, como uma das suas orientações centrais, a da “Educação para a Saúde”. Nesse campo, não faltarão as situações concretas que servem de ponto de partida para a reflexão. O problema é não se perder em sua diversidade e agrupá-las para identificar um número restrito de competências a

serem desenvolvidas e os recursos que elas mobilizam. Apoiados nessa concepção, foram vinculadas as habilidades e competências exigidas do profissional de Desenvolvimento de Comunidades de acordo com o programa do referido módulo.

4.3 – COMPETÊNCIAS ORIENTADAS PARA ATIVIDADES FÍSICO-RECREATIVAS GERONTOLÓGICAS

Nas formações profissionalizantes, o educador procura preparar o futuro técnico para um ofício que confrontará a prática com situações de trabalho que, embora haja em cada profissão competências singulares, outras de caráter geral poderão complementar e assim delimitar uma profissão, um ofício. No trabalho com a terceira idade existe, inicialmente a necessidade de uma identificação de situações pertinentes, considerando, ao mesmo tempo, as situações gerais voltadas para as atividades rotineiras, e das situações inusitadas e/ou de exceção, que requerem a totalidade da técnica, da criatividade, da segurança e do senso prático.

Quando se cria situações complexas ou reais no que se refere ao desenvolvimento de competências para atuar no mercado de trabalho voltado para a cultura do movimento, tem-se basicamente três dimensões: o Esquema Corporal, a Estruturação Espacial e a Orientação Temporal (NEIRA, 2003). Nesse sentido pretende-se associar as competências destinadas a atividades físicas e recreativas com a terceira idade e a cultura do movimento corporal, para que os futuros profissionais possam exercer seu ofício com segurança.

A análise dos dados partiu então para a observação das competências que o profissional irá construir no módulo em epígrafe no curso de Desenvolvimento de Comunidades. O início se deu pela habilidade em mobilizar recursos voltados para a *autonomia na elaboração de atividades corporais*. Na elaboração de uma atividade física que irá trabalhar com o esquema corporal e os movimentos, o profissional deve estar atento à evolução das aprendizagens, por se tratar de uma construção progressiva, na qual novos elementos vão sendo acrescentados na medida em que os idosos dominem os primeiros exercícios e os conseguem executar com segurança, com postura adequada, respeitando as limitações de cada indivíduo e do grupo. Martines & Nuñez (1982, apud NEIRA, 2003, p. 126) afirma que “para a construção do esquema corporal não bastam às maturações neurológicas e sensoriais, como em tantos outros aspectos

evolutivos, é decisiva, também, a experiência social”. Geralmente, o ancião procura um grupo para praticar atividades físicas cuja participação lhe despertam sentimentos de ganho e satisfação de vida, bem como a redução da tensão.

Os exercícios físicos podem contribuir para maior liberdade de movimento, o qual pode aumentar o sentido de auto-suficiência, autonomia e elevar a auto-estima do idoso. Nesse ponto, a importância de o futuro profissional lidar com tais exercícios em situações reais como acontece no CEFET-Uberaba, sob a supervisão direta do educador físico é destacada. Quanto às atividades práticas do referido módulo, sumariamente podemos descrever da seguinte maneira: após o “quebra gelo”, os idosos são divididos em sub-grupos (de no máximo 12 participantes), sem obedecer a um critério específico, de modo que os mesmos possam participar ativamente dos exercícios propostos.

Na elaboração de atividades físicas, o instrutor técnico deve ter o cuidado de oferecer atividades que alternem trabalhos na posição sentados, em pé, com movimentos adequados aos idosos. É muito importante que as atividades sejam feitas em duplas ou triplas, e quando necessário, para diversificar, o profissional pode planejar atividades individuais sem perder a finalidade social dos encontros. Ao final de cada sessão, normalmente, há momentos de confraternização, esclarecimentos e coleta de sugestões.

Quando iniciar um trabalho físico com os idosos, será de suma importância não forçá-lo ou corrigi-lo abruptamente, a fim de não inibir e/ou induzi-lo a acreditar ser incapaz e vir a intimidar-se e interromper ou abandonar essas atividades. Será necessário observá-lo, analisando sua coordenação motora, seu condicionamento e condições físicas e psicológicas gerais. Lembre-se que é necessário um exame e acompanhamento médico do idoso para segurança tanto do instrutor quanto do próprio ancião.

Leve em conta que, para que os alunos tenham chegado até você, certamente houve várias barreiras que foram transpostas, quer tenha sido de ordem psicológica, impedimentos familiares ou limitações impostas pelo próprio percurso natural da vida que, de certa forma, os tornaram frágeis, sensíveis e muito suscetíveis a quaisquer ações ou reações brusca perante sua conduta ou sua postura (CORAZZA, 2001, p. 33).

Na construção de competências, o futuro profissional deverá adquirir conhecimentos que lhes darão condições de *assumir uma postura ativa na prática das atividades físicas, e consciente da importância delas na vida do cidadão*. Nesse momento, qualquer atitude impensada ou exigência calcada em perfeccionismo poderá

constrangê-los, desmotivá-los a ponto de levá-los a um estado de inércia e até mesmo desistir de fazer as atividades com o grupo. A recreação para a terceira idade ou a atividade física, no social, permite maior interação com os outros, promove sua auto-estima, ao formar novas amizades e nessa relação se desenvolve um espírito comunitário.

Dentro da perspectiva de uma atividade física cidadã, vale ressaltar que: “Alguns componentes adquiridos na percepção do espaço são funções do meio cultural em que o indivíduo foi criado, sendo assim, os padrões culturais de diferentes sociedades são também responsáveis pelo desenvolvimento, refinamento e ordenação de percepções espaciais” (NEIRA, 2003, p.127). Desse modo, o envolvimento do idoso em grupos, além de favorecer a socialização, oportuniza a percepção espacial que não pode ser reduzido a meras funções biológicas.

Outra competência que consta dos PCNs (2001) e que estão orientadas para a prática de atividades físicas gerontológicas, destaca-se o *interessar-se pelo surgimento das múltiplas variações da atividade física, enquanto objeto de pesquisa e área de interesse social e de mercado de trabalho promissor*. Perrenoud (2000, p. 36) quando aborda o assunto sobre o envolvimento dos alunos em projetos de pesquisa e conhecimento, afirma:

A dinâmica de uma pesquisa é sempre simultaneamente intelectual, emocional e relacional. O papel do professor é relacionar os momentos fortes, assegurar a memória coletiva ou confiá-la a certos alunos, pôr à disposição de certos alunos, fazer buscar ou confeccionar os materiais requeridos para o experimento.

Nessa pesquisa indagou-se aos integrantes – profissionais recém-formados e alunos-calouros – se pretendiam trabalhar com a terceira idade. Das alunas que concluíram o Curso de Desenvolvimento de Comunidades, 92% afirma que pretendem atuar com idosos no futuro. Desse total, 84% já trabalham com idosos e se sentem preparados para atuarem com segurança e destacam que além das competências técnicas adquiridas no CEFET-Uberaba, acreditam que o profissional deva ser paciente, dedicado e amoroso. Quanto aos alunos que irão cursar o referido módulo, foram unânimes em afirmar que irão atuar com a terceira idade, após a conclusão do curso.

Em um curso profissionalizante que visa a administrar, organizar e desenvolver um trabalho comunitário, outra competência que configura nos PCNs (2001) em relação à terceira idade é: *reconhecer que as atividades físico-recreativas, quando praticadas regularmente e de forma criativa, adaptada à realidade individual torna-se um*

importante componente para a melhoria de qualidade de vida do idoso. Nas práticas pedagógicas, ressalta-se que a atividade física e a recreação, dentre as vantagens já citadas, devolve aos idosos certas lideranças que consideram ter perdido. A competência aqui visada passa pela arte de comunicar-se, seduzir, encorajar, mobilizar envolvendo-se como profissional e envolvendo o grupo com o qual atua.

A pesquisa científica em geral repousa sobre hipóteses relativas à aprendizagem e à relação com o saber, o projeto, a ação, a cooperação e o êxito. Se construir dispositivos partindo do pressuposto de que todos os envolvidos são interfaces imprescindíveis ao processo de pesquisa, pode-se chegar a aprendizagens inéditas, construir um conhecimento inteiramente novo.

Nessa pesquisa, pode-se comprovar que a cultura do movimento é importante tanto para o idoso que necessita socializar e exercitar seu organismo, para melhor se integrar a uma comunidade, de modo a manter seu bem estar e sua inserção na sociedade como um ser produtivo e autônomo. Destacou-se ainda, que os futuros profissionais, que irão lidar com diversos segmentos dessa mesma comunidade, poderão utilizar as atividades físicas e recreativas ora como ferramentas para a longevidade sadia, ora como parceiras de procedimentos terapêuticos.

Torna-se necessário atentar para o fato de que o acúmulo de saberes estanques, descontextualizados – como eram “repassados” nos sistemas tradicionais de ensino – serve, senão, àqueles que tiverem o privilégio de aprofundá-los durante longos estudos ou por meio de uma formação profissional, na qual puderam contextualizar tais conhecimentos, exercitando-os para utilizá-los na resolução de problemas, na tomada de decisões e no desempenho da própria profissão.

A relevância dessa pesquisa está, portanto, em traçar um perfil de profissional que irá atuar no mercado de desenvolvimento de comunidades, sobretudo, e mais especificamente, com atividades físico-recreativas para a terceira idade. Ao lidar com a construção de competências profissionais em cursos técnicos e preocupados com a formação global do aprendiz, salienta-se que cabe ao educador orientar o aluno sobre a importância de se cursar o Ensino Médio como ponte para uma futura graduação e pós-graduação.

Embora essa pesquisa não se tenha como objetivo o de esclarecer as contribuições do Ensino Médio em relação ao Ensino Técnico, ter um ensino integrado, que favoreça o indivíduo, sem o prejuízo do mercado de trabalho, que por vezes exige uma mão-de-obra especializada em caráter emergencial. Nesse caso, após atender tal

demanda, à escola caberá instruir o aluno a concluir a Educação Básica, após sua formação técnica. Tal educação, igualmente valorizada pela sociedade moderna, além de proporcionar saberes científicos, alarga os horizontes quanto à interação social e a reflexão por uma cidadania participativa. O aluno terá, então a oportunidade de compartilhar com a equipe docente e com os discentes, suas experiências adquiridas durante sua formação técnica.

Ao analisar os blocos de competências delimitados nessa pesquisa, propõe-se uma reflexão sobre as novas modalidades educacionais emergentes, a exemplo dos cursos superiores tecnológicos, com a finalidade de diversificar os percursos de formação, desenvolvendo um trabalho em equipe capaz de colocar o aluno no centro da ação pedagógica. Para trabalhar tais competências, o educador há que recorrer a métodos práticos, ensinando aos alunos a organizar e desenvolver projetos comunitários, por meio de situações reais de aprendizagem.

5. CONCLUSÕES

Finalmente, vale ressaltar que a formação do profissional é um dos desafios da sociedade contemporânea, uma vez que a demanda para novas profissões vem crescendo aceleradamente. A exigência de uma mão-de-obra específica, não mais se restringe ao setor rural e/ou industrial, mas simultaneamente ao domínio de códigos cibernéticos, desenvolvimento sustentável, organização de comunidades, engenharia de alimentos, dentre outros novos ramos que vêm surgindo no mercado de trabalho, cujo domínio é necessário para que o indivíduo seja inserido nessa sociedade tecnológica de forma participativa crítica, tornando-se um agente transformador da realidade. Diante desse panorama, a incorporação da atividade física e recreativa para a terceira idade em Cursos de Desenvolvimento de Comunidades torna-se cada vez mais importante, uma vez que o conhecimento e o domínio de competências voltadas para essa área, tem modificado todo o comportamento do mercado de trabalho na sociedade contemporânea.

No ensino profissionalizante, os estabelecimentos escolares recebem alunos muito heterogêneos no que se refere à relação com o saber. Nós educadores esperamos que os futuros profissionais, enquanto alunos de um curso técnico, se envolvam no trabalho, manifestem o desejo de saber e a vontade de aprender. A motivação, nesse caso é tida como uma força preliminar, cuja potencialidade cabe ao professor desenvolver. Nessa linha de análise, coloca-se sob a responsabilidade das instituições de ensino a identificação das demandas da sociedade para o mercado de trabalho, exigindo do educador competências pedagógicas que promovam a aprendizagem do futuro profissional, ao longo do curso técnico ou tecnológico e que possam favorecer ou reforçar a decisão de aprender um ofício.

Na reforma da educação profissional, a opção por um curso arquitetado sob a estrutura de módulos, deve ser planejado e desenvolvido de acordo com as necessidades do aprendiz, dentro de um processo dinâmico de formação técnica. Nesse cenário, pode-se indicar o Curso de Desenvolvimento de Comunidades do CEFET-Uberaba, que dentre outros módulos, agrega as Atividades Físico-Recreativas para a Terceira Idade,

abordadas sob uma compreensão global dos processos de envelhecimento saudável, social e autônomo.

A educação profissional conforme as políticas educacionais, está voltada para a construção de competências, fortalecendo o poder de negociação de salários e promoções dos técnicos de nível médio e pós-médio, sob a perspectiva da inserção social e comunitária.

Nessa nova perspectiva da educação profissional, há um respeito aos valores estéticos, pautados no fazer humano e na prática social, como expressão da sociedade contemporânea, que substitui a repetição e padronização pela criatividade, pelo espírito inventivo, pela afetividade, para facilitar a construção de identidades capazes de conviver com o inusitado e o imprevisível. Observar que na vida com terceira idade, por ser um grupo heterogêneo, cada idoso se comporta diferente diante das atividades físicas ou recreativas, ora motivados por gostar e por envolver socialmente com grupos comunitários, ora se distanciando por suas limitações. Nesse caso a criatividade do instrutor é primordial na manutenção harmônica do grupo durante as sessões de recreação, desporto, lazer, ginásticas dentre outras modalidades voltadas para a cultura do movimento.

Durante o desenrolar do módulo Atividades Físico-Recreativas para a Terceira Idade do Curso de Desenvolvimento de Comunidades, procurou-se nos movimentos preventivos e/ou terapêuticos, a estética da sensibilidade, que valorizassem a qualidade dos processos motores e sociais em um aprimoramento permanente das competências adquiridas que devem estar presentes no desenvolvimento do currículo, dos módulos e na gestão escolar. Nesse panorama, a escola e/ou centros de formação profissional devem planejar o tempo e o espaço para acolher a diversidade e oportunizar aprendizagens significativas, dentro de uma postura crítica e contextualizada.

Outra dimensão que aborda-se no referido curso é a política da igualdade, reconhecendo os direitos humanos e o exercício pleno da cidadania como fundamento da preparação para o conviver harmônico e dinâmico em comunidades. Tal dimensão vem reafirmar, inclusive a equidade em relação ao acesso e oportunidades de emprego, combatendo todas as formas de preconceitos e discriminação, inclusive quanto à capacidade produtiva da terceira idade. Nesse sentido, a política da igualdade deverá

fortalecer uma forma atual de lidar com o público e o privado, associando-se à ética ao valorizar atitudes e condutas responsáveis em relação aos idosos e suas particularidades constitutivas.

Observou-se que o lidar com os indivíduos de idade avançada, a política da igualdade pode ser expressa por meio da solidariedade, participação e noção de responsabilidade pelo outro, sem o que a atuação com esse segmento da sociedade seria inviável. Deve-se sempre que possível oportunizar um tratamento diferenciado, visando à interação de todos os envolvidos do grupo nas atividades físicas e recreativas, durante os momentos de lazer e/ou sessões terapêuticas. A garantia desses padrões passa por um compromisso permanente de usar o tempo e o espaço pedagógico, as instalações e equipamentos desportivos e recreativos, bem como os recursos humanos no exercício de competências profissionais.

Vale ressaltar que todo curso que abrange as dimensões humanas e sociais deve perpassar pela ética da identidade que substitui a superficialidade dos valores morais e busca a reconciliação entre técnica e humanismo. Como princípio educativo, a ética será eficaz ao propiciar a formação de pessoas honestas e compromissadas com o envolvimento de todos no desenvolvimento sustentável de uma comunidade. Uma das maneiras pelas quais tal identidade se constrói é a convivência pela mediação de aprendizagens entre os seres humanos. Nesse aspecto, se o técnico é capaz de ensinar e praticar exercícios físicos com os idosos, esses por seu turno tem muita experiência de vida para permutar com o futuro profissional.

A ética, como valor humano, leva a reconhecer nossa própria identidade bem como a do outro, tendo como finalidade a autonomia dos cidadãos. Nesse sentido, a autonomia e o reconhecimento do outro se associam para construir identidades culturais coletivas e assim se configura o início de uma comunidade com potenciais a serem desenvolvidos. Nesse caso, ao se relacionar com a terceira idade, durante as atividades práticas, o educando terá a oportunidade de repensar a relação entre os saberes socialmente construídos e o bem estar da humanidade.

Acredita-se que a organização do trabalho existente em uma sociedade e/ou comunidade determina os rumos da educação, enaltece a identidade e a autonomia. Vale ressaltar que, nessa linha de pensamento, a educação profissionalizante estará apoiada,

inclusive, nas expectativas e aspirações da população e na dinâmica institucional de cada escola. Os cursos técnicos e tecnológicos, nas sociedades contemporâneas, vêm-se estruturando de modo que os requisitos exigidos para executá-los se identificam com a preparação para a vida, para o exercício da cidadania e com o desenvolvimento de competências, favorecendo a interação do futuro profissional com os diversos segmentos da sociedade, e no contexto dessa pesquisa, em particular, com os indivíduos da terceira idade.

Ao finalizar esse estudo, compreende-se competências como esquemas mentais, as ações e operações de caráter cognitivo, sócio-afetivo ou psicomotor que, mobilizadas e associadas a saberes teóricos ou experiências, geram habilidades ou um saber-fazer. O conhecimento em profundidade e a análise das funções do processo de produção permitem detalhar quais competências devem ser construídas por um profissional para realizar uma determinada atividade específica e/ou especializada. Entretanto, essas competências, embora se refiram a esquemas mentais mais globais, devem ser contextualizadas em cada área profissional em uma primeira instância, e em cada subfunção profissional na prática pedagógica.

As múltiplas formas de interação entre os saberes se encontram na contextualização o que implica assumir que todo conhecimento envolve uma relação entre sujeito e objeto de estudo. Nessa pesquisa, relacionou-se a importância de construir competências específicas voltadas para a terceira idade, sem se distanciar dos saberes que favorecem o desenvolvimento comunitário em uma relação de reciprocidade entre o profissional e o idoso. Percebe-se que a riqueza do contexto real pode dar significado qualitativo às aprendizagens dos futuros técnicos, e isso não pode ser medido, mas, sim percebido quando nossos alunos estão na prática direta com os indivíduos da terceira idade.

Apreciou-se, pelos resultados obtidos e discutidos na presente pesquisa, que o referencial de competências deve ser um instrumento permanente de trabalho da escola e do professor, sendo entendido como uma linguagem comum e central do processo educativo. Tais competências devem ser reafirmadas no cotidiano escolar, espaço pedagógico permanente e propício para se definir os objetivos que serão propostos aos

alunos e o parâmetro para a avaliação do processo pedagógico, pelo desempenho do aluno e pela análise do trabalho.

Compreendeu-se que a Educação Profissionalizante, com a sua dinâmica transformadora configura uma das possibilidades de realizar mudanças significativas para os trabalhadores. Um mercado de trabalho cada vez mais exigente sugere ao trabalhador a necessidade de construir um certo número de competências. Nesse panorama, os modelos pedagógicos vêm se construindo, progressivamente, a partir de mudanças que ocorrem no mundo do trabalho e das relações sociais, uma vez que as nações do mundo inteiro necessitam formar adequadamente seus intelectuais.

As novas tendências técnico-econômicas, sustentadas no processo de transformação tecnológica e organizacional do trabalho trouxeram modificações múltiplas para a qualificação do trabalhador. Esta relação entre o novo paradigma e a educação tem dado origem a inúmeras interpretações a respeito da natureza do ensino profissional e dos serviços prestados pela escola, não só enquanto instituição responsável pela formação de competências, mas também como responsável pela construção da cidadania. Nesse processo, portanto, a formação profissional dos trabalhadores tem um objetivo claro: aumentar a qualidade de vida, a autonomia e o bem-estar social, integrando-se no mercado de trabalho como força produtiva.

No contexto da Educação Física – com ênfase na Cultura do Movimento – a emergência de novos conceitos histórico-sociais expressa mudanças culturais e organizam as principais idéias e valores compartilhados pela integração saudável entre mente, corpo e sociedade. Ao movimentar o indivíduo expressa sentimentos, emoções e pensamentos, ampliando as possibilidades do uso significativo de gestos e posturas corporais como a dança, a caminhada, o desporto em suas diversas modalidades. Nessa perspectiva, o profissional que lida com o movimento deve perceber que o ser humano adquire, de forma gradual, o controle sobre o próprio corpo, como mais uma possibilidade de integração com o mundo.

Nas sessões práticas do módulo Atividade Físico-Recreativas para a Terceira Idade, nas quais o aluno tem a oportunidade de observar o movimento dos idosos, inferimos juntos que tal movimento implica mais do que o mero deslocamento do corpo no espaço. Durante esses momentos, procurou-se ressaltar com os futuros profissionais

que os movimentos do corpo constituem em uma forma de linguagem que possibilita ao idoso agir sobre o meio físico, atuar sobre o meio social e interagir com a comunidade por meio de sua expressividade gestual. Sendo assim, a habilidade motora humana resulta da interação social e da relação do homem com a comunidade onde se insere.

É importante perceber que ativistas que lidam com desenvolvimento de comunidades, devem estar cientes de que ao exercitarem seus movimentos em uma atividade física, os seres humanos constroem significados em função de diferentes necessidades, interesses e possibilidades corporais, presentes nas diferentes culturas e variando em importância e estilo de nação a nação e inclusive de comunidade para comunidade.

O futuro profissional técnico, como contempla nos Parâmetros Curriculares Nacionais, irá trabalhar com o movimento de modo a contemplar a multiplicidade de funções e manifestações do ato motor, propiciando a prevenção, a manutenção e a terapia de aspectos específicos da motricidade, que estende às posturas corporais das atividades cotidianas e produtivas. Analisando essa concepção, podemos dizer que depende do profissional, ao atuar no desenvolvimento de comunidades, explorar atividades que possibilitem aos idosos seu acesso e permanência no trabalho produtivo, de acordo com as limitações corporais específicas dessa faixa etária, garantindo assim uma harmonização de oportunidades para todos os cidadãos da abrangência comunitária onde atua.

Não se pode esquecer que o cotidiano é sempre instável e exige do profissional a análise de cada situação-problema em decorrência do confronto desta com outra experiência já vivida, a qual nunca se repete. O desporto, a recreação, o lazer e as atividades rítmicas revelam a cultura corporal de cada grupo social ou comunidade, na qual o movimento é aprendido por ter um significado. Nesse sentido, procura-se formar profissionais que questionam as suas concepções e a sua prática, para atuarem de maneira reflexiva na sua comunidade, que é uma instituição social dinâmica. O processo de construção de competências que vai se elaborando pouco a pouco, cada novo conhecimento profissional possibilita uma melhor compreensão da realidade e reforça no profissional a responsabilidade pela tomada de decisão.

É imprescindível que as comunidades, como instituição social, sejam diversificadas em função das características do meio social e dos elementos que a constitui criando-se assim uma identidade social e coletiva. Nessa visão diversificada a re-significação da terceira idade é um caminho para um desenvolvimento sustentável uma vez que dados estatísticos, informados no início dessa pesquisa, estimam um crescimento cada vez maior do tempo de vida da população brasileira e planetária.

Ao integrar o idoso na dinâmica social e produtiva da comunidade, por meio de atividades físico-recreativas, ou por qualquer outra estratégia de integração, devemos ter em mente o respeito à heterogeneidade dos grupos sociais. Em alguns grupos encontra-se como característica a falta de uma tradição desportiva e recreativa, pois já concluímos que a cultura do movimento se diversifica sócio-ideologicamente. Isso pode acarretar uma progressiva perda da identificação com a imagem corporal, quando o ser humano chega na terceira idade. É essencial, portanto, que o agente promotor do desenvolvimento de comunidades alcance os objetivos dos planos de estratégias e ações sociais que responderão às necessidades e motivações da comunidade como um todo e não apenas dos indivíduos jovens e cheios de energia produtiva.

A motivação é uma ferramenta que será utilizada pelo mobilizador do desenvolvimento comunitário para conseguir uma dinâmica de grupo social que, gradativamente, irá se auto-organizar inclusive quanto a recursos orçamentários que lhe dará manutenção e sustentação. No que se refere às atividades que procuram trabalhar com a cultura do movimento, elas devem respeitar critérios que estejam estabelecidos nos programa de maneira flexível de modo a não prejudicar o andamento de todo o processo.

Retomando as reflexões sobre os cursos profissionalizantes, os professores que trabalham com a concepção de competências assumem responsabilidades ao escolher as práticas sociais de referência que investem nos educandos sua própria visão de sociedade, cultura e ação, na medida em que transmite seus conhecimentos. Ressalta-se que isso exigiria, pois, uma resposta clara e corajosa quando a instituição escolar indaga que tipo de profissional pretende formar, com vistas a práticas familiares, sexuais, políticas, sindicais, esportivas, comunitárias. Dessa concepção de ser humano é que dependerá a escolha das competências gerais e específicas a serem desenvolvidas.

Existirão situações nas quais o seu domínio encontra recursos em várias disciplinas identificáveis quando se faz uma pesquisa científica voltada para a construção de competências. Em certas profissões muito especializadas, como o atendimento físico-recreativo para a terceira idade, as situações com as quais os futuros técnicos poderão deparar, fazem com que desenvolva competências que mobilizam aportes de diversas disciplinas. Na realidade, as atividades humanas em geral, deveriam se fundamentar na interdisciplinaridade, pois diante de situações complexas que se moldam no cotidiano, constroem-se em torno de práticas sociais, as quais constituem cruzamentos de conhecimentos, formando verdadeiras redes (teias) de saberes interdisciplinares.

A parceria entre a escola e o mundo do trabalho é uma necessidade para a concretização desta concepção de educação profissional. O contexto escolar e a comunidade devem estar permanentemente sintonizados para construir um processo de trabalho pedagógico que crie condições de qualidade na formação, sem que isso signifique uma anulação da diferenciação de papéis entre os agentes da educação: professores e alunos. Professores são, acima de tudo, agentes de mobilização, conhecedores do processo de aprendizagem, e, portanto, organizadores deste processo e agentes de sistematização das aprendizagens realizadas. Concordamos com Philippe Perrenoud (1999, p. 53) quando reflete que: “A abordagem por competências junta-se às exigências da focalização sobre o aluno, da pedagogia diferenciada e dos métodos ativos, pois convida, firmemente, os professores a: (...) negociar e conduzir projetos com seus alunos”.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, R. M. L. **A Reforma da Educação Profissional sob a Ótica da Noção De Competências.** 2004 (mimeografado).

AZEVEDO, J. R. D. **Ficar Jovem Leva Tempo:** um guia para viver melhor. São Paulo: Saraiva, 1998.

BARBOSA, R. M. S. P. **Educação Física Gerontológica.** Rio de Janeiro: Sprint, 2000.

BARROS, M. M. L. **Velhice ou Terceira Idade?** Rio de Janeiro: FGV, 1998.

BERGER-FILHO, R. L. **Educação Profissional no Brasil: novos rumos.** 2004 (mimeografado).

BORGES, E. F. **A Reforma Da Educação Profissional No Centro Federal De Educação Tecnológica De Uberaba (MG).** Uberaba: Universidade de Uberaba, 2003, (Dissertação de Mestrado).

CAMARGO, L. O. L. **Educação para o Lazer.** São Paulo: Moderna, 1998.

CENDES, B. P. Fatores Genéticos e Envelhecimento. In: NERI, A. B. (org.). **Desenvolvimento e Envelhecimento: perspectivas biológicas, psicológicas e sociológicas.** Campinas: Papirus, 2001.

CHOPRA, D. **Corpo sem Idade, Mente sem Fronteiras: alternativa quântica para o envelhecimento.** Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

Conselho Nacional de Educação. **Conselho Pleno. Resolução CNE/CP 1/2002.** Brasília: D.O.U., 2002.

CORAZZA, M. A. **Terceira Idade e Atividade Física.** São Paulo: Phorte, 2001.

COSTA, E. M. S. **Gerontodrama – A velhice em cena: estudos clínicos e psicodramáticos sobre o envelhecimento e a terceira idade**. São Paulo: Ágora, 1998.

CUNHA, L. A. **Política educacional no Brasil: A profissionalização no Ensino Médio**. 2. ed. Rio de Janeiro: Eldorado, 2000.

DAMASCENO, B. P. Trajetórias do Envelhecimento Cerebral: o normal e o patológico. In: NERI, A. B. (org.). **Desenvolvimento e Envelhecimento: perspectivas biológicas, psicológicas e sociológicas**. Campinas: Papirus, 2001.

DIECKERT, J. **Esporte de Lazer: tarefa e chance para todos**. Rio de Janeiro: Livro Técnico, 1984.

DUARTE, N. As pedagogias do “aprender a aprender” e algumas ilusões da assim chamada sociedade do conhecimento. **Revista Brasileira de Educação**. n. 18, p. 35-40, set/dez, 2001.

GADOTTI, M. **Perspectivas Atuais da Educação**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

_____ **História das Idéias Pedagógicas**. Porto Alegre: ArtMed, 2002.

GEIS, P. P. **Atividade Física e Saúde na Terceira Idade**. 5ª ed. Porto Alegre: ArtMed, 2003.

GENTILE, P. & BENCINI, R. **Construir Competências**. Revista Nova Escola, p. 19-31, set/2000.

IBGE – **Brasil em síntese**, Rio de Janeiro, IBGE, 2003. Disponível em:<www.ibge.gov.br/brasilemsintese>. Acesso em 12 abril de 2004.

KUENZER, A. Z. (Org.). **Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

KUENZER, A. Z. **Ensino Médio e Profissional: as políticas do Estado Neoliberal**.

São Paulo: Cortez, 1997.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

LOPES, FARIA FILHO & VEIGA. **História da Educação do Brasil**. São Paulo: Ática, 2000.

LORDA, C. R. **Recreação na Terceira Idade**. Rio de Janeiro: Sprint, 1995.

MEIRELLES, M.E.A. **Atividade Física na Terceira Idade**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Sprint, 1999.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Lei e Diretrizes de Base da Educação Brasileira**, 1996.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**, 1999.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**, 1998.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Profissional**, 2001.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica**. Secretaria da Educação Média e Tecnológica, 2004.

NEIRA, M. G. **Educação Física: Desenvolvendo Competências**. São Paulo: Phorte, 2003.

NERI, A. B. (org.). **Desenvolvimento e Envelhecimento: perspectivas biológicas, psicológicas e sociológicas**. Campinas: Papyrus, 2001.

PERRENOUD, P. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

PERRENOUD, P. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

PILETTI, N. **História da educação no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Ática, 1997.

OKUMA, S.S. **O Significado da Atividade Física para o Idoso: um estudo fenomenológico**. São Paulo: Instituto de Psicologia da USP, 1997. 380p (Tese de Doutorado).

RAMOS, M. N. **Do Ensino Técnico à Educação Tecnológica: a historicidade das políticas dos anos 90**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação do Campus do Gragoatá, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Niterói, 1995.

RAMOS, M. N. **Da Qualificação à Competência: deslocamento conceitual na relação trabalho-educação**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001.

RAMOS, M.N.. **A Pedagogia das Competências: autonomia ou adaptação?**. São Paulo: Cortez, 2001.

RIBEIRO, M. L. **História da Educação Brasileira**. 16 ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

ROMANELLI, O. O. **História da educação no Brasil**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

SHARKEY, B.J. **Condicionamento Físico e Saúde**. 4ª ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M. de & EVANGELISTA, O. **Política Educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SIMSON, O. R. M. & GLGLIO, Z. G. A Arte de Recriar o Passado: Historia Oral e Velhice bem-sucedida. NERI, A. B. (org.). **Desenvolvimento e Envelhecimento: perspectivas biológicas, psicológicas e sociológicas**. Campinas: Papirus, 2001.

SIQUEIRA, M. E. C. Teorias Sociológicas do Envelhecimento. In: NERI, A. B. (org.). **Desenvolvimento e Envelhecimento: perspectivas biológicas, psicológicas e sociológicas**. Campinas: Papirus, 2001.

VERAS, R.P. **País Jovem com Cabelos Brancos: A saúde do Idoso no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

WEINECK, J. **Biologia do Esporte**. São Paulo: Manole, 1991.

7. ANEXOS

Anexo 1 – Projeto Atividades Físico-Recreativas para a Terceira Idade

Anexo 2 – Questionário 01 - Construção de Competências

Anexo 3 – Questionário 02 – Conhecendo A Terceira Idade

Anexo 1

PROJETO ATIVIDADES FÍSICO-RECREATIVAS PARA A TERCEIRA IDADE

INTRODUÇÃO

Quando se pensa em atividade física na terceira idade, na realidade, alia-se às práticas desportivas e recreativas o viver em plenitude (física e mental), na busca de alcançar a realização pessoal com dignidade e lucidez. Distanciam-se, nesse momento, as concepções de beleza eterna padronizada e procura-se o belo nos valores humanos que os anciãos nos ensina e nas orientações de vida que encerram em sua personalidade experiente.

Dessa maneira, procura-se, como profissional ligado às questões sociais, criar condições para que todo ser humano possa melhorar sua qualidade de vida. A vida ativa é o estilo de vida que quase todo mundo levava antes das pessoas alcançarem os benefícios da modernização industrial, desenvolvimentos tecnológicos, do automóvel, equipamentos que facilitam o trabalho, televisão e computadores (SHARKEY, 1998). Segundo o autor, essas maravilhas da engenhosidade agora tornam possível minimizar o gasto de energia diário utilizando botões, teclas e comando de voz para atingir necessidades de sobrevivência, trabalho e entretenimento.

Paralelamente ao declínio de gasto de energia humana, tem havido um aumento no consumo de comidas gordurosas, convenientes e rápidas. Individualmente, o declínio da atividade física e o crescimento do consumo de alimentos podem não ter sido um problema tão sério. Todavia, isso acontecendo conjuntamente, como tem sido nas últimas décadas, criam o potencial para o crescimento alarmante na epidemia de doenças causadas pela forma e pelo estilo de vida que as pessoas levam. Dessa maneira, a falta de atividade física é agora considerada um fator de risco para diversas doenças.

Acredito que a atividade física quando executada de forma regular, moderada e prazerosa, proporciona ao praticante melhor qualidade de vida.

No Brasil, sempre existiu o conceito de um país jovem e que o problema do envelhecimento não nos dizia respeito. Gradativamente, a sociedade brasileira despertou para algo que não estava preparada para perceber: o Brasil é um país que está envelhecendo. Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), há 50 anos, a expectativa de vida de um brasileiro era de 43 anos. Atualmente, gera em torno de 68 anos, projetando-se para meados do século 21, uma expectativa de 73 anos.

A cidade de Uberaba, situada no Triângulo Mineiro, tem uma população de 261.457 habitantes, sendo 126.917 do sexo masculino e 134.540 do sexo feminino. Na faixa etária de 50 a 59 anos, 10.454 são do sexo masculino e 12.166 do sexo feminino. Na faixa etária de 60 a 69 anos, 6.928 são do sexo masculino e 8.480 são do sexo feminino. Já na faixa etária de 70 a 79 anos, 3.400 são do sexo masculino e 4.668 são do sexo feminino e na faixa etária de 80 anos ou mais, 1.291 são do sexo masculino enquanto 2.079 são do sexo feminino.(IBGE – DATASUS, 2002).

Apoiado na concepção de que a atividade físico-recreativa, comprovadamente, é um elemento fundamental para reverter o quadro de limitação motora presente na vida das pessoas idosas, essa proposta tem por objetivo oportunizar momentos de atividades físico-recreativas às pessoas que graciosamente atingiram a terceira idade.

O referido projeto tem a parceria da Associação dos Diabéticos de Uberaba e está em atividade desde 1993. A partir do ano de 1998, passou a contar com apoio do Centro Federal de Educação Tecnológica através do Curso de Desenvolvimento de Comunidades.

JUSTIFICATIVA:

A atividade físico-recreativa quando praticada regularmente contribui para o fortalecimento harmonioso do corpo, permitindo o pleno funcionamento e utilização dos músculos, tendões, ossos e articulações.

Segundo o Prof. Ângelo Luís Vargas “viver é o eterno mistério. E temos em nós, acesa, a chama do sagrado e divino. Somos além que pensamos ser. Estamos além do corpo e da alma, além dos dualismos, das dicotomias, das cisões, das tensões, dos dogmas, das ideologias. O corpo é o caminho real para se chegar à alma. Não existe

outra estrada, outra conversão, outra inteireza: só o corpo leva à alma ao mais humanamente divino de nós mesmos. O corpo vive, pensa, sonha, trabalha e brinca. Ele não é o simples objeto, circunscrito aos limites inteligíveis, impostos pelos modelos epistemológicos do enfrentamento entre sujeito e objeto. A inteligência se constrói como corporeidade.”

O maior objetivo do ser humano, enquanto ser pensante, é o de ser feliz. Um corpo bem trabalhado, suave e flexível, capaz de dar respostas positivas às exigências do cotidiano muito facilita para levar o homem à felicidade.

Justifica-se oferecer, sem nenhum ônus, atividades físicas e recreativas direcionadas à importante parcela da comunidade uberabense que graciosamente atingiu a terceira idade

OBJETIVO GERAL

Possibilitar a todos os participantes, por meio de sugestões de atividades físicas e recreativas moderadas, a adquirirem o hábito regular das propostas, de modo a contribuir, positivamente, no seu desempenho na vida diária, diminuindo as complicações ocasionadas pelo avançar da idade.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Conscientizar os participantes da importância das atividades físico–recreativas.
Proporcionar aos participantes a prática de atividades recreativas, sem discriminação de idade, sexo, cor, escolaridade ou condição social;

Despertar os participantes para a utilização sadia das horas de lazer, tirando-os da ociosidade e afastando-os de hábitos nocivos à saúde física, mental e social.

Prevenir, por meio da prática regular de atividades físicas e recreativas, de possíveis doenças como fraqueza crônica, depressão, doenças do coração e pulmões, câncer e diabetes.

Oportunizar aos idosos interessados momentos de integração entre os mesmos e outros segmentos da comunidade na busca de estabelecimento de políticas que vão ao encontro de seus interesses.

DESENVOLVIMENTO

Participantes:

Podem participar do projeto todos os idosos interessados

- **Número de aulas por semana:**

03 sessões de 01 hora de duração.

- **Dias da semana:**

Segunda, quarta e sexta-feira - das 7h às 8h.

- **Local de realização:**

Uberaba Tênis Clube.

- **Atividades a serem propostas:**

Propostas de Atividades Físicas Moderadas.

Pescoço e ombros

Costas e região lombar

Glúteos e pernas

Propostas de Atividades Recreativas.

Jogos criativos

Trava-línguas

Jogos competitivos

Brincadeiras de salão

Quebra-cabeças

Brincadeiras com músicas

Adivinhas

MATERIAIS NECESSÁRIOS

10 arcos

10 bolas de borracha Nº 6

10 cordas de 3 metros

02 cordas de 10 metros

Jornais

Cordão

balões

Sacos de papel

Bastões

Som para fita cassete e CD.

AVALIAÇÃO:

A avaliação será realizada de forma assistemática e sistemática.

Assistemática: observações da participação e envolvimento ou não dos participantes.

Sistemática: auto-avaliação, ou seja, a manifestação espontânea dos envolvidos.

Uberaba, agosto de 2004.

Samir Messias de Freitas

Idealizador e Coordenador do Projeto

Anexo 2

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
DECANATO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

QUESTIONÁRIO 01 - CONSTRUÇÃO DE COMPETÊNCIAS

1. Sexo:

☐ Masculino

☐ Feminino

2. Faixa etária:

☐ 15 – 20 anos

☐ 21 – 25 anos

☐ 26 – 30 anos

☐ 31 – 35 anos

☐ 36 – 40 anos

☐ Acima de 40 anos

3. Pratica/praticou alguma atividade física?

☐ Sim

☐ Não

4. Caso a resposta da pergunta 3 seja afirmativa, há quanto tempo pratica atividade física?

- ☐ 0 – 1 ano
- ☐ 2 – 3 anos
- ☐ 4 – 5 anos
- ☐ Mais de 5 anos

5. Reside em:

- ☐ Casa própria
- ☐ Apto próprio
- ☐ Casa alugada
- ☐ Apto alugado
- ☐ Outra _____

6. Como se locomove no cotidiano

- ☐ Transporte automotor próprio
- ☐ Transporte coletivo
- ☐ Bicicleta
- ☐ Caminhando

7. Das competências pessoais abaixo, quais possui (Marque mais de uma se for o caso):

- ☐ Capacidade de promover a socialização
- ☐ Envolvimento, comprometimento e respeito.
- ☐ Capacidade de reflexão
- ☐ Afetividade

- ☐ Capacidade para lidar com o inusitado
- ☐ Ser estimulador, mediador, questionador.
- ☐ Promotor da autonomia e da responsabilidade

8. Das competências metodológicas abaixo, com quais tem maior afinidade (marque mais de uma se for o caso)?

- ☐ Exploração da criatividade
- ☐ Segurança ao lidar com uma atividade físico-recreativa
- ☐ Promoção da participação de todos
- ☐ Disciplina
- ☐ Organização
- ☐ Considerar os conhecimentos como recursos a serem mobilizados
- ☐ Criar ou utilizar outros recursos além dos ensinados no Curso de Desenvolvimento de Comunidades
- ☐ Negociar e conduzir projetos
- ☐ Adotar um planejamento flexível
- ☐ Improvisar

9. Das competências operacionais que se seguem, quais pretende se aperfeiçoar para lidar com a Terceira Idade (Marque mais de uma se for o caso)?

- ☐ Identificar, avaliar e valorizar seus interesses e necessidades.
- ☐ Acolher e trabalhar seus limites
- ☐ Criar e conduzir projetos e atividades inovadoras
- ☐ Conduzir um trabalho coletivo e integrador, sem desprezar as peculiaridades individuais.
- ☐ Analisar situações de risco e propor soluções imediatas
- ☐ Cooperar, participar e partilhar lideranças.
- ☐ Construir organizações sistêmicas
- ☐ Gerenciar e superar conflitos

☐ Conviver com a diversidade cultural

10. Por que escolheu o Curso de Desenvolvimento de Comunidades?

11. Pretende trabalhar no futuro com a terceira idade? Por que sim / Porque não?

12. Quais outras competências necessárias ao trabalho com a terceira idade?

Anexo 3

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
DECANATO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

QUESTIONÁRIO 02 – CONHECENDO A TERCEIRA IDADE

1. Sexo:

- ☐ Masculino
- ☐ Feminino

2. Faixa etária:

- ☐ 50 – 60 anos
- ☐ 61 – 70 anos
- ☐ 71 – 80 anos
- ☐ Mais de 80 anos

3. Renda mensal média:

- ☐ 1 – 2 salários mínimos
- ☐ 3 – 4 salários mínimos
- ☐ 5 – 6 salários mínimos
- ☐ Mais de 7 salários mínimos

4. Há quanto tempo pratica atividade física:

- ☐ 0 – 3 meses
- ☐ 4 – 6 meses
- ☐ 7 – 12 meses
- ☐ 1 – 2 anos
- ☐ Mais de 2 anos

5. Há quanto tempo participa do grupo:

- ☐ 1 – 6 meses
- ☐ 7 – 12 meses
- ☐ 1 – 2 anos
- ☐ 2 – 5 anos
- ☐ Desde o início do projeto (10 anos)

6. Quantas vezes por semana pratica atividade física:

- ☐ 1 vez
- ☐ 2 vezes
- ☐ 3 vezes
- ☐ 4 vezes
- ☐ Todos os dias

7. Reside em:

- ☐ Casa própria
- ☐ Apto próprio
- ☐ Casa alugada
- ☐ Apto alugado

- ☐ Instituições destinadas acolher idosos
- ☐ Outra _____

8. Como se locomove no cotidiano

- ☐ Transporte automotor próprio
- ☐ Transporte coletivo
- ☐ Bicicleta
- ☐ Caminhando

9. Pratica atividade física com que finalidade? (Marque mais de uma possibilidade se for o caso).

- ☐ Preservação da qualidade de vida física e mental
- ☐ Recomendação médica
- ☐ Como forma de lazer
- ☐ Como meio de renda e acréscimo ao orçamento familiar
- ☐ Para ocupar o tempo
- ☐ Para controlar o peso
- ☐ Para se relacionar com o grupo
- ☐ Para fugir do tédio
- ☐ Outras:

10. Qual são as atividades que você mais aprecia? Numere-as, em ordem crescente, de acordo com sua preferência:

- ☐ Caminhada
- ☐ Corrida
- ☐ Alongamento
- ☐ Exercícios localizados
- ☐ Atividades Recreativas
- ☐ Lian Gong (Ginástica Preventiva Chinesa)

11. Qual a(s) atividade(s) física(s) que pratica atualmente?

12. Qual atividade física que gostaria de aprender?

13. Prefere as atividades físicas:

- ☐ Individuais
- ☐ Coletivas

14. Prefere praticar atividades físicas no período: (marque mais de uma possibilidade se for o caso)

- ☐ Matutino nas primeiras horas da manhã
- ☐ Matutino no final da manhã
- ☐ Vespertino nas primeiras horas da tarde
- ☐ Vespertino no final da tarde
- ☐ Noturno nas primeiras horas da noite
- ☐ Não tem preferência por horário

15. Quais as mudanças que ocorreram em sua vida após sua inserção no Projeto?
